

**VALORES E CONFLITOS NA PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
O OLHAR TÉCNICO E O OLHAR COMUM NA IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE AGUDO (RS)**

JOÃO PAULO SCHWERZ

**FLORIANÓPOLIS - SC
2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE

**VALORES E CONFLITOS NA PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
O OLHAR TÉCNICO E O OLHAR COMUM NA IDENTIFICAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE AGUDO (RS)**

JOÃO PAULO SCHWERZ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - PGAU-Cidade - da UFSC como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Área de concentração em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Linha de Pesquisa Urbanismo, Cultura e História da Cidade.

Orientadora:

Profa. Dra. Alcía Norma González de Castells

Co-orientador:

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz

**FLORIANÓPOLIS
SANTA CATARINA - BRASIL
2009**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

S415v Schwerz, João Paulo

Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural [dissertação] : o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS) / João Paulo Schwerz ; orientadora, Alícia Norma González de Castells. - Florianópolis, SC, 2009.
154 f.: il., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural - Rio Grande do Sul. 3. Identificação. 4. Inventários. I. Castells, Alícia Norma Gonzalez de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

CDU 72

A dissertação intitulada **VALORES E CONFLITOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O OLHAR TÉCNICO E O OLHAR COMUM NA IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE AGUDO (RS)**, de autoria de **João Paulo Schwerz**, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria nº 003/PGAU-Cidade/09, para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em 27 de abril de 2009, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE.

Profª. Drª. Alícia Norma González de Castells
Orientadora

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz
Co-orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes
Membro PGAU - Cidade

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee
Membro Externo – UNB

Arq. Drª. Maria Isabel Correa Kanan
Membro Externo- IPHAN

Prof. Dr. Almir Francisco Reis
Coordenador do PGAU- Cidade

Dedico este trabalho à
Heloisa Pflug Schwerz, minha mãe,
por me fazer perceber a importância dos livros,
e à João Astor Schwerz, meu pai,
por me mostrar despretensiosamente
que as coisas mais simples são as mais importantes.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho necessitaria outro tanto de páginas para agradecer devidamente a todos que contribuíram de alguma forma para sua concretização; sem falsas modéstias, se obteve algum sucesso foi, sem dúvida, devido àqueles que acreditaram na sua realização. À todos estes e àqueles que, somente por razões de memória não posso agora lembrar, meu reconhecimento, minha gratidão e meu carinho:

À Alícia Norma González de Castells, orientadora desta pesquisa, por compartilhar dúvidas e certezas durante todo esse tempo, principal responsável pelo amadurecimento de meus julgamentos sobre patrimônio cultural.

À Nelson Popini Vaz, co-orientador desta pesquisa, pela disponibilidade despretensiosa com que assumiu esse fardo, e pela imensa paciência e sabedoria com que conduziu esse processo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa neste último ano de pesquisa, privilégio num país como o nosso, motivo de orgulho só comparado à responsabilidade que acarretou e que se espera ter respondido à altura.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo ambiente de discussão e descontração que marcaram esse período, fundamentalmente ao Professor Eduardo Castells e aos colegas Vinícius Neves, Adílson Sperfield e Bernardo Brasil.

À coordenação geral do Plano Ambiental da Quarta Colônia, que me possibilitou uma pesquisa com fins práticos a despeito de seus defeitos.

À equipe de Sociologia do Plano Ambiental da Quarta Colônia, coordenado pelo professor Clóvis Souza, e à ele, pelo espaço nos questionários e pela disponibilidade dos dados.

À equipe de inventário arquitetônico do Plano Ambiental da Quarta Colônia, personificado nos colegas arquitetos Gustavo Bernardi, Lucas Baisch, e Tiago Gonçalves, pela empolgação na realização do trabalho e pela disposição no momento em que mais necessitei.

À cidade de Agudo, por me propiciar uma infância saudável e saudosa, esperando que este trabalho seja entendido como uma singela forma de retribuição.

Aos que gentilmente cederam seu tempo e suas impressões sobre a cidade de Agudo para esta pesquisa: Arlando Zimmer, Hildor Kegler, Armindo Luiz Ehrhardt, Hildegard Wegner Roos, Elvedo Fucks, Ilvo Berger, Elisabeta Roos, Ingo Neu, William Werlang, Claimer Pretzel dos Santos, Glauce Schiefelbein, e especialmente à Dori Laura Müller Paul, por toda a disposição e presteza.

À Leticia Brandt Bauer, historiadora competente e amiga mais competente ainda, pela revisão paciente e pelas considerações sobre o trabalho.

À família Schwerz e à família Cañas Martins que acompanharam, incentivaram e sustentaram esse trabalho durante todo esse tempo e nas horas mais complicadas.

À Marina Cañas Martins, colega, amiga e esposa, pelo incomensurável suporte intelectual e emocional sem o qual esse trabalho não poderia sequer ter iniciado.

RESUMO

Esta pesquisa parte do questionamento dos métodos de identificação do patrimônio cultural material, levando em consideração a evolução de seu conceito assim como os valores e os conflitos relacionados a este processo, com a intenção de ampliar os elementos e as formas de preservação que compreendam as referências e a diversidade cultural brasileira. O trabalho utiliza o município de Agudo, Rio Grande do Sul, como estudo de caso para identificar bens materiais de interesse cultural a partir do desenvolvimento de um método alternativo de inventário que contempla a devida atribuição técnica associada à percepção pública comum de apreensão, representação e produção pertinente ao seu próprio patrimônio cultural. A pesquisa estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica que objetivou entender os principais conceitos relacionados ao patrimônio cultural e a problemática que envolve sua identificação; apresenta uma metodologia que envolve pesquisa histórica, inventário de identificação; questionário sócio-cultural quantitativo e entrevistas qualitativas; e, por fim, a partir desses quatro tipos de análises diferentes e complementares, busca identificar o que seria o patrimônio cultural material do município de Agudo em sua forma mais legítima, debatendo os valores e conflitos existentes no processo.

Palavras-Chave: patrimônio cultural, identificação, inventário.

ABSTRACT

This research starts from questioning the material cultural heritage identification methods, considering the evolution of heritage concept as well as the values and conflicts involved in the process, aiming to widen the elements and paths of preservation that comprehend Brazilian cultural references and diversity. The study uses the city of Agudo, Rio Grande do Sul, as case of study, in order to identify properties of cultural interest, developing an alternative method that contemplates the right technical attribution associated to the common public perception, representation and production of its own heritage. The research is structured in a bibliographical revision that aimed to understand the main concepts related to cultural heritage and the question that involves its identification. After that the investigation also presents a methodology that includes historical research, identification inventory, socio-cultural quests and qualitative interviews. Finally, this study identifies the material cultural heritage of Agudo, debating the conflicts and values involved in the process.

Keywords: cultural heritage, identification, inventory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Ficha-índice do Inventário de Identificação	53
Figura 02 – Quadro de perguntas do questionário sócio-cultural	58
Figura 03 – Guia de perguntas das entrevistas	60
Figura 04 – Mapa geográfico do Rio Grande do Sul	63
Figura 05 – Armas e localização do município de Agudo (RS)	64
Figura 06 – Primeiro croqui da Colônia Santo Ângelo	70
Figura 07 – Planta da Colônia Santo Ângelo	72
Figura 08 – Imagem aérea da sede do município de Agudo	76
Figura 09 – Vista da cidade de Agudo, a partir do Morro Pelado	81
Figura 10 – Igreja Evangélica de Agudo, 1918	82
Figura 11 – Igreja Evangélica de Agudo, foto atual	82
Figura 12 – Igreja Evangélica da localidade da Picada do Rio	82
Figura 13 – Igreja Evangélica da localidade da Picada do Rio	82
Figura 14 – Localização dos bens inventariados na sede do município de Agudo	86
Figura 15 – Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 1º tipo do 1º período	88
Figura 16 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 2º tipo do 1º período	89
Figura 17- Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 3º tipo do 1º período	90
Figura 18 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 4º tipo do 1º período	91
Figura 19 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como tipo “enxaimel” do 1º período	92

Figura 20 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como outros tipo do 1º período	92
Figura 21 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 1º tipo do 2º período	94
Figura 22 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 2º tipo do 2º período	95
Figura 23 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 3º tipo do 2º período	95
Figura 24 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 3º período	96
Figura 25 - Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 4º período	97
Figura 26 – Outros bens relevantes	98
Figura 27 – Quadro síntese dos períodos	99
Figura 28 – Quadro comparativo segundo programa construtivo original e localização	99
Figura 29 – Quadro comparativo segundo programa construtivo e periodização	100
Figura 30 – Gráfico da pergunta nº 38 do questionário sócio-cultural	101
Figura 31 – Paisagem da cidade vista do Morro da Asa Delta	102
Figura 32 – Paisagem do interior do município	103
Figura 33 – Vista da várzea do Jacuí com morro que dá nome à cidade ao fundo	103
Figura 34 – Gráfico da pergunta dº44 do questionários sócio-cultural	107
Figura 35 – Biblioteca	111
Figura 36 – Antigo Clube de Tiro	111
Figura 37 – Escola D. Pedro II antes das modificações	111
Figura 38 – Escola D. Pedro II depois das modificações	111
Figura 39 – Propriedade Ehrhard	112
Figura 40 – Propriedade Ehrhard	112
Figura 41 - Propriedade Ehrhard – piso do salão	113

Figura 42 - Propriedade Ehrhard – palco elevado	113
Figura 43 - Propriedade Ehrhard – tijolos assentados com barro	116
Figura 44 - Propriedade Ehrhard - rejuntas	116
Figura 45 – Propriedade Steuernagel	116
Figura 46 - Propriedade Steuernagel	116
Figura 47 – Churrascaria Schüller	117
Figura 48 – Casa Ivo Berger	117
Figura 49 – Hotel da Rodoviária	118
Figura 50 – Antigo Comércio Treptow	118
Figura 51 – Secretaria de Assistência Social	123
Figura 52 - Antiga cadeia	123
Figura 53 - Farmácia Schiefelbein	126
Figura 54 – Casa comercial Berger	126
Figura 55 - Rio Jacuí, e a várzea cultivada	127
Figura 56 - Rio Jacuí, e a várzea cultivada	127
Figura 57 – Antigo Hospital (hotel germânico)	129
Figura 58 – Antiga Casa Dr. Gerdau	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - QUADRO TEÓRICO	10
Patrimônio cultural e preservação: trajetória, definições e conflitos	
1.1 Definições e trajetórias do patrimônio cultural	10
1.2 Patrimônio cultural, valores e conflitos	23
CAPÍTULO 2 - QUADRO METODOLÓGICO	
Identificação do patrimônio cultural: o olhar do técnico e as referências da comunidade	41
2.1 Limites e possibilidades na identificação do patrimônio cultural material no Brasil	41
2.2 A identificação do patrimônio cultural arquitetônico de Agudo (RS): proposta de uma metodologia alternativa	50
2.2.1 Pesquisa histórica e evolução urbana de Agudo	51
2.2.2 Inventário de identificação	53
2.2.3 Questionário sócio-cultural	55
2.2.4 Entrevistas qualitativas	59
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE	
Os valores e conflitos na identificação do patrimônio cultural arquitetônico de Agudo (RS)	62
3.1 Apresentação do objeto de estudo	62
3.2 Pesquisa histórica	62
3.2.1 A Colônia Santo Ângelo	65
3.2.2 Considerações Sobre a Evolução Urbana do Município de Agudo	74
3.3 Inventário de Identificação	84
3.3.1 Considerações sobre o Inventário de Identificação de Agudo	85
3.4 Questionário sócio-cultural	100

3.4.1	Considerações sobre o questionário sócio-cultural	107
3.5	Entrevistas Qualitativas	109
3.5.1	Entrevistas Formais	109
3.5.2	Entrevistas Informais	134
3.5.3	Considerações sobre as entrevistas	137
CONCLUSÃO		139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		147
APÊNDICES		145
APÊNDICE A		
Panorama dos principais teóricos do campo da preservação e as cartas patrimoniais		
APÊNDICE B		
Movimentos migratórios e políticas de imigração		
APÊNDICE C		
Exemplo de ficha de identificação em campo do Inventário de Identificação do Município de Agudo		
APÊNDICE D		
Fichas-índice do Inventário de Identificação do Município de Agudo		

INTRODUÇÃO

“Se queres ser universal começa por pintar tua aldeia”.

Liev Tolstói (1828-1910)

O processo de seleção e proteção dos bens que constituem legalmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pretensamente amplo na medida em que representa uma sociedade nacional, apresenta contraditoriamente o fato de sua produção ainda ser conduzida, na maioria das vezes, por grupos intelectuais que vislumbram valores culturais atribuídos a partir de critérios relativamente identificáveis, mas que na prática ainda são distantes da maior parte da população que busca representar.

Mesmo em âmbitos mais restritos de representação, como o estadual e o municipal, onde o grupo a ser representado é menor e teoricamente mais homogêneo, o problema persiste. A difícil missão de identificar o patrimônio cultural, ou seja, de buscar consenso entre uma imensa diversidade cultural, de valores e de interesses distintos, faz com que muitas vezes a seleção de bens que mereçam (ou devam) ser preservados seja entendida como arbitrária e acabe funcionando de forma totalmente antagônica ao objetivo inicial proposto que é o de ser formador de um sentimento comum de pertencimento.

A crescente discussão em torno da identificação de bens culturais e seu reflexo do ponto de vista de sua apropriação social busca demonstrar uma

visão diferente de valoração e legitimação deste patrimônio considerando seu valor simbólico, assim como a reavaliação do processo tradicional de seleção a partir de um referencial mais democrático.

Desde a década de 1970, diversos segmentos da sociedade, particularmente os que atuam na área da cultura, vêm questionando os critérios de valoração tradicionalmente empregados (...) na definição do patrimônio cultural brasileiro. Esse questionamento resultou na adoção de um conceito antropológico de cultura, *tornando a necessária a redefinição de critérios de seleção dos bens culturais* a serem protegidos pelo Estado, e mais complexas as possibilidades para sua identificação¹. (grifo nosso)

A ampliação da definição do “patrimônio cultural brasileiro”, legitimada a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, diferentemente do até então tradicional conceito de patrimônio segundo uma perspectiva eminentemente *material*, reconhece como patrimônio expressões de cultura popular e outras manifestações de natureza *intangível*, a partir de uma visão menos monumental. O interesse pelo tema ganha força num momento em que são desenvolvidos trabalhos dentro de um entendimento ampliado e relativamente recente de patrimônio cultural que privilegia os aspectos imateriais da cultura e aspectos naturais da paisagem, e que são essencialmente populares em sua origem.

Essa busca por um reconhecimento diversificado de patrimônio cultural, embora inegavelmente mais democrática, acentua de certa forma o contraste entre as culturas e/ou interesses que querem se fazer representar. Com este viés, Velho analisa os conflitos ideológicos e políticos, intrínsecos, segundo ele, ao processo de *seleção e preservação* do patrimônio:

Essas diferenças e divergências devem-se às próprias características da sociedade complexa moderno-contemporânea, com seus múltiplos segmentos, categorias, estratos e com a heterogeneidade de suas diversas tradições culturais.²

¹ MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.11.

² VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. In: LIMA FILHO, Manuel, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.253.

Arantes³ defende que existem diferentes modos de se lidar com o patrimônio cultural e explica os conceitos de patrimônio enquanto *referência* e enquanto *recurso*, na busca por entender o papel que cada um dos pontos de vista acarreta na sociedade atual, onde a velocidade da informação altera significativamente o modo de vida e mexe com as identidades.

Desta maneira, o processo de identificação e seleção, assim como as próprias políticas de proteção de bens móveis e imóveis geram certa tensão à medida que são aplicadas à sociedade, e ganham proporção à medida que começam a fazer parte dos atuais processos de planejamento urbano.

Além destes aspectos, a necessidade legal de desenvolvimento de Planos Diretores, a partir da lei 10257 de 2001, reconhece *em teoria* o papel do patrimônio no planejamento urbano. Justamente por sua obrigatoriedade, somada à generalizada falta de reconhecimento da real importância do patrimônio para as cidades, fica fácil perceber como o assunto pode perigosamente ser abordado/ tratado⁴.

Aparte das distorções de entendimento a respeito de patrimônio cultural que essa obrigatoriedade possa originar, ela também incita um importante espaço de troca quando exige a participação pública no processo de planejamento. Mais além da obrigação legal, o público (local) assume papel decisivo na preservação e gestão do patrimônio cultural por ser aquele que, em última análise, utiliza-o mais intimamente, legitimando-o ou não de acordo com uma série de interesses mais ou menos claros e compartilhados.

Assim, admitindo esse pressuposto como pano de fundo deste trabalho, apesar de não ser sua pretensão chegar a discutir a relação do patrimônio cultural com o planejamento urbano, fica patente a necessidade de contar com a memória e as expectativas de futuro – a efetiva participação em outras palavras – do público local para identificar bens de interesse cultural que têm significado compartilhado pela soma dos valores atribuídos, ou apesar deles, pelos diferentes grupos que convivem nessa sociedade, tendo em vista o bem comum.

³ ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense: CONDEPHAT, 1984.

⁴ VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. In: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

Londres⁵ acredita que a adoção desta perspectiva nos trabalhos de inventário atribui aos bens seu mais importante papel, a capacidade de construção de identidades coletivas. No entanto Chuva⁶, embora defenda a participação pública como *fonte* para os trabalhos de seleção de bens, defende uma posição inequívoca sobre o importante papel do técnico.

É onde o saber técnico pode se pronunciar então com mais autoridade, na medida em que deve ser capaz de perceber que valores são representativos e comuns a determinado grupo e qual seu alcance, ou seja, se sua importância ultrapassa o grupo pelo qual foi gerado, justificando a necessidade de preservação destes valores para outros grupos e para as próximas gerações.

Deste modo, o questionamento que ronda esta pesquisa refere-se à falta de representatividade de um “patrimônio” atribuído, e que não é apropriado pelo grupo, a ponto de não constituir significado, ou de ter seu significado substituído facilmente por outros menos duradouros e que absorvem valores provisórios decorrentes do atual estágio de globalização. Entre os resultados deste processo aparece o menosprezo da bagagem cultural herdada e/ou a supervalorização de um determinado bem, geralmente sem “ressonância”, e muitas vezes associados a interesses privados. Invariavelmente, porém, denunciam uma relação equivocada ou mesmo de desconhecimento da importância pública e social de elementos, construídos ou não, que definem a origem, a identidade e referências de determinado grupo.

Londres explica a importância que os inventários podem atingir se conciliarem, na prática, as variáveis que:

forneçam informações para enfrentarmos os problemas complexos que se apresentam não só na área da cultura como às outras áreas (educação, habitação, urbanização etc.), ou seja, que forneçam também elementos para lidarmos com uma série de demandas (...).⁷

⁵ LONDRES, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.27-40.

⁶ CHUVA, Márcia. A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.41-50.

⁷ LONDRES, Maria Cecília. Palestra: A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. Em: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (orgs.). In: *Inventários de Identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.37.

A problemática que ronda a definição do que deve ser preservado perpassa o sentido tradicional ou ingênuo de patrimônio cultural. Muito além de referências identitárias, da ideologia unitária de nação e valores de consumo diversos, envolve atualmente uma série de questões que necessitam de estudo profundo para que seja entendido segundo os sentidos reais que adquire em nossa sociedade e, deste modo, embasar uma legítima seleção de bens e valores que terão mais facilmente sua preservação assegurada.

Os inventários de identificação, largamente usados em muitos países, e inclusive no Brasil desde a década de 30, quando o país inicia efetivamente sua atuação no campo da preservação do patrimônio cultural, são instrumentos, como o próprio nome revela, com o objetivo de identificar e catalogar bens de interesse cultural. Desde a promulgação da Constituição da República no ano de 1988, os inventários constituem legalmente uma opção de preservação, e evoluíram muito do ponto de vista técnico em vários aspectos.

No entanto, os inventários, pelo menos os específicos para bens imóveis, ainda não conseguem abarcar a complexidade das demandas decorrentes da atualização do conceito de cultura (ampliação significativa de patrimônio cultural e participação pública nas decisões) e conciliar devidamente a diversidade de valores que perpassam a decisão do que deve ser preservado.

Este trabalho se insere nessa discussão com o objetivo de aprofundar e trazer à luz novas informações e alternativas sobre o que foi pensado, e o que de fato foi realizado no âmbito da *identificação do patrimônio arquitetônico*, tratando a partir de uma realidade local e regional, o município de Agudo no Rio Grande do Sul, a necessidade de ampliar os elementos e as formas de preservação que compreendem a diversidade cultural brasileira.

O trabalho justifica-se, sobretudo, pela necessidade de refletir sobre a prática da arquitetura no campo do patrimônio cultural, por tratar de um assunto recorrente na área da preservação de um ponto de vista específico: a seleção de bens materiais passíveis de proteção e ações de preservação.

A relevância da pesquisa, deste modo, está na sistematização de um *inventário de identificação* de bens imóveis que poderá servir de alternativa ou apoiar outros trabalhos de inventariação consonantes com os objetivos deste estudo, que leve em consideração os diversos valores (simbólicos,

econômicos, memória, etc.) que legitimam o patrimônio cultural como tal, e tendo como pano de fundo a necessária *participação pública* nas decisões sobre planejamento urbano, apregoada pelo Estatuto da Cidade, objetivando conciliar desenvolvimento local e preservação, e contribuindo para a *preservação do patrimônio cultural* através de um processo local de conhecimento e reconhecimento de valores próprios.

Conforme explicitado anteriormente, estes objetivos serão buscados a partir de um estudo de caso, o município de Agudo no Rio Grande do Sul. Agudo⁸ é um município localizado na região central do Rio Grande do Sul, com uma área de 536 km² e população de pouco mais de 16.700 habitantes, sendo que mais da metade deste número ainda habita sua área rural. Embora tenha se tornado município somente em 1959, emancipando-se de Cachoeira do Sul, sua história inicia ainda no século XIX.

Desde 1824 o Governo Imperial vinha assentando imigrantes com o objetivo de interiorizar a ocupação da Província e desenvolver a região através da agricultura em pequenas propriedades. Estima-se que tenham entrado aproximadamente 50 mil imigrantes desta etnia nos cem anos seguintes à chegada dos primeiros alemães ao estado⁹. Embora menos expressiva que outras, Seyferth¹⁰ reafirma a importância da imigração alemã, para os estados do sul principalmente, pelo caráter pioneiro e pelo impacto cultural que causam ao se estabelecerem:

A relevância desta migração não tem relação com a representatividade numérica, muito aquém dos contingentes oriundos de países latinos como a Itália, a Espanha e Portugal. Sua importância no contexto imigratório brasileiro tem a ver com a forma de participação no povoamento dos três estados do Sul, em zonas pioneiras, constituindo uma sociedade culturalmente diversa que, por sua especificidade étnica, visível também na organização comunitária dos imigrantes que se dirigiram para centros urbanos, chamou a atenção dos nacionalistas brasileiros e criou situações de conflito que perduraram até a década de 1940.

⁸ Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>; acessado em 28/03/09.

⁹ A listagem feita por Pellanda (1925) inclui 142 colônias alemãs fundadas no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1922; e Roche (1969: 121) registra a entrada de cerca de 48 mil alemães entre 1824 e 1914. SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

¹⁰ Idem.

Em 1847 iniciam-se tratativas para a criação de uma colônia alemã no município de Cachoeira do Sul, segundo os objetivos do Governo Imperial. Em julho do mesmo ano o Relatório da Câmara de Cachoeira definia o local da futura Colônia: “*que na margem esquerda do rio Jacuí, no lugar denominado “Serro Agudo”, há bastantes matos devolutos com terras próprias para agricultura, aonde se pode estabelecer a referida Colônia.*”¹¹

Em 1857 é fundada oficialmente a Colônia de Santo Ângelo com o assentamento de colonos alemães provindos em sua maioria da região da Pomerânia, iniciando assim a história de Agudo e fazendo parte de um importante capítulo na formação do país.

O trabalho apóia-se na identificação do patrimônio cultural material do município de Agudo, na região central do Rio Grande do Sul. Para tanto, parte-se do método técnico de *inventário de identificação*, o qual consiste em catalogar *in loco* edificações de visível valor arquitetônico, artístico e histórico e registrá-las em fichas que contenham uma série de informações específicas destas áreas, mais ou menos definidas, a seu respeito. Este tipo de trabalho, pela sua relativa praticidade, costuma ser o método primeiro de aproximação com o patrimônio construído de determinado local e por isso o foco do trabalho. No caso do município escolhido para o estudo de caso, o inventário de identificação contou com 95 bens catalogados abarcando toda a área urbana do município e grande parte de sua área rural.

Embora cumpra muito bem um importante papel, o inventário de identificação mostra-se insuficiente para, sozinho, definir quais bens materiais merecem ser preservados para além de seu valor artístico e arquitetônico. Por enfatizar o patrimônio visível, acaba comumente por ignorar outros tipos de bens de natureza imaterial ou natural, associados ou não à estes espaços construídos, além de muitas vezes representar equivocadamente determinado grupo ou local.

Pensando assim, este trabalho busca empregar outras visões – *técnicas e comuns*¹² – a respeito da cidade e da constituição de seu patrimônio cultural

¹¹ SCHUH, Ângela Schumacher e CARLOS, Ione Sanmartin. Cachoeira do Sul – em busca de sua história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p.39.

¹² Entendidas aqui como *não técnicas*, diz respeito à eleição e apreensão do usuário ou do leigo em relação ao seu próprio patrimônio.

para desenvolver um *método alternativo de identificação de bens materiais* que contemple a complexidade de atribuições de significado e representatividade comum em uma sociedade atual por meio de um estudo de caso.

Deste modo, a pesquisa soma ao processo de identificação, além do (i) inventário de identificação, (ii) a pesquisa histórica e geográfica com ênfase na evolução urbana do município, que embora subentendida no trabalho de inventário não participa formalmente do processo, (iii) o questionário sócio-cultural (quantitativo) com perguntas direcionadas e (iv) entrevistas abertas (qualitativa) com atores locais, a fim de ter uma maior percepção dos valores que vão legitimar a seleção de bens a serem preservados.

O trabalho estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica que objetiva entender os principais conceitos relacionados ao patrimônio cultural e a problemática que envolve sua identificação, segue por uma explicação dos métodos utilizados na pesquisa, e por fim apresenta uma análise da identificação do patrimônio arquitetônico do município de Agudo e as principais questões envolvidas nesse processo.

Para tanto, o primeiro capítulo apresenta um desdobramento teórico que inicia com conceituações gerais de *patrimônio* e a definição usada neste trabalho, e segue com esclarecimentos sobre a importância de sua preservação. Discute-se ainda neste primeiro capítulo o atual entendimento de patrimônio cultural a partir de conceitos relativamente recentes de patrimônio cultural, trazendo um ponto de vista mais abrangente e democrático para seu reconhecimento. Reconhecimento este que se torna proporcionalmente mais complexo tendo em vista estas novas demandas que, pelo mesmo motivo apresentam valores e conflitos intrínsecos ao processo de identificação e preservação deste patrimônio.

O segundo capítulo inicia apresentando os problemas na identificação do patrimônio cultural trazendo o método e os princípios que foram utilizados para o desenvolvimento da cada uma das partes desta investigação. A pesquisa valeu-se de quatro diferentes tipos de análises complementares para apresentar uma proposta alternativa de identificação de bens imóveis utilizando o município de Agudo no Rio Grande do Sul como objeto de estudo.

Assim, o terceiro capítulo trata de desenvolver as análises e cruzar os dados obtidos a partir destas quatro fases de análise: uma primeira

aproximação com o objeto de estudo foi feita por meio de pesquisa histórica objetivando entender a questão da imigração que ainda tem fortes reflexos na cultura do município, focando principalmente a apropriação do espaço e a evolução urbana do município. A segunda parte de análise é feita a partir do próprio inventário de identificação realizado no município, onde se podem destacar os princípios técnicos tradicionais de identificação de bens, e perceber reflexos de uma determinada cultura na arquitetura. A terceira e a quarta parte são sustentadas essencialmente na percepção dos moradores do município sobre seu patrimônio; uma delas baseada num questionário quantitativo que apresentou questões sobre patrimônio cultural subjetivamente, a outra de entrevistas qualitativas onde os entrevistados puderam discorrer abertamente sobre suas impressões sobre o assunto.

Por fim, o trabalho apresenta o cruzamento das informações obtidas a partir destas diferentes análises buscando contribuir de alguma forma para o entendimento e a preservação deste patrimônio cultural. Não se tem, no entanto, a ingenuidade de assumir este patrimônio – e essa sociedade – como imutável, nem tampouco admitir que outros valores associados, diferentes do cultural, não sejam legítimos. Entende-se, porém, que seja fundamental, muito mais que encerrar a discussão, estimular o debate e as reflexões sobre o tema, devido às questões contemporâneas que o mesmo suscita.

1

QUADRO TEÓRICO

Patrimônio Cultural e Preservação: trajetória, definições e conflitos

*Não tem sentido livrarmo-nos do passado para pensar apenas no futuro. Até o fato de nisso se acreditar já é uma ilusão perigosa. A oposição entre futuro e passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada: somos nós que, para construí-lo, temos de dar-lhe tudo, dar-lhe até nossa vida. Mas para dar, é necessário possuir; e nós não possuímos outra vida, outro sangue, além dos tesouros herdados do passado e dirigidos, assimilados, recriados por nós. Entre todas as exigências da alma humana, nenhuma é mais vital que a do passado.*¹³

1.1 Definições e trajetórias do patrimônio cultural

Semanticamente a palavra “patrimônio” está ligada a estruturas familiares, jurídicas e econômicas: herança paterna, bens de família, propriedade, são as definições mais usualmente empregadas nos dicionários de língua portuguesa. A derivação latina “*pater*” refere-se a chefe de família, ou ainda a fundador, remontando a um tipo clássico de culto pelos antepassados.

¹³ WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

O conceito, desta maneira, está assentado no entendimento de que muito do que temos e somos deve-se ao trabalho e à sabedoria daqueles que vieram antes de nós e, embora tenha adquirido um sentido material forte – principalmente na área do direito – etimologicamente carrega uma ligação sentimental com o passado.

Contudo, ao longo dos anos, muitos adjetivos foram sendo incorporados à palavra patrimônio para especificar diferentes sentidos. A este trabalho interessa essencialmente a utilização dos termos que vão definir um conjunto de elementos, ou bens¹⁴, destinados ao usufruto da coletividade pela acumulação contínua e passado comum de valores. Uma determinada obra de arte ou um edifício pode ser capaz de assumir ou responder a diversos significados ao longo do tempo, caracterizando o bem como um objeto diferenciado.

Brandão¹⁵ adverte que o sentido de patrimônio é perspectivado e contextualizado, ou seja, diz respeito a uma cultura¹⁶ e a um tempo histórico definidos, relativos ao nosso presente. Sabendo que este sentido se altera com o passar do tempo, ou conforme a região geográfica, de acordo com o contexto cultural de quem o emprega, é necessário entender a importância conceitual que esse sentido assume, como é transmitido e absorvido até chegar à moderna acepção de patrimônio cultural. Choay¹⁷ examina esse significado:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

O que tomamos hoje por “patrimônio cultural” é uma questão de juízo de valor de determinado grupo. Desta maneira, não pode ser entendido com tal

¹⁴ Segundo a Carta de Burra (1980) do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios: O termo *bem* designa um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence.

¹⁵ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Da Etimologia ao Sentido do Patrimônio*. Belo Horizonte. Revista Eletrônica Interpretar Arquitetura nº 3, 2001. Disponível em <http://www.arquitetura.ufmg.br/>. Acessado em agosto de 2007.

¹⁶ Assume-se aqui o conceito antropológico bastante difundido de cultura, elaborado por Lévi-Strauss, “*que a vê como um código responsável pela ação de um grupo social (...) resultante de um pacto social implícito*”.

¹⁷ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p.12.

até seu devido reconhecimento. Assim, considerar algo como “patrimônio” é, na verdade, uma *construção*.

A construção do conceito de patrimônio cultural é perceptível em todas as sociedades nacionais modernas. Não se pode negar a forte relação entre a formação e consolidação dos Estados Nacionais com a criação de uma identidade baseada na seleção de um “patrimônio comum” e os respectivos discursos que o constroem. Choay¹⁸ chega a fixar uma data para o surgimento do “fenômeno” e coloca o valor nacional como inspirador das medidas de preservação, referindo-se ao momento revolucionário francês no final do século XVIII.

Gonçalves¹⁹ se preocupa em provar que os discursos são a peça-chave para legitimação do “patrimônio cultural”. Segundo ele, estes discursos são articulados em nome de uma totalidade que pretendem representar e relacionados de forma fundamental e autêntica perante todo o grupo. Usualmente são concebidos em meios intelectuais ou em ambientes políticos e ideológicos correspondendo a construções de identidades específicas. Por outro lado, sendo uma questão de juízo de valor e, conseqüentemente, uma construção, o torna legítimo se for capaz de representar determinada coletividade.

Deste modo, Gonçalves²⁰ analisa o patrimônio cultural como uma *categoria de pensamento*, refletindo sobre as limitações e as possibilidades que essa noção oferece à vida social e cultural de determinado grupo. Embora o autor concorde com a relação de patrimônio e a construção de nações, ressalta que como categoria não é uma invenção moderna, fazendo-se presente em sociedades primitivas revelando sua importância para a vida social de qualquer coletividade.

Gonçalves²¹ também associa patrimônio ao conceito de *coleccionamento*. Afirma que pode-se interpretar patrimônio como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Estendendo

¹⁸ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

¹⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e MinC: IPHAN, 2002.

²⁰ GONÇALVES, José Reginaldo S. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²¹ *Ibid.*, p.109.

o fenômeno *coleccionamento*, pode-se perceber que nem todas as sociedades constituem patrimônios com o propósito de acumular os bens que o compõem. Contudo, essa atividade de colecionar é comum a todos os grupos humanos e é parte importante da constituição do que chamamos patrimônio. Conforme o autor “*Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de coleccionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’*”.

Ao mesmo tempo, o conceito de patrimônio cultural combina-se com o de *identidade*, definida por Hall como resultado de uma construção “*a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal*”²². Essa seleção inclui os aspectos que serão utilizados para que um indivíduo fale sobre si e sobre seu grupo, incluindo nele aspectos do passado (individual e/ou coletivo).

Muitas vezes, a noção de patrimônio confunde-se, segundo Gonçalves²³, com a de propriedade. Em muitas culturas, os bens materiais não podem ser “reconhecidos” se separados de seus proprietários. Tais bens não servem somente a propósitos práticos, mas têm atrelados à eles significados mágicos, religiosos ou sociais. Mauss²⁴ define tal associação como “*fatos sociais totais*”, ou seja, bens que admitem simultaneamente funções morais, religiosas, estéticas, políticas, etc. Segundo este ponto de vista, os possuidores de tais bens passam a ser partes indissociáveis das totalidades sociais a que pertencem, transcendendo sua condição de indivíduos.

Embora ambos autores utilizem este tipo de classificação para designar culturas e contextos sociais não contemporâneos, pode-se perceber sua relação na concepção atual de patrimônio cultural, que engloba aspectos *imateriais* associados à cultura, tais como formas de expressão, saberes ou celebrações. Embora só muito recentemente amparada por lei no Brasil, é uma idéia bastante antiga e aventada por muitos dos principais pesquisadores da cultura em nosso país, o que será melhor trabalhado mais adiante.

²²HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? In: POERNER, Arthur José. *Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

²³ GONÇALVES, José Reginaldo S. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p.22.

²⁴ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Apud GONÇALVES, op. cit., p.23.

Tais definições estão baseadas em conceitos antropológicos de cultura que dão ênfase às relações sociais e simbólicas mais que aos objetos. Esta ampliação do conceito de cultura, e por conseqüência de patrimônio, se presta muito bem para elucidar as diferentes relações que o patrimônio pode estabelecer. Essa perspectiva é um dos eixos norteadores desta pesquisa, que propõe trabalhar com a identificação do patrimônio cultural material de Agudo, incorporando referências da população local. É possível perceber pela aproximação de diversas disciplinas que o esforço de identificação e preservação do patrimônio cultural tem como foco, além dos objetos, seus sentidos e significados. Chagas²⁵ afirma que “*aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível*”. Por outro lado, é emblemático o fato de que a classificação *imaterial* ou *intangível*, como preferem alguns autores, seja utilizada para “*classificar bens tão tangíveis quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos*” como atesta Gonçalves²⁶. Londres²⁷ também lembra que para que haja qualquer tipo de comunicação é imprescindível um suporte físico e que para todo signo existe sempre, além da dimensão simbólica, a material. Gonçalves explica que o patrimônio cultural constitui, na prática, uma forma material específica de ligação entre o representante e os representados²⁸:

Chega-se aqui num ponto importante desta pesquisa: o trabalho do arquiteto na seleção dos bens que serão definidos como patrimônio cultural de um determinado lugar nem sempre levou em consideração as referências culturais expressivas para a comunidade em questão. Não se pode concluir que essa atitude seja apenas reflexo de uma preferência pessoal, na medida em que as práticas de inventário e seleção de bens decorrem de uma formação

²⁵ CHAGAS, Mário. O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.97.

²⁶ GONÇALVES, José Reginaldo S. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. In: CHAGAS, e ABREU, op.cit., p.27

²⁷ LONDRES, Maria Cecília . *Para além da pedra e cal...* In: CHAGAS e ABREU, op. cit., p.65.

²⁸ Ao justificar a importância do patrimônio cultural, Gonçalves mostra que mais que servir como artifício diferenciador entre nações ou grupos étnicos, corresponde a uma forma de autoconsciência cultural: “*Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.*”

calcada numa trajetória onde o foco material e estético preponderou sobre os demais critérios de seleção.

Ainda é bastante comum no Brasil a associação da palavra patrimônio a monumentos arquitetônicos vinculados ao período colonial brasileiro (igrejas, fortes e conjuntos urbanos, por exemplo). No meio técnico, esses bens são conhecidos como bens de *pedra e cal* – referência aos materiais tradicionais de construções luso-brasileiras. De fato essa visão foi bastante difundida porque reconheceu durante muito tempo como expressão maior da história nacional as construções de um passado colonial.

Esse reconhecimento está vinculado à trajetória do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje Instituto), que, desde sua criação na década de 1930, vem sendo referência para as práticas preservacionistas no Brasil. A instituição teve sua origem num meio de intensas mudanças políticas, econômicas e, principalmente, culturais. Nesse contexto, muitos dos idealizadores da célebre Semana de Arte Moderna (1922) interferiram significativamente na formulação do pensamento sobre o patrimônio cultural brasileiro, resultando na criação do SPHAN e da primeira lei²⁹ de proteção do patrimônio no país em 1937.

Somente com a criação efetiva do SPHAN – que sofre mudanças sucessivas de nomes até chegar ao atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – é que se desenvolve uma atuação prática em torno do patrimônio cultural brasileiro, onde se destacam nomes importantes da política, da história e da cultura do Brasil como Lucio Costa, Luis Saia, Aloísio Magalhães e Sílvio Vasconcelos, além de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema e até mesmo o ex-presidente Getúlio Vargas, sob cujo mandato se desencadeia a base de toda ação.

Londres³⁰ conta que ao longo de mais de 60 anos de atuação, o IPHAN vem trabalhando na área de preservação do patrimônio com diferentes experiências em relação aos bens selecionados, e analisa a trajetória da política federal de preservação no Brasil com especial atenção ao campo de inventariação e proteção de acervos em momentos distintos de atuação da instituição.

²⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº25 de 1937.

³⁰ LONDRES, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

A autora classifica essa atuação em *momento fundador*, compreendendo as décadas de 1930-1940, e o *momento renovador*, nos anos 1970 -1980. Fonseca explica que, num primeiro momento, a definição do patrimônio nacional esteve totalmente voltada aos remanescentes do período colonial, e que, somente a partir da década de 1970, iniciou-se uma ampliação teórico-conceitual e legal³¹ relativa à preservação do patrimônio. Nesse segundo período, entre outros aspectos culturais brasileiros, dá-se o reconhecimento da contribuição dos imigrantes para a construção da identidade nacional, ponto de trabalho desta pesquisa.

A partir da aprovação da Constituição Brasileira de 1988, essas perspectivas tornaram-se explícitas, dada a ampliação da definição legal de patrimônio:

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.³²

Um pouco mais tarde, em 2000, com a aprovação do Decreto 3.551, que institui o *registro de bens culturais de natureza imaterial*, abre-se o espaço que o assunto merece. Cria-se um novo olhar sobre a diversidade cultural do país, com possibilidades de registro³³ e proteção específica segundo suas características.

O assunto, no entanto, não pode ser considerado novo. A preocupação com expressões de cultura e arte popular era manifesta no projeto de Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) em meados da década de 1930. Todavia, essa visão plural a

³¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

³² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

³³ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551 de 2000.

respeito do patrimônio cultural não foi priorizada à época, adiando seu amparo legal.

Aloísio Magalhães, outro importante nome relacionado ao IPHAN, influenciaria significativamente a percepção sobre o patrimônio ao desenvolver um trabalho consistente vinculado às referências culturais brasileiras. Os trabalhos daquele que liderou a política de preservação do país na década 1980 culminaram com a ampliação do conceito de patrimônio ratificada pela já citada Constituição de 1988. Segundo Gonçalves³⁴, Aloísio valoriza as manifestações imateriais “*não por uma suposta exemplaridade, mas como uma parte da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira.*”

Essa ampliação do conceito de patrimônio trouxe novas perspectivas e desafios também do ponto de vista prático da preservação do “novo” patrimônio decorrente desta corrente de pensamento. Diferentemente do *tombamento*, instrumento legal a que são condicionados os bens materiais a serem preservados, o *registro* é um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, conforme explica Sant’Anna³⁵:

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público.

A preservação deste tipo de patrimônio também difere essencialmente ao que tradicionalmente ocorre em relação à preservação do patrimônio material, que tem sua fundamentação no sentido de sua autenticidade e de sua permanência. No caso dos bens imateriais, os atributos que os definem são naturalmente mais dinâmicos. Segundo Sant’Anna, o conhecimento gerado sobre estas formas de expressão permite identificar a maneira mais adequada de apoiar sua continuidade. Para tanto, o processo que fundamenta seu

³⁴ GONÇALVES, José Reginaldo S. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.56.

³⁵ SANT’ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. (46-55) Em: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.52.

reconhecimento como patrimônio cultural está intensamente fundamentado em sua identificação realizada nas mais diferentes formas de registro (registro fotográfico, sonoro e fílmico, entrevistas, descrição minuciosa dos processos, entre outros). São diferentes fases de inventário, que podem durar anos. Sant'Anna³⁶ afirma que:

O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode preservá-los. (...) Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação (...) sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação.

Em comum com os bens de natureza material, os bens selecionados para *registro* são inscritos também em livros³⁷, recebendo a partir deste momento o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”³⁸. O *registro*, ao considerar a dinâmica destas manifestações culturais, também prevê seu acompanhamento periódico, a cada dez anos. Em caso de extinção de determinada manifestação, o bem permanece registrado como patrimônio de uma época passada e não é renovado.

Outra questão fundamental associada ao patrimônio imaterial e que o liga fortemente a esta pesquisa, é o método utilizado pelo IPHAN para inventariação deste patrimônio essencialmente baseado em *referências culturais*. Segundo Londres,

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de

³⁶ Idem.

³⁷ Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro de Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

³⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551 de 2000.

determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc.³⁹

Essas disciplinas, juntamente com a geografia, a arquitetura e o planejamento urbano, entre outras, também contribuíram para o debate sobre uma nova percepção de patrimônio cultural: a paisagem. Alguns debates de referência sobre o tema merecem ser brevemente abordados, tendo em vista sua importância nos questionamentos propostos por este trabalho.

A base desses debates está na geografia, onde duas abordagens foram recorrentes, como observado por Ribeiro⁴⁰: a abordagem que leva em conta a *morfologia* da paisagem, estabelecida no início do século XX, e aquela voltada para a *simbologia* da paisagem, que começa a ganhar destaque no final dos anos 1960 e ficou conhecida dentro da geografia como eixo do movimento humanista.

A primeira abordagem tem como análise o método morfológico, desenvolvido pelo geógrafo americano Carl O. Sauer⁴¹, que apresenta uma análise da paisagem em suas formas materiais, demonstrando a preocupação em investigar como a cultura humana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma essa paisagem. A segunda corrente de pensamento da paisagem está voltada para seus aspectos simbólicos, destacando a subjetividade na pesquisa como característica principal. Um dos principais ícones dessa corrente é Berque⁴², que a partir de meados da década de 80 sustentou a idéia de que a paisagem é *marca*, porque expressa uma civilização, mas também é *matriz*, porque participa dos esquemas de

³⁹ LONDRES, Maria Cecília. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. Iphan, 2000. p.20.

⁴⁰ RIBEIRO, Rafael Winter. *Caderno de estudos do PEP – Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p.10.

⁴¹ SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, L. R.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.12.

⁴² BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Probemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84.

percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, esquemas que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

É possível entender que a distância existente entre o entendimento da paisagem como estudo morfológico e o entendimento da paisagem como estudo simbólico não encontra espaço no entendimento da paisagem como patrimônio cultural. É justamente na relação entre a forma e seu valor como símbolo, ou seja, entre o material e seu valor imaterial, que se compreende o valor patrimonial da paisagem, conforme destaca Martins⁴³:

Dentro desse grande grupo de bens materiais, imateriais e naturais, pelo qual perpassa a cultura de um povo, encontra-se a paisagem, um conjunto de formas físicas, naturais e construídas, impregnada de valor simbólico. A paisagem pode ser considerada um bem que pode hoje registrar todos os caminhos passados do patrimônio e sua presente atribuição de valor.

A percepção da paisagem como portadora de significado cultural tem sido utilizada, mais intensamente nos últimos dez anos, como importante meio de entendimento do território e base para planos de ordenação territorial. Com esse objetivo, e tendo também como preocupação a preservação do patrimônio natural, alguns documentos internacionais foram importantes para a crescente consciência da importância da paisagem, dos quais Martins⁴⁴ destaca a Carta da Paisagem Mediterrânea redigida em Sevilha em 1993 por uma iniciativa conjunta entre Espanha, França e Itália; a Recomendação R(95)9 sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, proposta pelo Conselho da Europa em 1995; e a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), cuja formulação iniciou em 1994 e cujo texto final foi apresentado em Florença em 2000, que tem por objetivo incorporar a dimensão paisagística nas políticas públicas mediante o desenvolvimento de instrumentos de ordenação, gestão e fomento dos valores paisagísticos.

⁴³ MARTINS, Marina Cañas. *Paisagem em Circulação: O Imaginário e o Patrimônio Paisagístico de São Francisco do Sul em Cartões-Postais (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado: PROPUR/ UFRGS, 2008. p.15.

⁴⁴ MARTINS, Marina Cañas. *Paisagem em Circulação: O Imaginário e o Patrimônio Paisagístico de São Francisco do Sul em Cartões-Postais (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado: PROPUR/ UFRGS, 2008. p.3.

Martins⁴⁵ sintetiza as conceituações de paisagem dos diferentes textos, ressaltando os enfoques comuns que os balizam:

- a) Interação entre homem e natureza: a paisagem é expressão formal da relação sensível dos indivíduos e das sociedades em um tempo e um espaço topograficamente definido;
- b) Percepção do espaço: a paisagem é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território apropriado pelo homem é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade;
- c) Atribuição de valor: a paisagem deve ser considerada portadora de significado cultural, pois por ela são definidas sensibilidades, práticas, crenças e tradições e à ela são atribuídos valores de ordem afetiva, de identidade, estética, simbólica, espiritual ou econômica.

Incorporada nessa discussão, em 1992, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), acrescentou *paisagem cultural* como categoria para inclusão de bens na sua lista de Patrimônio Mundial. A mesma Convenção também criou diferentes classificações para a categoria, que são um bom parâmetro para trabalhos que pretendam abranger essa dimensão patrimonial: *paisagens claramente definidas*, aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, como jardins e parques construídos por razões estéticas; *paisagem evoluída organicamente*, aquela que resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e que desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo; e *paisagem cultural associativa*, aquelas que têm seu valor dado em função das associações que são feitas à elas, mesmo que não haja manifestações materiais de intervenção humana⁴⁶.

Como conseqüência do debate proposto pelos documentos mencionados, e procurando uma adequada gestão da paisagem, vários países estão desenvolvendo políticas públicas para balizar métodos e atuações voltados para a identificação, preservação e potencialização da qualidade de seus recursos paisagísticos.

Por muito tempo, no Brasil, o IPHAN tratou a paisagem como entorno de bens tombados, ou como pano de fundo daquilo que interessava preservar.

⁴⁵ Ibid. p.4.

⁴⁶ FOWLER, P.J. *World Heritage Papers 6. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. Paris: UNESCO, 2003. p 19.

Hoje, o instituto tem buscado evoluir seu pensamento assim como a forma de atuar sobre a paisagem. Ribeiro⁴⁷ destaca as experiências mais recentes do instituto, como o projeto *Roteiros Nacionais de Imigração* no sul do país que procura entender os bens patrimoniais tomando a paisagem como elo de integração, e o Projeto Cariri, no Ceará, onde a noção de paisagem foi utilizada para a delimitação do território da pesquisa. Tendo em mente o modo como a paisagem foi tradicionalmente trabalhada pelas instituições de preservação no Brasil, Ribeiro⁴⁸ aponta alguns aspectos que devem balizar qualquer abordagem sobre a paisagem como um bem patrimonial:

Se quisermos utilizar essa categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado. Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existem. (...) É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.

Embora muito cedo para apresentar resultados definitivos, o assunto não se esgota aí, e já possui uma boa base teórica capaz de sustentar atuações práticas de identificação e proteção de paisagens culturais. Nesse sentido, a pesquisa sobre a identificação do patrimônio cultural de Agudo buscou levar em consideração não só a arquitetura em si, mas sua relação com a paisagem, como consequência de uma construção simbólica e uma atribuição de valor.

No entanto, entende-se que essa atribuição de valor ao patrimônio cultural, nas suas mais diversas formas, não é apenas simbólica. Economia e política, por exemplo, interferem diretamente sobre a valoração e preservação.

Ainda que seja assunto controverso nos meios acadêmicos, o valor comercial da cultura não pode ser negado porque participa direta ou indiretamente da constituição do patrimônio. Influi, por exemplo, na seleção do que deve ser preservado ou não, até em suas formas mais simples de consumo, como o artesanato. Assim, o valor comercial do patrimônio cultural é

⁴⁷ RIBEIRO, Rafael Winter. *Caderno de estudos do PEP – Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p.111.

⁴⁸ RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.p.111.

tão legítimo quanto qualquer outro porque permite leituras e apropriações por diferentes grupos sociais, conforme será discutido a seguir.

1.2 Patrimônio cultural, valores e conflitos

A identificação do patrimônio cultural de um determinado lugar pressupõe a atribuição de uma escala de valores aos bens em estudo. Esses valores podem ser diferentes dependendo de quem os atribui. Assim sendo, trata-se a seguir dos diferentes valores atribuídos ao patrimônio cultural e, essencialmente, seus reflexos na sociedade contemporânea, o que pode resultar em diferentes apropriações, às vezes contraditórias entre si. Estes aportes teóricos viabilizaram o entendimento dos processos de valoração do patrimônio cultural de Agudo.

No início do século XX, a reflexão sobre a preservação de monumentos na Europa, influenciada pelas teorias de estudiosos do patrimônio, entre eles Viollet-le-Duc, Camillo Boito e John Ruskin⁴⁹, bem como sob a influência de freqüentes descobertas arqueológicas e paleológicas, culmina com indagações sobre a verdadeira função de tais bens.

No início da década de 1910, Alöis Riegl (1858-1905), então presidente da Comissão Austríaca de Monumentos Históricos, recebeu o encargo da Presidência da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos da Áustria de reorganizar a proteção dos monumentos públicos no país. Então, em 1903 escreveu *O Culto Moderno aos Monumentos*, onde analisa a noção de monumento histórico⁵⁰, tornando-se o primeiro a defini-lo a partir dos valores que lhe são atribuídos ao longo do tempo, estabelecendo-lhes uma nomenclatura pertinente⁵¹.

⁴⁹ Sobre o panorama dos principais teóricos do campo da preservação e das cartas internacionais de preservação, ver Apêndice A.

⁵⁰ *Monumento histórico* pode ser contextualizado nesta pesquisa como *patrimônio cultural* num sentido amplo.

⁵¹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p. 168.

Mais do que isso, Riegl⁵² analisa o monumento histórico como objeto social e filosófico, acreditando que “*somente a investigação dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática*”⁵³, pressuposto no qual este trabalho se apóia. A breve observação que segue dos valores identificados por Riegl permite identificar a atualidade com que sua análise pode contribuir para essa pesquisa.

Riegl⁵⁴ preocupa-se, inicialmente, em definir claramente monumento e monumento histórico, fundamentando-se na intencionalidade com que são erigidos: enquanto o monumento é criado com a intenção de lembrar, o monumento histórico adquire significado ao longo do tempo. Com isso, o autor propõe dois grandes grupos de valores: valores rememorativos, ligados à memória, à história e à história da arte; e valores de contemporaneidade, que surgem da satisfação das necessidades materiais e espirituais do homem contemporâneo.

Os valores rememorativos compreendem o Valor de Antigüidade, o Valor Histórico e o Valor Rememorativo Intencionado⁵⁵.

1) Valor de Antigüidade: é um valor exclusivo do monumento histórico. Refere-se à transitoriedade das criações humanas, cujo fim é a degradação. Os critérios fundamentais para a identificação desse valor são a aparência e o desgaste da superfície. Manifesta-se na forma de pátina, resultado da ação da natureza ou do uso cotidiano. As intervenções nesse tipo de monumento são indesejadas, pois fogem de seu ciclo natural.

2) Valor Histórico: também é exclusivo do monumento histórico e ligado à História e História da Arte. É associado à relação entre o monumento e a transformação de campos criativos da humanidade. Diz respeito a tudo aquilo que foi conservado da atividade humana e que represente um determinado momento de sua transformação. A preservação do monumento é fundamental para que se mantenha o valor histórico e sua transmissão para as gerações futuras.

⁵² RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. Madrid, Visor, 1987.

⁵³ Idem.

⁵⁴ RIEGL, op. cit., p.23.

⁵⁵ RIEGL, op. cit., p.45.

3) Valor Rememorativo Intencionado: tem valor para a memória e refere-se àquelas criações que foram determinadas tendo em vista uma função memorial deliberada.

No caso dos valores de contemporaneidade, Riegl identifica o Valor Instrumental ou de Uso e o Valor Artístico, que pode ser de novidade ou relativo⁵⁶:

4) Valor de Uso: está relacionado à possibilidade de utilização do monumento para satisfação das atividades do homem contemporâneo. O critério para a sua identificação é a utilização ou não do bem patrimonial. Não há distinção entre monumento e monumento histórico.

5) Valor Artístico de Novidade: refere-se à aparência intacta e fresca da obra, com perfeito estado de forma e cor, expressando um caráter de novidade. Pode ser atribuído tanto ao monumento quanto ao monumento histórico. Ao serem acrescentados novos atributos artísticos, este passa a agregar um valor de novidade. Pode ser considerado o valor “das massas”, visto que atinge diretamente a sensibilidade de não leigos, que acreditam, muitas vezes, ser mais belo aquilo que é novo.

6) Valor Artístico Relativo: refere-se à possibilidade de que obras de gerações anteriores ainda continuem acessíveis à sensibilidades modernas.

A contribuição de Riegl também reside na identificação precisa entre as exigências simultâneas e contraditórias destes valores, o que sugere uma hierarquia: o valor de antiguidade, que na análise de Riegl cronologicamente é o último a surgir, se sobrepõe ao de uso e ao histórico, sustentando superioridade também sobre o de novidade. Riegl também descreve a incongruência entre o valor de uso e o valor artístico relativo, e entre o valor de uso e o valor histórico, apontando, a inquietação que comumente rondava a preservação de monumentos na época.

Impressiona o caráter não dogmático com que explicita sua análise. Riegl mostra que os conflitos advindos das contradições entre os diversos valores podem ser solucionados levando-se em consideração, particularmente, o estado do monumento e o contexto social em que está inserido.

⁵⁶ RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. Madrid, Visor, 1987. p.69.

Por outro lado, percebe-se uma crítica à sociedade, embora contida, pela própria natureza do trabalho. Riegl⁵⁷ investe no valor de antiguidade um potencial apelo democrático: por um lado, o autor acredita que o monumento é somente um substrato concreto necessário para produzir a impressão psíquica que remete ao ciclo natural de nascimento e morte e à idéia do tempo transcorrido desde o surgimento do monumento, revelado através de sua pátina. Por outro, acredita que a percepção do valor de antiguidade, por sua simplicidade, atinge um nível de reverência maior do que a razão explica, justificando assim o título do trabalho:

Ao não pressupor essa impressão psíquica nenhuma experiência científica, e dado, sobretudo, que não parece necessitar para sua satisfação de nenhum conhecimento adquirido pela cultura histórica, ao contrário é produto da simples percepção sensorial, aspira chegar não somente às pessoas cultas, àquelas que necessariamente ficam circunscritas a conservação de monumentos históricos, como também às massas, à todas as pessoas sem distinção de sua formação intelectual. Nessa pretensão válida generalizadamente, que tem em comum com os valores do sentimento religioso, se baseia o profundo significado, de conseqüências não previsíveis ainda, deste novo valor rememorativo dos monumentos (...). (Tradução nossa).

Riegl adianta, por meio de sua crítica, a relação entre patrimônio histórico e problema social. Choay⁵⁸ sustenta que Riegl, “*Avaliando o peso semântico do monumento histórico, faz dele um problema da sociedade, ponto central de um questionamento sobre o devir das sociedades modernas*”. Numa análise mais ampla, pode-se afirmar que Riegl antevê equívocos de base pedagógica de valoração – ainda que não os mesmos previstos por ele em 1903 – que ofuscam o entendimento do patrimônio cultural atualmente.

Estranhamente, Riegl não desdobra um dos valores que logo se tornará chave na definição do patrimônio cultural moderno, que é chamado por alguns autores de valor nacional. Rotman e Castells⁵⁹ reconhecem que,

⁵⁷ RIEGL, Alöis. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. Madrid, Visor, 1987. p.31.

⁵⁸ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p.170.

⁵⁹ ROTMAN, Mônica e CASTELLS, Alicia. Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.59.

historicamente, os processos de construção patrimonial têm sido associados à formação dos Estados Nacionais e vinculados à sua utilização como recurso de unificação dos mesmos.

O fato de que todo patrimônio é, de certa forma, “inventado” parece ser ponto passivo entre os autores que se dedicam a explicá-lo. Gonçalves⁶⁰ também compartilha dessa posição, mas introduz uma importante questão relacionada ao tema:

Nas análises dos modernos discursos sobre o patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou inventado (...) um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, em seguida explorados de formas diversas pelo mercado, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas, e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado nem das iniciativas do mercado, embora esteja intimamente associados a estas.

Com este entendimento, o autor remete a construção/ invenção do patrimônio ao conceito de ressonância formulado por Greenblatt⁶¹, e que ajuda a entender um pouco sobre suas diferentes apropriações:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

Gonçalves⁶² também explica o intrincado processo de construção do patrimônio e a relação entre a subjetividade e a materialidade expressas no título de seu trabalho:

Nos processos de construção dessas intuições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambigüidades. Substituem-se

⁶⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/ jun 2005. p.19.

⁶¹ GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: Ressonância e Encantamento. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p.20.

⁶² GONÇALVES, op.cit., p.20.

categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. Essa eliminação da ambigüidade e da precariedade por patrimônios culturais pode colocar em risco o seu poder de ressonância, seu poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram. No entanto, paradoxalmente, esta é uma das condições para que eles venham a ser reconhecidos como patrimônios.

No entanto, voltando para a parte objetiva da construção do patrimônio, pode-se perceber questões ligadas à representatividade – ou à falta dela – que denunciam que essa construção, na maior parte das vezes, não abarca a diversidade dos grupos definidos por Rotman e Castells como subalternos⁶³. Assim, as autoras introduzem um importante ponto para o desenvolvimento desta pesquisa ao analisar as conseqüências dessa construção do patrimônio cultural:

Isso acarretou a seleção de bens (culturais, históricos e artísticos) determinada pelos interesses desse Estado (e suas classes hegemônicas) que usualmente não tem contemplado a nação real. Tal fato ocorreu na maioria dos Estados latino-americanos, que, sendo nações com produção cultural heterogêneas, vêm excluindo parte das mesmas.

Canclini⁶⁴ concorda com a noção de construção de um determinado patrimônio cultural, sobretudo no que se refere à idéia de unificação de uma nação. Mais que isso, enfatiza problemas decorrentes desse processo:

Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre classes, as etnias e os grupos.

O autor afirma que esse princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas devido, principalmente, à enorme diversidade de capital cultural compartilhado: em sociedades arcaicas os

⁶³ ROTMAN, Mônica e CASTELLS, Alicia N. G de. Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.59.

⁶⁴ CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. In: *Revista do Patrimônio* n.23. Cidade. Brasília: MinC: IPHAN, 1994. p.97.

conhecimentos e crenças eram acessados igualmente por quase todos os integrantes do grupo, definindo uma relativa homogeneidade cultural.

Atualmente, esse quadro não pode ser tomado como referência determinante. Percebemos a busca pelo reconhecimento oficial de diversos grupos, num processo de afirmação de múltiplas e distintas identidades. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte põe em contato os inúmeros grupos e seus diferentes interesses, implicando uma tensão global de identidades. Conforme Mercer, “*a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.*”⁶⁵

Atualmente o tema “identidade cultural” é bastante recorrente, assim como as mudanças que a afetam, decorrentes dos processos modernos de mundialização e globalização, definida como o processo de trocas instantâneas e universais (de informações, de mercadorias, etc.) entre as diversas partes do mundo. Enquanto alguns autores defendem a idéia de que a globalização reflete negativamente sobre as culturas e identidades nacionais, outros sustentam que esse processo tem sido fonte de estímulo para reforçar os laços identitários locais.

Os questionamentos sobre a influência das relações modernas, sobre o comportamento das sociedades, não é recente. O marxismo já previa a substituição gradual dos valores locais ou particulares pelos valores universalistas do liberalismo⁶⁶. Sem assumir posição ideológica, é necessário admitir a expansão do capitalismo como elemento estrutural dessa discussão, visto que é o principal responsável pelo rompimento de fronteiras.

São relativamente recentes, porém, as discussões sobre as transformações pelas quais o conceito identidade passou. Stuart Hall⁶⁷ discute não só essa mudança nos conceitos de identidade e sujeito como, também, as relações destes com o conceito de identidade cultural. O autor apresenta uma revisão sobre o papel do sujeito na concepção de identidade, a partir de três

⁶⁵ MERCER apud WOODWARD. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.19.

⁶⁶ HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? In: POERNER, Arthur José. *Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p.97.

⁶⁷ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. – 9ª ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

momentos paradigmáticos. O “sujeito do iluminismo”, dotado de capacidade e razão, tem uma concepção individualista de identidade. Possui, a partir deste ponto de vista, uma identidade inata que independe do mundo exterior. Num segundo momento, o “sujeito sociológico” muda essa concepção individualista para uma concepção mais interativa: apesar de assumir um núcleo interior identitário *a priori*, o indivíduo molda sua identidade na relação com outras pessoas importantes. Neste momento já está presente o conceito de cultura capaz de formar/ modificar identidades. Finalmente, culminando o processo de transformação destes conceitos, surge o “sujeito pós-moderno”, que não possui uma, mas várias identidades, por vezes fragmentadas e contraditórias.

Esta idéia, em oposição às outras anteriores, é uma concepção mutável de identidade, e admite que o sujeito não possua uma identidade mas assuma, mesmo que temporariamente, uma (ou mais identidades) *“formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.”*⁶⁸ O sujeito passa a ter várias identidades possíveis, por vezes temporárias. Logicamente, nem sujeito, nem identidade podem ser entendidos separados do meio. Atualmente, é necessário perceber o caráter da mudança sobre as sociedades ditas “tradicionais” para se ter dimensão do impacto que a globalização exerce sobre elas.

Nas sociedades contemporâneas, em mudança constante e rápida, as práticas sociais são reformadas continuamente à luz das informações recebidas sobre as próprias práticas, alterando seu caráter⁶⁹. Este fato, para as novas gerações, pode ser incontestável e, talvez, seja condição irremediável na formação dessas identidades. Mas fica mais difícil assumir essas mudanças – nem tão imediatas nem tão uniformes – quando se trata de sociedades tradicionais.

Nas sociedades tradicionais as práticas sociais são recorrentes. Isto significa que o *“passado é venerado e símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações”*⁷⁰. Este é o ponto de estabilidade entre *sujeito e mundo cultural*, que torna ambos unificados e predizíveis, e que nas

⁶⁸ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. p.21.

⁶⁹ Ibid., p.14.

⁷⁰ GIDDENS apud HALL, op.cit., p.14.

sociedades contemporâneas vem sendo deslocado segundo um processo que Hall⁷¹ chama de *descontinuidade*.

Dentro desta lógica surge um primeiro questionamento que diz respeito à pressuposta unidade/ homogeneidade das identidades dentro de um mesmo grupo. Toda e qualquer identidade é, de alguma forma, uma representação e, como tal, assume força política variável. Isso significa que é ao mesmo tempo particular e excludente, inclusive dentro de um mesmo grupo, dependendo da representatividade ou da convenção que se pretende adotar.

Conforme já discutido anteriormente, na história moderna as “culturas nacionais” assumem força política suficiente para formar uma unidade que caracterize a *identidade nacional*, que por sua vez tende a se sobrepor a outras fontes mais particularistas de identificação cultural.

Ocorre que o processo de globalização desloca essa idéia clássica de sociedade, de sistema delimitado e de vida social ordenada ao longo do tempo e do espaço obrigando novas compreensões de distâncias e escalas temporais. Isso acontece no momento em que qualquer evento importante tem o poder de causar impacto a grandes distâncias. O mundo conhecido torna-se maior e as distâncias mais curtas, influenciando todo um sistema de coordenadas (e representações simbólicas) consolidadas pela recorrência.

Hall⁷² pondera sobre três questões conseqüentes do processo descrito acima: a) as identidades nacionais estão se desintegrando; b) as identidades nacionais estão se reforçando; e c) as identidades estão em declínio dando lugar a novas identidades híbridas.

O autor desenvolve estas três questões a partir da idéia de que a globalização é um processo essencialmente ocidental, e que está distribuído desigualmente entre as regiões e mesmo entre os diferentes estratos da população dentro das regiões. É o que Massey⁷³ definiu como *geometria do poder*, elaborado a partir das novas articulações entre o global e o local.

Hall⁷⁴ explica que a idéia de homogeneização das identidades nacionais é uma tendência, mas que, apesar disso, não funciona no sentido de anular a

⁷¹ HALL, op.cit.,p.16.

⁷² HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. p.18 em diante.

⁷³ MASSEY apud HALL, op.cit., p.78.

⁷⁴ HALL, op.cit.,p.78.

diferença – a identidade local – mas de mercantilizá-la, o que define como *indústria cultural*. Segundo ele, as indústrias culturais das sociedades ocidentais são um fenômeno que domina as redes globais e que estimula, ou mesmo impele a escolhas de identidade.

Outros autores apóiam essa posição. Canclini⁷⁵, ao definir patrimônio na época da indústria cultural, afirma que “a *massificação das sociedades contemporâneas (reformulou) os problemas do patrimônio e da participação*”. Poerner⁷⁶ chega ao extremo de afirmar que:

as ameaças às identidades se tornam cada vez mais sofisticadas (...). A revolução tecnológica em curso nos meios de comunicação em massa vem transformando o mundo numa aldeia e mercado globais, em que as indústrias culturais dos países ricos funcionam como instrumentos de dominação neocolonial”.

Embora esse fato seja mais intenso no centro do sistema que nas periferias, é necessário lembrar que as “sociedades da periferia” sempre estiveram “abertas” às influências culturais do centro, mesmo que num ritmo mais lento⁷⁷. A pergunta que surge a partir disso é se é realmente possível um sentimento “puro” de identidade coerente e integral. É inegável a alteração das identidades, historicamente, pelas confrontações culturais.

Este jogo de influência é de tal ordem que cria uma interdependência de ambos os lados. A ânsia por estar dentro do sistema cultural é o principal fator de migração em massa para os centros irradiadores de “cultura”, que vêm a formar núcleos étnicos em seu interior. O resultado é um embate de culturas – ou identidades – que pode se manifestar de diversas formas.

Surge aí a segunda questão, que vê nascer deste *embate* um fortalecimento das identidades locais como reação defensiva por parte de grupos dominantes (geralmente de caráter étnico ou religioso) que se sentem

⁷⁵ CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Revista do Patrimônio n.23. Cidade. Brasília: MinC: IPHAN, 1994. p.106.

⁷⁶ POERNER, Arthur José. *Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.p.16.

⁷⁷ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004.p.79-80.

ameaçados com a presença de outras culturas igualmente fortes num processo descrito por Hall⁷⁸ como racismo cultural.

No entanto, como relata Woodward⁷⁹, a identidade é relacional, ou seja, funciona ao mesmo tempo como comum, mas marcada pela diferença. Ele explica que a manutenção das identidades prescinde de identidades diferentes, seja pelo reconhecimento da própria identidade, seja pela sua afirmação. A representação destas identidades funciona através da diferença com o grupo (étnico, religioso, etc.) dominante, ou seja, todos os outros grupos não são iguais. A isso, Laclau e Mouffe⁸⁰ deram o nome de *eixo comum de equivalência*: a identidade funciona ao largo de vasta gama de diferenças.

Esse é o ponto onde inicia o entendimento para a última questão. Identidade e diferença necessitam articular-se sem anulação de qualquer uma delas, pelo menos não completamente.

O que essas sociedades ou comunidades (minorias étnicas, grupos religiosos, etc.) têm em comum, é que elas se representam através da apreensão de identidade una; mesmo que sejam culturalmente diferentes, são vistas e tratadas de forma homogênea. Hall⁸¹ afirma que, a partir disso, é possível que:

(...) surjam novas identidades culturais misturadas ou em transformação, que retiram seus recursos de diferentes tradições culturais (...) produto desses complicados cruzamentos (...) que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.

Robins⁸² chama tal processo de *Tradução*. Se por um lado existem as identidades baseadas na *Tradição*, que buscam sua afirmação, ou tentam retomar a unidade segundo seus princípios puros “anteriormente” estabelecidos, por outro há aquelas que, aceitando a influência da história, da política e da diferença, se fundem formando novas identidades. Assim, a *Tradução* nasce da necessidade que as pessoas apartadas de seus locais de

⁷⁸ HALL, op.cit.,p. 85.

⁷⁹ WOODWARD. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.14.

⁸⁰ LACLAU e MOUFFE apud HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. p.86.

⁸¹ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. p.86.

⁸² ROBINS apud HALL, 2004. p. 87.

origem, mas que retêm fortes vínculos com eles “*são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades.*”⁸³

Este processo pode ser uma poderosa fonte criativa capaz de produzir novas *culturas híbridas*⁸⁴. Entretanto, o autor alerta para o fato de que o relativismo que gera pode ter seus custos, a exemplo, das fervorosas formas de contra-identificação citadas anteriormente.

Ao que tudo indica, os “desvios” da globalização parecem interferir sim sobre as identidades locais (nacionais, particulares), sendo capaz de torná-las mais políticas, polarizadas ou mais plurais, *híbridas*; mas não se pode dizer, pelo menos ainda, que resulta nem no triunfo do *global* nem na persistência do *local*, dado que seus efeitos são vistos ainda como contraditórios.

Gonçalves, por exemplo, questiona, em certa medida, a reverência atribuída ao patrimônio cultural. Ele o vê como uma espécie de obsessão coletiva, quase como Riegl o fizera um século antes. O significado de “limites” no título de seu trabalho alerta para o risco de banalização do potencial descritivo e analítico da categoria, principalmente pela expansão ilimitada da noção de patrimônio: “*Afinal, em que medida o fato de se possuir um patrimônio cultural ainda é capaz de diferenciar significativamente indivíduos e coletividades?*”⁸⁵

Ele também analisa o papel do mercado na delimitação das fronteiras do patrimônio cultural, apresentando uma perspectiva diferente da de autores apresentados até aqui. Assim, Gonçalves⁸⁶ denuncia a desconfiança com que o mercado é tratado, sobretudo pelos seus efeitos sobre a “autenticidade” do patrimônio cultural.

Weiner⁸⁷ sustenta que o mercado ainda é representado como algo exterior ao patrimônio, algo que não faz parte de sua natureza, mas defende que seus princípios e regras sempre estiveram presentes na própria concepção de patrimônio cultural. A autora explica que o controle estatal a que o

⁸³ Ibidem, p. 88.

⁸⁴ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004. p.91.

⁸⁵ GONÇALVES, José R. S. Os Limites do Patrimônio. Em: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.p.239.

⁸⁶ Ibid., p. 240.

⁸⁷ WEINER, apud, GONÇALVES, op.cit., p.240.

patrimônio é submetido em sua gênese, de forma a garantir que esses bens tenham alcance público, ou seja, que não sejam alienáveis, condiciona a forma de percepção e apropriação:

A própria “inalienabilidade” dos bens que integram os patrimônios pode tornar-se uma forma de mercadoria nos contextos contemporâneos, agregando valor aos objetos e transformando-os em alvo de interesse turístico.

Gonçalves⁸⁸ defende que, hoje, as regras do mercado são fundamentais para entendermos os processos de expropriação, de classificação e de exibição dos patrimônios, e cita que “(...) *antes do saque não havia patrimônio no Egito*”. Talvez intencionalmente exagerada, a posição de Gonçalves⁸⁹ aponta para:

(...) a distinção entre as representações da categoria patrimônio nas grandes civilizações, nas chamadas culturas primitivas, e as transformações que ela sofre nos contextos históricos e culturais da modernidade, marcado pela vida nas grandes metrópoles, por uma complexa divisão social do trabalho, pela especialização e pela economia monetária. O fato de estarmos lidando com uma categoria universal – e, nesse sentido, presente em qualquer coletividade humana – não nos exime absolutamente de qualificá-la em termos culturais e históricos. Afinal, nosso acesso às categorias não é possível se não por meio de suas atualizações culturais e históricas.

O problema identificado pelo autor é que atualmente o Estado vem perdendo gradualmente o controle em favor da pluralidade de agências e agentes de referência local.

Gonçalves⁹⁰ explica que em contextos tradicionais os bens culturais, justamente por serem inalienáveis, põem em foco a dimensão fundamental do patrimônio, que é o fato de ser impedido de circular no mercado; por outro lado, em contextos contemporâneos, o patrimônio tem trânsito através de modalidades mercantis, como no colecionismo, mercado negro, etc.

Desta forma, os bens são deslocados de seus meios originais de produção e uso e passam a integrar coleções, alterando desta forma os *valores*

⁸⁸ GONÇALVES, op.cit., p.241.

⁸⁹ GONÇALVES, op.cit., p.241.

⁹⁰ GONÇALVES, José R. S. Os Limites do Patrimônio. Em: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.p.242.

que lhes são atribuídos, ou seja, “*dos valores rituais ou sociais aos valores de exibição que irão adquirir quando integrados em coleções e em acervos*”⁹¹.

Essa alteração de contexto a que são submetidos esses bens rompe com determinados fundamentos e permite que este patrimônio seja reapropriado como “cultura objetiva” integrando coleções e acervos, ou “cultura subjetiva” participando no processo de formação de personalidades individuais. Segundo Simmel⁹²:

Desprendidos de seus vínculos orgânicos, os objetos que compõe os patrimônios impõem-se exteriormente aos indivíduos, tornam-se de certo modo estranhos a estes; no entanto, é deste modo que se configuram como condição para sua apreensão subjetiva e podem ser incorporados nos processos de auto-cultivo e de formação das personalidades coletivas e individuais.

A substituição gradual do sentido inalienável do patrimônio cultural e sua vinculação aos estados nacionais e instituições estatais de proteção confunde a “*forma de se perceber o patrimônio como algo organicamente ligado à história e à identidade nacional e supostamente articulado em contraposição natural ao mercado*”⁹³.

Arantes⁹⁴, por sua vez, distingue *patrimônio como referência* e *patrimônio como recurso*, diferenciando valores, às vezes simultâneos, presentes nos bens (objetos ou tradições). Assim, patrimônio como *referência* está relacionado aos sentidos enraizados e subjacentes, que estruturam a memória coletiva e que remetem à constituição de identidade, pressuposto fundamental para o entendimento desta pesquisa. Conforme o próprio autor, são os saberes e os valores compartilhados pelos membros de determinado grupo, assim como os objetos e os lugares onde tais valores se condensam. De outro modo, patrimônio como *recurso* se relaciona ao potencial que os bens

⁹¹ Ibid., p. 243.

⁹² SIMMEL, Georg, apud GONÇALVES, op.cit., p.243.

⁹³ GONÇALVES, José R. S. Os Limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.244.

⁹⁴ ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1984.

culturais têm de serem mercantilizadas, como por exemplo na relação entre patrimônio e turismo.

Rotman e Castells⁹⁵ se preocupam em analisar o alcance do turismo e seus reflexos no patrimônio cultural. As autoras defendem que, apesar dos fenômenos de espetacularização e massificação serem criticados largamente, não podem ser classificados sempre como negativos, já que participam invariavelmente do processo de promoção do patrimônio cultural.

Tendo o turismo cada vez mais se apropriado do objeto desta pesquisa – o patrimônio cultural de Agudo – procura-se a seguir entender sua participação e seus limites neste processo, assim como as conseqüências previstas na discutida relação entre patrimônio e mercado.

O turismo não pode ser considerado uma atividade nova. Pode-se pensar sim que se investe muito neste processo em praticamente todos os cantos do globo e que, atualmente, ele abrange uma enorme quantidade de serviços, movimentando uma renda considerável e perfazendo uma parcela importante da economia de vários países, inclusive o Brasil.

Visto deste ângulo, pode-se pensar que o problema estaria em oferecer novos lugares de visitação e provê-los da infra-estrutura e serviços associados, onde todos – inclusive o patrimônio cultural envolvido – sairiam ganhando. Mas o turismo precisa ser considerado em sua complexidade, principalmente no que diz respeito à produção do *espaço social*. Rodrigues⁹⁶ nos propõe entender o turismo como uma atividade “produtora” e “consumidora” do espaço:

Entendo que o *Turismo* é uma atividade que produz (mesmo quando se apropria sem transformar) um espaço. Valora uma determinada paisagem sem que haja uma intervenção para a produção espacial: olhar o céu, o mar, etc. (...) Portanto pode não haver nenhuma transformação direta no território, mas há uma apropriação direta e/ ou indireta e uma “*produção espacial*” simbólica – a beleza “*natural*” ou a cultural.

⁹⁵ ROTMAN, Mônica e CASTELLS, Alicia N. G de. Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades. Em: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.63.

⁹⁶ RODRIGUES, Arlete Moysés. A Produção e o Consumo do Espaço Para o Turismo e a Problemática Ambiental. In: Yázigi, Eduardo, CARLOS, Ana A. e DA CRUZ, Rita (Orgs.). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Nos artigos referenciados⁹⁷, a autora foca sua reflexão na questão ambiental, relacionando-a à produção e ao consumo conseqüentes da atividade turística, chamando a atenção para o uso do espaço como mercadoria e para a postura efêmera que a mercadoria assume a partir disso:

(...) chamo de atividades turísticas (...) as que compreendem a produção de uma mercadoria: o *turismo*, cujo mercado consumidor é o *turista*. Esta mercadoria, o consumo do espaço, caracteriza-se pelo uso “*efêmero do território*”, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização.

Estes dois pontos, a *produção* e o *consumo do espaço*, são provavelmente os mais recorrentes na bibliografia relacionada ao turismo. Mais do que isso, alguns autores defendem que, na realidade, contestando abordagens acadêmicas sobre o assunto, a *produção/ os produtores* e o *consumo/ consumidores* do espaço não podem ser desvinculados, já que alteram tanto a “paisagem” física quanto as relações sociais do lugar *produzido/ consumido*.

Depreende-se disso que o ambiente a ser apropriado pelo turismo recai invariavelmente sobre os elementos da paisagem e do espaço, através do ambiente natural ou do ambiente sociocultural. Retomando o pensamento de Rodrigues⁹⁸, fica assim sintetizada a relação ambígua entre turismo e a *produção/ consumo* do espaço:

O espaço do/ou para o “turismo” constitui uma mercadoria complexa pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou da produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte do mesmo consumo/ produção do espaço.

Reiterando esta afirmação, centra-se na *produção social* dos lugares de turismo, entendida aqui como conjunto de manifestações culturais condicionantes e ao mesmo tempo decorrentes do espaço, que comumente é distinguida por *patrimônio cultural*. O ponto que se busca discutir é a importância conferida a este patrimônio enquanto significação cultural e econômica através do turismo, e o papel que a *arquitetura* assume neste

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

contexto de aparente ambigüidade. Leite⁹⁹ previne sobre o perigo que se corre ao substituir o valor cultural do patrimônio por seu valor de uso:

Falar do patrimônio como mercadoria cultural significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação da ótica econômica dos seus valores de uso. O problema central desta perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subestimar a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando uma espécie de fetichização da cultura.

Mais além de uma dimensão cultural ou econômica, o que tem se sucedido com freqüência em nossas cidades é que a visão restrita de gestão, aliada a uma política vinculada a interesses econômicos privados e de retorno imediato, coloca em cheque, em médio prazo, tanto uma quanto outra com perdas, às vezes, irremediáveis. O fenômeno mais imediatamente associado a isso é o de *gentrification*.

O termo de origem inglesa pode ser traduzido como “enobrecimento”, e segundo Martins¹⁰⁰ refere-se ao conjunto de ações de caráter essencialmente mercadológico no espaço urbano. O processo envolve a *seleção* de regiões centrais que vinham sofrendo o esvaziamento e a degradação decorrentes do rápido processo de urbanização, aplicando uma estratégia de mercado imobiliário associada geralmente a uma política de “revitalização”.

É o caso, por exemplo, da controversa “*revitalização*” do centro histórico de Salvador, onde se investiu pesadamente na remodelação cenográfica do local com a intenção de lucro através do turismo, porém sem levar em conta a complexidade histórica e social da área, o que culminou com o fracasso da experiência no que se refere à preservação de seu patrimônio cultural.

Felizmente, conforme as implicações de ressonância de Gonçalves, esse tipo de trabalho de construção – ou destruição? – do patrimônio não tem garantia de sucesso, e “*Aí talvez esteja um dos limites mais instáveis do*

⁹⁹ LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Edirota UFS, 2004.p.65.

¹⁰⁰ MARTINS, Marina Cañas. *Gentrification e Patrimônio: Preservação ou Cultura de Consumo?* 12p. Trabalho de curso (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) UFRGS-RS, Porto Alegre, 2007.

trabalho social e político de construção dos patrimônios culturais e também de suas incontornáveis e ambíguas relações com o mercado”¹⁰¹.

Comumente associada a esse tipo de intervenção também sucede que a prática da arquitetura e do planejamento urbano acaba por entranhar-se decisivamente nesse processo, pondo à prova além do simples cumprimento legal de atribuições, a função social e a reflexão da prática, inerentes ao profissional comprometido.

¹⁰¹ GONÇALVES, José R. S. Os Limites do Patrimônio. Em: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornelia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.247.

2

QUADRO METODOLÓGICO

Identificação do patrimônio cultural: o olhar do técnico e as referências da comunidade

2.1 Limites e possibilidades na identificação do patrimônio cultural material no Brasil

O inventário, também reconhecido pela UNESCO como *inventário de identificação*¹⁰², têm como função constituir-se em ação de preservação do patrimônio, pois conserva em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, o que permite o acesso e a produção de conhecimento sobre aquilo que é registrado, independentemente de seus suportes originais. Por outro lado, os inventários são essenciais para apoiar os trabalhos de planejamento urbano e contribuem para o estabelecimento de critérios e parâmetros para a preservação¹⁰³.

Os inventários são passíveis de amparo legal como instrumento de proteção de bens culturais desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, artigo 216:

¹⁰² MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.130.

¹⁰³ IPHAN. *Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de Preenchimento*. Brasília: IPHAN, 2001. p.17.

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio brasileiro, por meio de *inventários*, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.¹⁰⁴

Encontrar, tornar conhecido, identificar. A definição de *inventário*, assim como a de *patrimônio*, provém do latim e remete a estruturas jurídicas relacionadas a bens e valores, que assumem neste contexto e no contexto desta pesquisa, por analogia, relações com herança cultural: “*Inventário. [Do lat. Inventariu.] S. m. (...) 3. Lista discriminada, registro, relação, rol de mercadorias, bens, etc. 4. Descrição ou enumeração minuciosa.*”¹⁰⁵

À primeira vista essas definições objetivas podem sugerir um trabalho de grande praticidade e da mesma maneira direto. Mas a tarefa de inventariar, ou identificar bens de interesse cultural implica muitas questões sensíveis, como já visto anteriormente, e também de ordem metodológica e prática. Sendo assim, esta pesquisa levantou dois questionamentos: *o quê inventariar* e *como fazê-lo*.

A primeira questão - o quê inventariar – levou em consideração a trajetória e as ampliações do conceito de patrimônio cultural, tratadas no capítulo anterior. Fruto de um encontro específico em 1995 para discutir as questões pertinentes aos inventários, o IPHAN¹⁰⁶ pesquisou a trajetória dos trabalhos realizados no Brasil visando subsidiar as discussões do papel deste instrumento, assim como as funções do órgão nas questões de reconhecimento de bens culturais no país. Esta obra, juntamente com o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) são as principais referências para guiar a parte prática que segue esta pesquisa.

Conforme Motta e Silva¹⁰⁷, a atuação do órgão nacional teve seus primeiros trinta anos orientados por uma maioria de profissionais ligados ao movimento modernista:

Esses profissionais tinham a convicção de que na arte e na arquitetura colonial estariam as referências para a construção de uma “identidade nacional” e a fonte de inspiração para uma arquitetura moderna de padrão internacional (...)

¹⁰⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

¹⁰⁵ AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2a Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

¹⁰⁶ MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p.13.

Importante fazer a relação deste modo de pensar com a base legal que foi decorrência e que orientou uma postura até, aproximadamente a década de 70: o Decreto-Lei N° 25 de 1937¹⁰⁸:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Desta maneira, o Decreto, assim como o entendimento contextual dos técnicos, com algumas importantes exceções¹⁰⁹, condicionava a seleção do patrimônio cultural no país, conforme observa Motta e Silva¹¹⁰:

Assim, a valoração dos objetos culturais, com base nessa visão, orientou a identificação do acervo que interessava proteger, a partir de suas características estéticas ou de época. Os imóveis ou conjuntos históricos podiam ser relacionados à primeira vista, pelos profissionais do Patrimônio, desde que correspondessem àquele universo determinado, por se tratar menos de um trabalho de investigação propriamente dito, e mais de um trabalho de *reconhecimento* em campo, de valores preestabelecidos.

Cabe aqui destacar o papel de Lúcio Costa¹¹¹, numa primeira reformulação deste pensamento, ao sugerir diferentes instâncias de preservação com a criação dos três níveis de tombamento (nacional, regional ou estadual e municipal), o que comprometeria os governos municipais e estaduais e possibilitaria uma ampliação dos critérios de valoração: *“a grande maioria das obras de valor não é considerada no âmbito nacional; ou seja, aquela (...) parte mais modesta – tantas vezes a mais significativa –, do nosso patrimônio histórico-artístico.”* Reafirmava-se o papel do IPHAN de se encarregar do que fosse considerado de excepcional valor, e, por outro lado, reconhecia-se a limitação deste critério.

¹⁰⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 1937.

¹⁰⁹ Um dos principais responsáveis pela elaboração do projeto que resulta na criação do órgão federal de preservação e seus atributos foi Mário de Andrade, cuja clarividência de pensamento adiantava quase meio século o entendimento sobre cultura e patrimônio cultural. (Nota do autor).

¹¹⁰ MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.14.

¹¹¹ COSTA, Lúcio. Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos de Tombamento da DPHAN. Rio de Janeiro, 1949. In: MOTTA e SILVA, op.cit.,p.15.

É interessante notar no documento escrito por Lúcio Costa¹¹² em 1949, que já era mencionado o inventário como um trabalho prioritário, capaz de produzir a classificação sistemática dos bens. Segundo Motta e Silva¹¹³, com a década de 1960 inicia-se uma nova demanda para a preservação em reação ao crescimento acelerado das cidades no período do pós-guerra. É um momento onde inúmeros sítios com características distintas do “padrão” inicial são protegidos, ou reclamados a serem.

A década de 1970 promoveu mudanças mais significativas para o atendimento dessa nova demanda, num processo de descentralização das ações de preservação onde cabe destacar a criação do PCH (Programa Integrado de Cidades Históricas) e o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), bem como o papel de Aloísio Magalhães:

Desde a década de 1970, diversos segmentos da sociedade, particularmente os que atuam na área da cultura, vêm questionando os critérios de valoração tradicionalmente empregados (...) na definição do patrimônio cultural brasileiro. Esse questionamento resultou na adoção de um conceito antropológico de cultura, tornando a necessária *redefinição de critérios de seleção dos bens culturais* a serem protegidos pelo Estado, e *mais complexas as possibilidades para sua identificação*¹¹⁴. (grifo nosso)

Ainda conforme Motta e Silva¹¹⁵, é somente na década de 1980 que começam a surgir trabalhos de pesquisa envolvendo registro de bens não tombados. Uma consequência benéfica da descentralização que resultou num questionamento, a partir das Coordenações Regionais do IPHAN, dos critérios tradicionais para atender às novas demandas, onde foram desenvolvidos inventários com diferentes métodos e recortes temáticos.

Fazendo a relação deste breve retrospecto com os parâmetros atuais de identificação de valores, Londres¹¹⁶ apresenta uma perspectiva de abordagem sociológica sobre o patrimônio. Assim, explica o conceito de “referência

¹¹² COSTA, Lúcio. Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos de Tombamento da DPHAN. Rio de Janeiro, 1949. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.133.

¹¹³ MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.11.

¹¹⁴ Ibid.,p.11.

¹¹⁵ Ibid.,p.17.

¹¹⁶ LONDRES, Cecília. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. IPHAN, 2000. p.32.

cultural”, aqui retomado pela importância que adquire na parte prática desta investigação:

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc.

Argan¹¹⁷ também identifica a diferenciação de *valores* à que os bens estão sujeitos com um ponto de vista muito próximo:

Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado o valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter a preocupação pelas coisas, procurá-las, vendê-las ou então pode-se ter em mente seu valor, pesquisar em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece e se usufrui.

Outra definição importante que vale a pena ser retomada é justamente essa de *valores*. Cunha¹¹⁸ explica a noção antropológica de *valor* e introduz o conceito de *padrões culturais*, ou seja, “organizações coerentes de comportamento” e sua importância:

(...) na antropologia cultural, valor significa ou designa os padrões culturais compartilhados por uma determinada sociedade. São os padrões culturais que nos permitem comparar e julgar uma reação, seja moral, estética, simbólica ou cognitiva, dos objetos e atitudes, desejos e necessidades.

¹¹⁷ ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.13.

¹¹⁸ CUNHA, Teresinha H. de Alencar. A Identificação de Valores Culturais em Programas de Educação. Em: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

O desafio que cabe à pesquisa (e ao inventário ideal) é saber identificar à que a sociedade (grupo, etc.) atribui *valor*, e que contribuição esse *valor* permite para que se *formem*, *mantenham* ou *transformem* de forma benéfica os *padrões culturais*. Londres¹¹⁹ acredita que a adoção desta perspectiva nos trabalhos de inventário atribui aos bens seu mais importante papel, a capacidade de construção de identidades coletivas:

Dentro dessa perspectiva, um trabalho de inventário não poderia ficar limitado a considerar o bem na sua feição material e formal, mas deveria tratar também de seu processo histórico de produção e transmissão, e buscar acrescentar à pesquisa os diferentes sentidos e valores que são atribuídos a esses bens. Ao lado dos valores históricos, artísticos, etnográficos etc. há um valor de referência, ou seja, o papel de determinados bens culturais na construção das identidades coletivas.

Chuva¹²⁰ sugere uma alternativa de abordagem técnica enquanto agente/ sujeito na busca de conhecer e promover formas de organização ou de expressão cultural impressas nos bens imóveis, nos espaços urbanos:

Creio que se pensarmos patrimônio em termos de capital cultural, possamos representá-lo não como um conjunto de bens estáveis, neutros, com valores e sentidos fixos, mas como um processo social, que se acumula, renova-se e produz rendimentos dos quais diversos setores se apropriam de forma desigual, tal qual o outro capital.

A pesar de toda a preocupação demonstrada e o esforço que se tem feito para adaptar novas formas e critérios de seleção aos inventários, a pesquisa em Motta e Silva¹²¹, que apresenta uma análise dos inventários realizados historicamente pelo IPHAN, mostra a pouca utilização prática de métodos alternativos até recentemente:

Quanto à forma de coleta, constatou-se que a grande maioria das propostas adota critérios estritamente arquitetônicos e estilísticos, na seleção de bens a serem inventariados. Apenas 28% dos métodos incluem *algum tipo* de consulta ou envolvimento das comunidades para a identificação dos bens. (Grifo nosso).

¹¹⁹ LONDRES, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.34.

¹²⁰ CHUVA, Márcia. In: MOTTA e SILVA, op.cit.,p.47.

¹²¹ MOTTA e SILVA, op. cit., p.19.

No entanto Chuva¹²², embora defenda a participação pública como *fonte* para os trabalhos de seleção de bens, mostra uma posição inequívoca sobre papel do técnico:

A participação do público/ usuários/ “comunidade”, com seus saberes específicos, não substitui a problemática específica que o nosso saber técnico especializado (e politicamente posicionado, como todos os saberes e discursos) é capaz de elaborar no processo de investigação, seleção e conservação do patrimônio, mas oferece uma fonte de sentido, que deve instrumentalizar o nosso conhecimento.

Por fim, aventurando-se a justificar os objetivos mais amplos e importância social dos inventários, recorre-se a André Chastel¹²³ que elucida o *porquê* e o *para quê* inventariar:

Somente um repertório sistemático permitiria guiar as organizações de turismo, dar suporte às finalidades do ensino, orientar a pesquisa arqueológica e histórica, e dar, enfim, às comissões responsáveis pelos monumentos históricos e pelo urbanismo, os elementos de ação suficientes.

Londres¹²⁴ também apresenta uma posição a respeito, demonstrando que a função social dos inventários vai além da “simples” identificação de bens:

(...) hoje esperamos que os inventários de bens e processos culturais forneçam informações para enfrentarmos os problemas complexos que se apresentam não só à área da cultura como às outras áreas (educação, habitação, urbanização etc.) (...)

A partir dessa preocupação, questiona-se então: *como* inventariar?

A idéia inicial desta pesquisa era seguir, para Agudo, uma metodologia de inventário existente, que disponibilizasse instrumentos de conhecimento de sítios urbanos e rurais. Foram então estudados os quatro instrumentos de conhecimento e pesquisa produzidos pelo IPHAN aplicáveis a espaços

¹²² CHUVA, Márcia. A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.46.

¹²³ CHASTEL, André. apud LONDRES, Cecília. *A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário*. In: MOTTA e SILVA, op.cit., p.29-30.

¹²⁴ LONDRES, Cecília. *A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário*. In: MOTTA, e SILVA, op.cit., p.37.

construídos: o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU), o Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA) e o Inventário Nacional de Referenciais Culturais (INRC).

As razões pelas quais esses inventários foram descartados como método desta pesquisa são as seguintes:

a) Com exceção do INRC, os demais inventários não trabalham com a perspectiva de identificação para proteção, como é o foco desta pesquisa, e sim da identificação do que já é protegido ou consolidado como patrimônio cultural;

b) Também à exceção do INRC, a população envolvida não é foco dos inventários. Os questionários previstos no INBI-SU (Questionário da Unidade Residencial e Questionário da Unidade Não Residencial) têm como objetivo apenas “*definir o perfil dos moradores do sítio urbano tombado*”¹²⁵ e “*definir o perfil do segmento da população que ocupa o sítio urbano tombado enquanto local de trabalho*”.¹²⁶

c) O INRC coloca a referência cultural como ponto chave de sua metodologia, mas já parte de bens pré-selecionados, e a partir deles trabalha com a população envolvida. No caso da pesquisa em Agudo, buscou-se envolver a população como “agentes identificadores” do patrimônio cultural local.

d) O INBI-SU e o IBA apresentam fichas bastante completas para a identificação do bem arquitetônico em estudo (tratam do lote, da edificação, do seu estado de conservação, etc.). No entanto, sua extensão demandaria um período muito longo, e impediria que, no caso de Agudo, fossem aplicadas em grande parte dos bens culturais identificados no município.

Em cada uma das metodologias estudadas foram encontrados pontos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, e outros que fugiam do foco a ser estudado. Sendo assim, formulou-se uma metodologia de *inventário de identificação alternativo* de bens imóveis, ou seja, um inventário que possibilitasse um cruzamento de dados, partindo de diferentes pesquisas, para

¹²⁵IPHAN. Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de Preenchimento. Brasília: IPHAN, 2001. p.243.

¹²⁶ Ibid., p.255.

que fossem identificadas edificações não somente pelo seu valor artístico/arquitetônico, mas que também e, sobretudo, fossem reconhecidas como portadores de outras significações (histórica, memorial, de uso, etc.) pelos próprios cidadãos que convivem com esses bens, levando em consideração os valores e conflitos estudados no capítulo anterior.

Foi de grande contribuição a metodologia do INRC, que, apesar de não estar voltada especificamente ao patrimônio cultural material, prevê as categorias de *edificações* e *lugares*. O método prevê três níveis sucessivos de abordagem. O primeiro se trata do levantamento preliminar, onde são realizadas pesquisas em fontes secundárias e em documentos oficiais, entrevistas com a população e contatos com instituições, resultando num mapeamento geral dos bens existentes num determinado sítio e propiciando a seleção dos que serão identificados. A fase de identificação e documentação é a seguinte, quando são aplicados os formulários do inventário que descrevem e classificam os bens selecionados. Também é quando são mapeadas as relações entre os itens identificados e outros bens e práticas relevantes. O estágio seguinte, a proteção propriamente dita através do Registro, pode ou não ser empreendida.¹²⁷

Outro projeto relevante para subsidiar a proposta metodológica de inventário desta pesquisa foi o trabalho desenvolvido pela Superintendência Regional do IPHAN em Santa Catarina, chamado Roteiros Nacionais de Imigração (RNI). Desenvolvido desde a década de 1980, o projeto buscou identificar as regiões e os remanescentes arquitetônicos e paisagísticos dos imigrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros) que ocuparam e desenvolveram diferentes regiões de Santa Catarina. Essa perspectiva de valorização do imigrante corresponde técnica e ideologicamente com o trabalho que se pretendeu realizar no município de Agudo, no Rio Grande do Sul, de imigração marcadamente alemã. O inventário realizado não seguiu as metodologias pré-existentes, e foi desenvolvido em caráter de “varredura”, ou seja, era preciso identificar e mapear o patrimônio do imigrante no estado, para, a partir dessa etapa, propor ações de proteção e preservação.

¹²⁷ SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (organizadores). *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.54.

O projeto RNI trabalhou com uma ficha-índice, de caráter sucinto, na qual foram registradas as informações básicas da edificação encontrada, incluindo uma imagem. A partir dessa ficha índice, foram selecionados bens que mereceriam maior aprofundamento, e então se preencheu a ficha de conhecimento, com informações mais detalhadas sobre seus dados históricos e seus proprietários¹²⁸. Após essas duas etapas, foram selecionados os bens que deveriam receber proteção através do tombamento. Então, levantamentos fotográficos e arquitetônicos mais exaustivos foram desenvolvidos.

Em 2007, como resultado desse trabalho de inventário dos Roteiros Nacionais de Imigração, foram efetivados 47 tombamentos em âmbito federal, sendo 45 bens arquitetônicos (entre arquitetura religiosa, arquitetura residencial e propriedades rurais, arquitetura comercial, arquitetura recreativa e institucional, arquitetura escolar e obras de infra-estrutura e transportes), um núcleo urbano e um núcleo rural, nas cidades de Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Guabiruba, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, São Bento do Sul, Timbó e Urussanga¹²⁹. A partir desses tombamentos, foram realizadas parcerias com o Governo do Estado e municípios envolvidos. Essa parceria desdobrou-se em novos tombamentos, em diferentes esferas, na tentativa de aumentar a rede de proteção e possibilidades de preservação e valorização do patrimônio do imigrante.

2.2 A identificação do patrimônio cultural arquitetônico de Agudo (RS): proposta de uma metodologia alternativa

A partir do exposto até aqui, a proposta de uma metodologia alternativa tentou indicar o caminho para identificar o patrimônio cultural *material* de um determinado lugar que representasse tanto uma escolha técnica quanto um símbolo de referência cultural para a população local. Ou de outra forma, tentou trazer para o levantamento do patrimônio arquitetônico de Agudo, os

¹²⁸ IPHAN. Dossiê de tombamento Roteiros Nacionais de Imigração. Florianópolis: IPHAN, 2007.

¹²⁹ Idem.

meios tradicionais de inventário incorporando nos mesmos os princípios dos estudos sobre referência cultural.

Essa preocupação está embasada no entendimento de que aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível, ou seja, aquilo que se quer preservar como patrimônio cultural não são somente os bens materiais, mas os seus sentidos e significados. Seguindo o pensamento de Mário Chagas¹³⁰:

(...) a preservação de um aglomerado de bens tangíveis ou intangíveis não constitui por si só um patrimônio. É preciso que tanto o remetente quanto o destinatário dessa prática social reconheçam e agreguem valores a esse mesmo aglomerado de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra (perspectiva diacrônica), como também poderá ser partilhado numa mesma geração (perspectiva sincrônica).

Partindo do quadro teórico e desses questionamentos, buscou-se estudar o Patrimônio Cultural Material do Município de Agudo a partir do cruzamento de quatro diferentes coletas de dados: (i) pesquisa histórica e evolução urbana, (ii) inventário arquitetônico, (iii) questionário sócio-cultural e (iv) entrevistas. A pesquisa e o inventário seguiram o olhar do arquiteto e urbanista. Já os questionários e as entrevistas tiveram como objetivo fazer a aproximação simbólica do espaço inventariado e estudado, trazendo a população local como parte desse processo.

A partir dos resultados obtidos, foram analisados os diferentes valores que estão presentes na identificação desse patrimônio, na tentativa de encontrar pontos comuns e dissonantes entre a seleção técnica e as referências da população envolvida, como um meio de se chegar a uma efetiva proposta de Identificação do Patrimônio Material (arquitetônico) de Agudo, assim como subsidiar decisões sobre sua preservação.

2.2.1 Pesquisa histórica e evolução urbana de Agudo

A pesquisa histórica teve por objetivo a análise e a compreensão do processo de constituição do sítio urbano de Agudo, e para tanto foram

¹³⁰ CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU; CHAGAS (Orgs.). *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p.97.

investigadas as motivações para sua implantação e a forma urbana que adquiriu ao longo do tempo. A pesquisa visou apoiar a leitura do espaço urbano hoje, fornecendo análises do seu processo de produção, uso e transformação, tendo como base fontes textuais, iconográficas e cartográficas, de modo a orientar, junto aos dados arquitetônicos e às entrevistas e questionários, a definição do Patrimônio Cultural de Agudo.

Ainda é escasso o material bibliográfico sobre a formação dos núcleos de imigração no sul do Brasil. No entanto, a bibliografia encontrada foi importante no sentido de possibilitar a construção de um conhecimento mais voltado para a região do Município de Agudo. Foram basicamente utilizados os autores Günter Weimer¹³¹, Ione Carlos e Ângela Schuh¹³², e William Werlang¹³³, assim como o material disponível sob sua responsabilidade no Instituto Cultural Alemão de Agudo, e também Relatórios de Estudos do Condesus¹³⁴ para Agudo e região.

Além de contextualizar historicamente a vinda dos imigrantes para o sul do Brasil, procurou-se identificar a escolha e as características do sítio de implantação da Colônia Santo Ângelo atual município de Agudo, bem como sua formação e evolução urbana, procurando incluir os fatores econômicos, políticos e sociais mais relevantes para o desenvolvimento do município.

O estudo da dinâmica de ocupação da cidade possibilitou o entendimento das razões pelas quais algumas edificações foram construídas e as formas como as pessoas se relacionaram as mesmas. Também se pôde compreender o potencial de determinados usos encontrados em algumas propriedades urbanas e rurais. Por esse motivo, essa etapa foi de extrema importância para o entendimento e interpretação das edificações inventariadas bem como das respostas obtidas nas entrevistas e questionários.

¹³¹ WEIMER, Günter. (Org.). *O Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. & WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. (2 ed. rev. amp.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

¹³² SCHUH, Ângela Schumacher e CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul – em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

¹³³ WERLANG, William. *A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002.

¹³⁴ Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia.

2.2.2 Inventário de Identificação

Para a etapa de inventário do patrimônio cultural material, partiu-se do tradicional método técnico de identificação arquitetônica: o Inventário de Identificação. Neste caso a ficha utilizada para o trabalho foi desenvolvida pela equipe de patrimônio cultural¹³⁵ do projeto *Planejamento Ambiental da Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul*¹³⁶.

A Quarta Colônia herda este nome porque tal região passa à abrigar, a partir de 1877, a *Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*¹³⁷, chamada oficialmente Colônia Silveira Martins, da qual se originam muitos dos municípios circundantes. Atualmente a Quarta Colônia funciona como uma região política que, além do município de Silveira Martins – sede da colônia inicial – e de alguns outros municípios que se formaram a partir dele, comporta ainda os municípios de Dona Francisca e de Agudo – este último objeto desta pesquisa – ambos com colonização anterior de origem alemã.

Tal inventário consistiu em catalogar *in loco* edificações de visível valor arquitetônico-artístico e registrá-las em fichas que continham uma série de informações específicas destas áreas, mais ou menos definidas, a seu respeito. Este trabalho, pela sua relativa praticidade, revelou-se o método primeiro de aproximação com o patrimônio construído estudado. No caso de Agudo, o inventário de identificação ainda não está totalmente finalizado e contava com 95 bens catalogados abarcando toda a área urbana do município

¹³⁵ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, coordenados pelo autor desta pesquisa.

¹³⁶ O Plano Ambiental da Quarta Colônia de Imigração do RS é um projeto de extensão firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria e o Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) para realização de um Plano Regional de Ordenação Territorial e Planos Diretores dos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca e São João do Polêsine. É composto por várias equipes de formação complementares, sob coordenação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo daquela Universidade e está sendo realizado desde outubro de 2007 com previsão de finalização em outubro deste ano.

¹³⁷ A história da imigração italiana no Rio Grande do Sul começou oficialmente em 1870, com a criação — na região nordeste do Estado — das duas primeiras áreas de colonização, Conde D'Eu e Dona Isabel, situadas respectivamente nos atuais municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. Cinco anos depois, o Governo Imperial deu novo impulso à imigração, fundando, desta vez, a colônia “dos Fundos de Nova Palmira” ou Campo dos Bugres (rebatizada como Colônia Caxias). Pouco mais tarde, em 1877, criando — na região central do estado — uma quarta frente de colonização, logo denominada Colônia Silveira Martins. Em 1877, um primeiro grupo de imigrantes italianos chegou às terras que passaram a ser chamadas de *Val de Buia*, um belo vale junto à Serra do Mar, distante cerca de 40 Km de Santa Maria da Boca do Monte.

e grande parte de sua área rural, até o momento de finalização desta pesquisa. Como costuma ser, o trabalho de inventariação também foi coordenado e realizado por profissionais de arquitetura e urbanismo conforme o objetivo desse tipo de seleção.

A ficha de preenchimento foi baseada nas fichas utilizadas para o já mencionado projeto Roteiros Nacionais de Imigração. A intenção foi justamente ter um panorama geral dos bens, e não o conhecimento detalhado de cada edificação. Por isso, foram utilizados dois tipos de fichas de inventário. Uma que reunia um número maior de informações que deveriam ser pesquisadas em campo, e que posteriormente foram preenchidas digitalmente adicionando as fotos da edificação (ver Apêndice 3), e uma ficha sintética com as informações necessárias para uma apreciação mais objetiva, chamada de *ficha índice*, realizada digitalmente tendo como base a ficha de campo (ver Apêndice 4), e contendo as seguintes informações:

- (i) Código de identificação: (sigla AGU mais o número da ficha)¹³⁸;
- (ii) Localidade, Bairro, Linha, Picada, etc.;
- (iii) Denominação: nome pelo qual a edificação é reconhecida pela população local;
- (iv) Nome do proprietário do imóvel;
- (v) Endereço/ Coordenadas GPS (para imóveis Rurais);
- (vi) Tipologia;
- (vii) Se forma conjunto com outras edificações ou não;
- (viii) Se a edificação está integrada à paisagem ou se novas edificações acabaram desconfigurando seu entorno, tornando-a elemento estranho;
- (ix) Número de pavimentos, incluindo os abaixo do solo;
- (x) Uso original e uso atual;
- (xi) Se possui valor cultural associado, ou seja, se é espaço de práticas de valor imaterial;
- (xii) Se possui algum tipo de proteção (inventário anterior ou tombamento);
- (xiii) Proteção proposta;
- (xiv) Fotografia de identificação;
- (xv) Observações (como data de construção, informações complementares sobre a tipologia ou explicações sobre detalhes construtivos relevantes).

¹³⁸ Como essa ficha serve de base para o inventário de mais 8 municípios da região, foram escolhidas as três primeiras letras do nome de cada cidade para identificação.

LOCALIDADE				FOTO	
DENOMINAÇÃO					
PROPRIETÁRIO					
ENDEREÇO					
TIPOLOGIA		VALOR CULTURAL?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
FORMA CONJUNTO?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA		TOTAL DE PAVIMENTOS		PROTEÇÃO EXISTENTE	
USO ORIGINAL		USO ATUAL		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

Fig. 01: Ficha-índice do Inventário de Identificação

A seleção de bens para a catalogação seguiu alguns dos critérios da UNESCO¹³⁹ para seleção do Patrimônio da Humanidade, mas adaptando-os à uma menor escala, de alcance regional: (i) o bem deveria mostrar um testemunho excepcional de uma tradição cultural arquitetônica (viva ou desaparecida) do município ou região; (ii) também poderia ser um exemplo de um tipo de edificação ou conjunto arquitetônico ou de paisagem, que ilustrasse significativo estágio da história de Agudo; (iii) a edificação poderia ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que fosse representativo de uma cultura vulnerável ao impacto de uma mudança irreversível; (iv) e por último, a edificação selecionada poderia estar diretamente ou tangivelmente associada com eventos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com trabalhos artísticos e literários de destacada importância municipal ou regional.

Entre os bens catalogados encontram-se construções características de períodos e estilos distintos, com diferentes usos e diferentes tipologias, além de espaços públicos abertos e considerações a respeito de suas paisagens naturais, revelando a enorme riqueza e diversidade cultural do município.

2.2.3 Questionário sócio-cultural

Esta pesquisa também se valeu da concretização do projeto *Planejamento Ambiental da Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do*

¹³⁹ UNESCO. *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre, 2005. p. 19-20.

Sul, aproveitando a oportunidade em que a equipe de sociologia¹⁴⁰ delineava as perguntas do questionário quantitativo a ser aplicado no perímetro urbano e rural com o objetivo de diagnosticar a realidade socioeconômica e cultural dos municípios, para nesses questionários incluir questões específicas sobre o Patrimônio Cultural voltadas para embasar as diretrizes de preservação do Plano e aproveitadas aqui para subsidiar a parte de investigação e consulta pública.

O trabalho buscou informações através da aplicação de entrevistas objetivas na zona urbana e rural dos municípios pertencentes ao projeto. A utilização deste método de abordagem da realidade social possibilitou identificar tendências, construir indicadores e subsidiar análises.

A amostra na zona urbana foi composta de 151 entrevistados, com 5% de confiança e na zona rural de 58 entrevistados, com 3% de confiabilidade configurando um percentual satisfatório de acordo com os dados populacionais verificáveis junto ao Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 para o município de Agudo.

As aplicações foram do tipo domiciliar, sendo que os entrevistados foram selecionados dentro de critérios estatísticos garantindo a aleatoriedade na escolha. Por tanto, todas as residências tiveram a mesma possibilidade de serem sorteadas para a pesquisa. No perímetro rural, o critério de seleção foi a homogeneidade das comunidades rurais. Poderia respondê-la qualquer morador da casa que fosse maior de 16 anos e que residisse na localidade. Em Agudo, a aplicação desses questionários foi realizada em agosto e setembro de 2008.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas. Após investigar sobre as características sócio-ocupacionais, a rotina de deslocamentos, a relação com o meio natural, e sobre questões de associativismo o entrevistador investigou sobre a relação do entrevistado com aspectos do Patrimônio Cultural. Aquelas perguntas foram também consideradas neste trabalho, mas de forma indireta, ou seja, por consulta ao próprio coordenador da equipe que gentilmente expôs as principais situações

¹⁴⁰ Acadêmicos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, coordenados pelo Professor Clóvis Souza.

encontradas sinteticamente e cedeu a base de dados já tabulados para análise desta pesquisa.

As perguntas específicas sobre Patrimônio Cultural tiveram o objetivo de, primeiramente, perceber o nível de *conhecimento* e *reconhecimento* dos entrevistados em relação ao seu próprio município e sua região, denunciando a apropriação de discursos impostos ou, por outro lado, de características autênticas compartilhadas. Essas perguntas também tiveram um potencial de apontar características, impensadas pelos técnicos, como importantes para a população local de maneira geral, como, de fato, ocorreu.

A primeira questão específica, P. 38, investigou sobre o conhecimento do entrevistado em relação ao seu município. A resposta foi importante para balizar as respostas das perguntas seguintes. Na seqüência, a P. 39 esperava que o entrevistado destacasse elementos materiais (ruas, praças, paisagens, igrejas, museus, etc.) e/ ou imateriais do município (festas, comidas, roupas, hábitos, etc.), ou seja, elementos significativos da cidade, na opinião do morador. O objetivo dessa pergunta foi fornecer dados para a avaliação das referências culturais mais significativas da população em relação à sua cidade.

A questão seguinte, P. 40, tentou levantar o grau de pertencimento do entrevistado em relação ao lugar, ou em relação ao elemento citado na resposta anterior. A pergunta P. 41 almejou medir o grau de conhecimento do entrevistado em relação aos demais municípios que compõe a Quarta Colônia, ou seja, se eles se reconhecem como pertencentes a uma região, seja por motivos políticos, históricos, sócio-culturais (imigrantes, questões étnicas) ou geográficos (paisagem). As questões P. 42 e P.43 tiveram a intenção de verificar se havia algum município com o qual as pessoas de Agudo mantêm maior afinidade, na tentativa de fazer um paralelo histórico com as relações que ocorreram na época da implantação desses imigrantes e no desenvolvimento da “Colônia” até hoje. Por fim, a questão P. 44 induziu o entrevistado a pensar sobre os aspectos materiais e imateriais que melhor representassem a região.

Abaixo seguem as perguntas direcionadas ao patrimônio cultural (38ª à 44ª), de um total de 44 questões:

Perg. 38 - Você diria que seu conhecimento sobre seu município é:

a) Muito bom	1
b) Bom	2
c) Regular	3
d) Ruim	4
e) Me considero um desconhecedor	5

Perg. 39 - Se você tivesse que apresentar seu município para um visitante, que aspectos/características você destacaria?

Perg. 40 - Sobre estes aspectos você diria que se sente identificado por ele? Por qual motivo?

Perg. 41 - Para você quais municípios fazem parte da região da Quarta Colônia: (não ler as opções)

a) Agudo	1	g) São João do Polêsine	7
b) Dona Francisca	2	h) Restinga Seca	8
c) Ivorá	3	i) Silveira Martins	9
d) Faxinal do Soturno	4	j) Santa Maria	10
e) Nova Palma	5	l) Outro: Qual	11

Perg. 42 - Qual município da região da Quarta Colônia você **conhece melhor** e mais visita?(Não ler as opções)

a) Agudo	1	g) São João do Polêsine	7
b) Dona Francisca	2	h) Restinga Seca	8
c) Ivorá	3	i) Silveira Martins	9
d) Faxinal do Soturno	4	j) Santa Maria*	10
e) Nova Palma	5	l) Outro: Qual	11

Perg. 43 - Sobre os municípios da região da Quarta Colônia você diria que: (ler as opções)

a) Conhece muito bem	1
b) Conhece bem	2
c) Conhece muito pouco	3
d) Não conhece	4

Perg. 44 - Agora vou citar um conjunto de aspectos relacionados aos municípios da região da Quarta Colônia. Na sua opinião, qual a que **melhor caracteriza** a região? (ler as opções e marcar apenas uma)

a) culinária típica	1
b) religiosidade	2
c) paisagem da região	3
d) festas	4
e) construções	5
f) artesanato	6
g) Outro. Qual	7

Fig. 02: Quadro de perguntas do questionário sócio-cultural aplicado pela Equipe de Sociologia do projeto Planejamento Ambiental da Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul.

2.2.4 Entrevistas Qualitativas

Para o desenvolvimento da etapa de análise qualitativa da relação dos moradores de Agudo com o Patrimônio Cultural local foi aplicada uma entrevista *direcionada* a este aspecto. Essas entrevistas, ao contrário do questionário, tiveram um caráter aberto, e foram desenvolvidas de forma flexível, embora parcialmente estruturadas por um guia de pontos de interesse que as conduziram.

Tais entrevistas foram realizadas em sua totalidade pelo próprio autor desta pesquisa e foram registradas, com o consentimento do entrevistado, em gravador digital. Algumas entrevistas não foram gravadas porque iniciaram por casualidade, onde o uso do gravador poderia determinar uma maior formalidade assim como alterar significativamente o “discurso” do entrevistado. Imediatamente após a entrevista os pontos mais significativos foram anotados. Assim, as entrevistas foram classificadas em “formais” e “informais”, ambas aproveitadas de mesma forma para a produção desta pesquisa.

Os entrevistados foram escolhidos com a intenção de abarcar a diversidade do município. Desta forma, foram entrevistadas pessoas (homens e mulheres) de diferentes idades, origens, classes sociais, com diferentes ocupações e locais de habitação, dando importância igual para diferentes espaços da cidade (zona rural e urbana, bairros distintos), com a única condição de que residissem ou convivessem com o município há certo tempo. Essa busca partiu do pressuposto de que pessoas de diferentes status teriam relações e percepções diferenciadas em relação ao patrimônio cultural.

As perguntas foram feitas com o objetivo de, aos poucos, trazer a temática da *identificação/pertencimento* e *proteção/legislação* do Patrimônio Cultural na cidade e buscou descobrir suas narrativas e representações mais freqüentes. Além disso, a entrevista tentou realizar um exercício com o entrevistado sobre suas expectativas em relação ao futuro, na espera de encontrar um posicionamento sobre as transformações da paisagem e destruição dos bens de interesse para preservação. Essencialmente, a entrevista tentou captar os diferentes discursos em relação a esse patrimônio, ou seja, tentou captar a subjetividade das respostas identificando discursos

“prontos” e discursos onde a questão do patrimônio não aparece diretamente, muitas vezes apontando valores mais autênticos.

As entrevistas iniciaram sem um número predeterminado para sua conclusão, esperando que a repetição de discursos mostrasse o que tecnicamente chama-se de “ponto de saturação”, de onde se apreende que, após esse estágio, a continuidade das entrevistas não representa mudanças significativas e não altera o curso de análise. Todas as entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2009, no próprio município de Agudo, perfazendo um total de 12 entrevistas com duração entre 22 minutos e 3 horas e meia cada (duração média de 1 hora e meia).

Abaixo, segue o guia de pontos de interesse utilizado nas entrevistas.

<p>1. Identificação do entrevistado:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Nome: b) Idade: c) Profissão/ Grau de escolaridade: d) Contato: e) <i>Status</i> (indireta) <p>2. Identificação relação com a cidade/ região:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Há quanto tempo mora na cidade? Onde? E antes? b) Como era a cidade quando chegou/ nasceu? c) Se tivesse que escolher uma característica para representar a cidade qual seria? Por quê?(história/ artes/ uso) d) Pessoalmente, compartilha essa característica? e) Que outras pessoas/ grupo compartilham dessa característica? f) Como imagina Agudo em um futuro próximo? (5/10 anos) g) Como gostaria que fosse a cidade em um futuro próximo? <p>3. Identificação de algum edifício em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Há alguma edificação/ construção/ praça/ parque/ paisagem, etc. no município (rural/ urbano) que merece atenção especial? Por quê? (história/ artes/ uso) b) Que relação tem com esse edifício/elemento? (proprietário/ sentimental/ uso cotidiano/ uso especial) c) Pensa que deveria ser protegido por lei? Por quê?
--

Fig. 03: Guia de perguntas para utilizado nas entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com a consciência de que o arquiteto e urbanista não possui plena formação para os estudos dessa natureza, mas a preocupação em incorporar os questionários, as entrevistas e as análises sobre referência cultural fizeram parte da tentativa de aprofundar e discutir métodos que ampliem o olhar técnico do arquiteto, sobretudo no que lhe diz respeito ao patrimônio edificado. A seguinte passagem, retirada da introdução do Manual

de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais¹⁴¹, estimula essa iniciativa:

Ainda que a reconstituição e a interpretação da realidade cultural sejam, a rigor, parte do ofício de cientistas sociais e em particular do antropólogo, levantamentos amplos, coleta e sistematização de documentos e o estímulo à pesquisa podem e devem ser desenvolvidos pelos técnicos de patrimônio em seus variados perfis acadêmicos. Este é não só uma tarefa realizável, como deve ser incentivada, como oportunidade ímpar de intercâmbio e interação entre esses técnicos e os acadêmicos de diversas áreas que deverão ser chamados a dar sua contribuição.

Cada entrevistado trouxe pontos em comum e outros divergentes em relação aos demais, o que será analisado no próximo capítulo, cruzando as informações obtidas nos questionários e no inventário arquitetônico.

Mais do que identificar os *bens* que se sobrepõem nos quatro tipos de coleta de dados (pesquisa histórica, inventário arquitetônico, questionários e entrevistas), esta pesquisa buscou discutir os *valores* que estão presentes na identificação e preservação dos bens levantados e/ou mencionados. Essa discussão se deu a partir do simples cruzamento dos dados quantitativos e qualitativos obtidos durante a pesquisa bibliográfica e de campo.

¹⁴¹ IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação*. IPHAN, 2000.

3

ANÁLISE

Os valores e conflitos na identificação do patrimônio cultural arquitetônico de Agudo (RS)

Este capítulo trata especificamente da análise resultante da aplicação da metodologia ao objeto de estudo, o município de Agudo. Desta forma, apresenta-se primeiramente um breve panorama com informações gerais sobre o município. Na seqüência, apresentam-se as quatro etapas desenvolvidas: pesquisa sobre a evolução urbana do município de Agudo¹⁴²; análise do inventário de identificação arquitetônica; análise do questionário sócio-cultural; e análise das entrevistas.

3.1. Apresentação do objeto de estudo

Agudo é um pequeno município da região central do Rio Grande do Sul que passou a existir oficialmente em 1857, como Colônia Santo Ângelo, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes alemães a serem assentadas na região do Cerro Chato, à margem esquerda do Rio Jacuí. Nasce da iniciativa do Governo Imperial de interiorizar a ocupação da Província, e desenvolver a

¹⁴² Além destas análises, é apresentada como Apêndice 2 desta dissertação uma pesquisa histórica sobre movimentos migratórios e políticas de imigração, julgada funcional para um maior entendimento da formação de Agudo.

região através da agricultura em pequenas propriedades, com a mão-de-obra livre de imigrantes europeus.

Fundada como Colônia pertencente ao município de Cachoeira do sul, permanece vinculada a este como Distrito, condição que só acaba em 1959 quando, finalmente se emancipa.

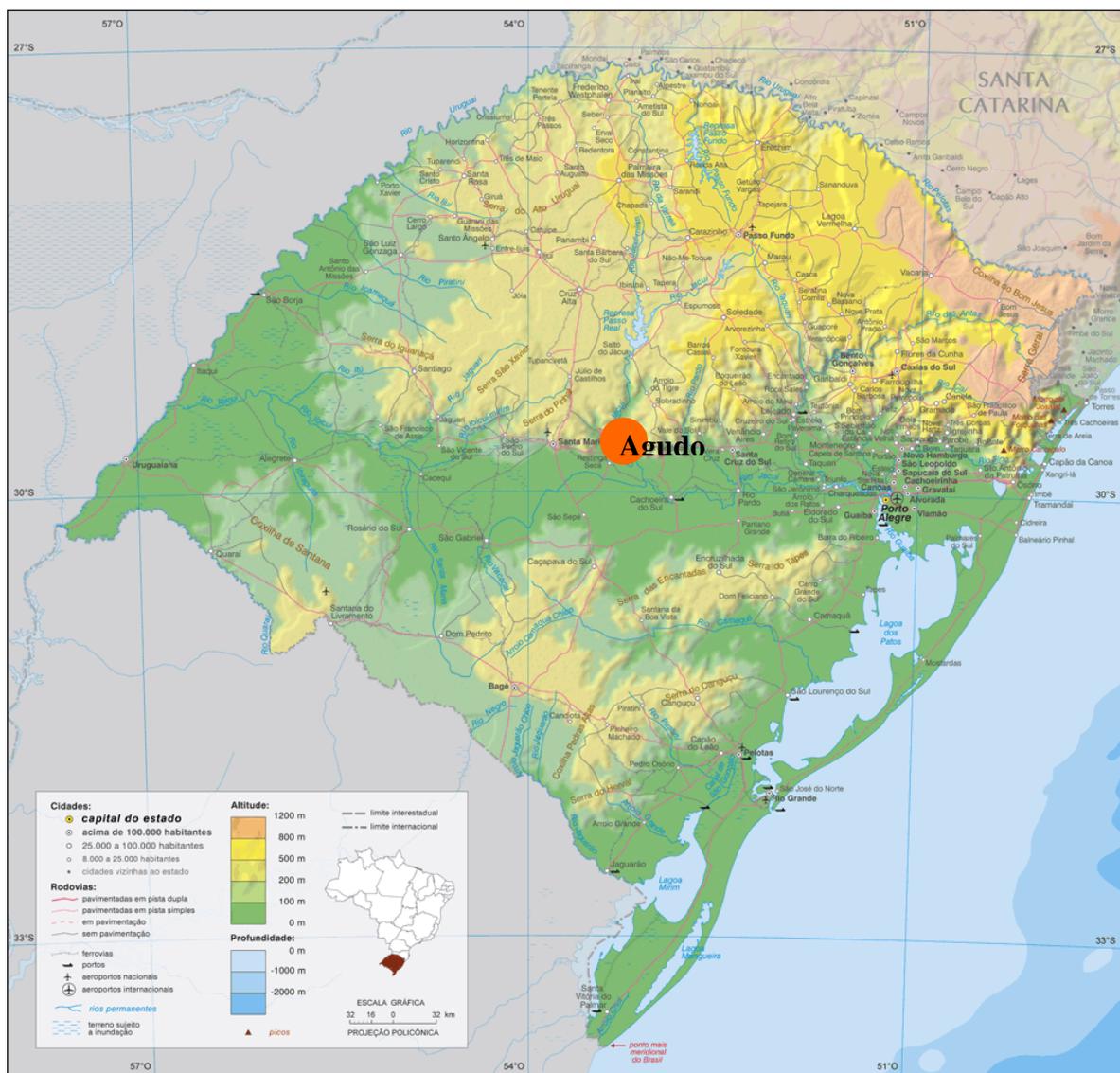


Fig.4 – Mapa Geográfico do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE.

Geograficamente o município de Agudo apresenta uma situação bastante diversificada. Está implantado na interface da depressão central do Rio Grande do Sul e da Serra Geral (Fig.4), o que caracteriza seu relevo como sendo de ondulado a montanhoso, variando de 0 a 700 metros de altitude.

O clima da região é temperado úmido e apresenta precipitação média anual variando entre 1.500 a 1.750 mm¹⁴³. Em relação à vegetação, a região apresenta predominância da Floresta Estacional Decidual, com resquícios de vegetação da Mata Atlântica.

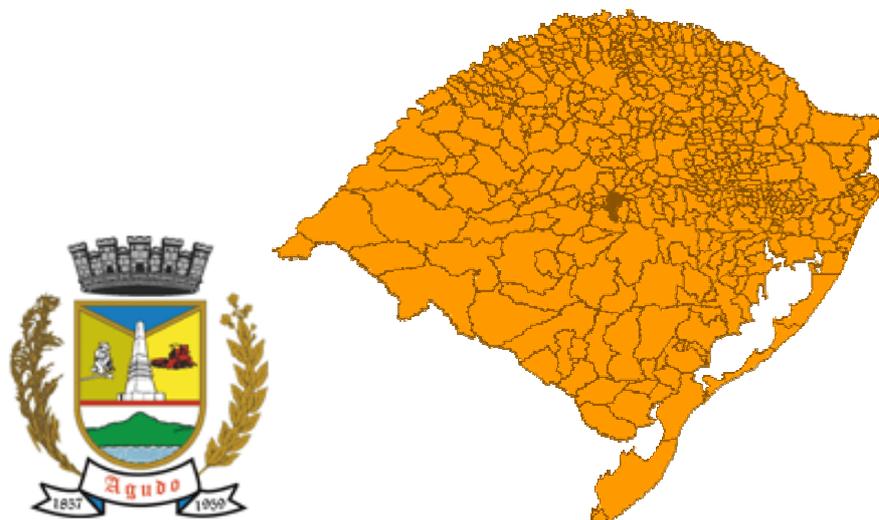


Fig.5 – Armas de Agudo e localização do município de Agudo em relação ao Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Prefeitura Municipal de Agudo e IBGE (respectivamente).

O solo de maneira geral tem textura argilosa, com grande capacidade de drenagem. Agudo tem uma relação de proximidade muito forte com o principal rio da região, o Jacuí, que condicionou sua localização e todo seu desenvolvimento.

Segundo dados de 2007 do IBGE¹⁴⁴, Agudo tem pouco mais de 16.700 habitantes distribuídos por seus 536 km² de área, resultando em uma densidade demográfica de 31,2 hab/km². No entanto quase 70% de sua população está estabelecida na área rural do município, o que condiciona sua base econômica, caracterizada pela pequena propriedade rural e pelo baixo grau de industrialização.

O PIB per capita de 2006 ficou em R\$ 10.499, acima dos outros municípios de mesmo porte da região, apontando um crescente dinamismo econômico, mesmo tendo participação mínima no Valor Adicionado Bruto do Estado (VAB): 0,17% do total; sendo que destes 0,45% proveniente da

¹⁴³ Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 29.03.09.

¹⁴⁴ Idem.

agropecuária, 0,12% da indústria e 0,15% de serviços, número que vem aumentando consideravelmente¹⁴⁵.

A estrutura econômica do município está baseada, fundamentalmente, em um pequeno número de cadeias produtivas agroindustriais, que são responsáveis, direta e indiretamente, por grande parte da renda gerada na região, essencialmente a orizicultura e a fumicultura¹⁴⁶.

Agudo é um município com marcadas influências germânicas que persistem desde sua fundação. Mesmo vencido o isolamento geográfico que caracterizava as colônias do sul do Brasil, apresenta como maioria da população descendentes dessa etnia, os quais sustentam o idioma de origem, as festas e muitos costumes produtivos e alimentares que distinguem o município e conferem a ele uma elevada qualidade de vida. Apresenta ainda remanescentes arquitetônicos com características construtivas típicas das regiões de imigração, fato que incitou a organização desta pesquisa e será tratado devidamente a seguir.

3.2. Pesquisa Histórica

3.2.1. A Colônia Santo Ângelo (1857)

“Vogel friss, oder stirb”¹⁴⁷

Os imigrantes alemães inauguraram em 1824, um processo de ocupação que consistia em ocupar terras de floresta desprezadas pelos criadores de gado, com a chamada “frente pioneira”, a partir da qual iam desbravando e se estabelecendo ao longo de importantes cursos d’água. Deste modo, algumas das principais bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram ocupadas por estes imigrantes.

A então Província de Rio Grande de São Pedro recebe os primeiros imigrantes alemães a partir de 1824, por iniciativa do Governo Imperial, levados a ocupar a Feitoria Imperial do Linho-Cânhamo, às margens do Rio dos Sinos,

¹⁴⁵ Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 29.03.09.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ “Pássaro, come ou morre”. Expressão alemã.

atual São Leopoldo. Sucessivamente levadas de imigrantes alemães são trazidas com a intenção de povoar e desenvolver as terras do interior da Província.

Mais precisamente em 1847, iniciam-se tratativas para a criação de uma colônia alemã no município de Cachoeira do Sul, dentro do mesmo contexto de interiorizar a ocupação da Província, e desenvolver a região através da agricultura em pequenas propriedades. A pedido do Presidente da Província, Manuel Antônio Galvão, a Câmara de Cachoeira nomeia uma comissão solicitando informações sobre o local mais apropriado para este fim. Em julho do mesmo ano o relatório, apresentado em sessão da Câmara, informava “(...) *que na margem esquerda do rio Jacuí, no lugar denominado “Serro Agudo”, há bastantes matos devolutos com terras próprias para agricultura, aonde se pode estabelecer a referida Colônia.*”¹⁴⁸

O assunto, porém, só voltou a ser tratado dez anos mais tarde, com a formação de outra comissão para verificar a existência de tais terras devolutas e sua adequação para a instalação de uma colônia. Com a afirmativa de que existiam mais de sete léguas de terras devolutas entre o Rincão do Paraíso e o Serro Agudo, a Presidência da Província, pela portaria número 11, de 6 de julho de 1857, autorizou a Câmara de Cachoeira a contratar profissional para o serviço de delimitação de terras¹⁴⁹. Em agosto do mesmo ano iniciam-se os trabalhos de demarcação da nova colônia sob a orientação do agrimensor Frederico Wedelstaedt, juntamente com a construção de um galpão de 200 palmos de comprimento, por 30 de largura, para abrigar os imigrantes na ocasião de sua chegada. Por iniciativa do próprio agrimensor, a Câmara resolveu aumentar o galpão com mais 20 palmos de frente e 5 de fundos, dividindo-o em 13 compartimentos, com sala e quarto cada um, e construir um rancho que servisse de cozinha comum aos colonos, com 60 palmos de frente e 16 de fundos¹⁵⁰.

Em outubro de 1857, a Câmara comunica oficialmente à presidência da Província o término da demarcação das terras da nova colônia:

(...) acharam-se medidos e demarcados os prazos coloniais correspondentes a uma légua de terreno pouco mais ou

¹⁴⁸ SCHUH, Ângela Schumacher e CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul – em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p.39.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.

menos; quase em estado de receber colonos, o galpão que se mandou edificar para esse fim, no lugar destinado para o estabelecimento da nova colônia neste município. Indicando a possibilidade da navegação pelo rio Jacuí até aquele porto, podendo os colonos que forem enviados, serem transportados de Porto Alegre diretamente à Colônia, em um vapor, com o auxílio de um práctico, que se obriga a Câmara a fornecer, desta altura para cima; e em todo caso ser a mesma Câmara autorizada para as despesas com esse transporte desta Vila àquele porto, em lanchões, que julga muito mais cômodo e econômico (...)¹⁵¹

A nova Colônia recebe a denominação de Colônia Santo Ângelo em homenagem ao Presidente da Província, Ângelo Muniz de Ferraz, e recebe também um novo Diretor, o agrimensor Floriano Zurowski, que se transfere para a recém criada colônia, a fim de ordenar sua ocupação. Segundo Werlang¹⁵², a Colônia Santo Ângelo compreendia os atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul, e parte de Dona Francisca.

O primeiro grupo de imigrantes a chegar era proveniente da região da Pomerânia. Partiram de Hamburgo, na Alemanha, aportando no Brasil por Rio Grande, seguindo viagem à Porto Alegre e finalmente por vapor fluvial, via rio Jacuí, até o porto colonial de Cerro Chato, chegando à colônia de Santo Ângelo em novembro de 1857.

Conforme registro de Pedro Rockenbach¹⁵³, o primeiro grupo de imigrantes era composto pelas famílias de Frantz Pötter, August Pötter, Julius Neujahr, Daniel Fiess, Wilhelm Holz e Peter Finger. Ainda segundo seu relato, foi com grande decepção que tomaram conhecimento da “colônia”, parcamente estruturada, e pela precariedade da “casa dos imigrantes” onde deveriam ficar até que fossem assentados. Werlang¹⁵⁴ conta que os primeiros colonos foram enganados e tentaram revoltar-se, pois lhes haviam prometido terras na Colônia de Santa Cruz, mais conhecida e estruturada, e que a tripulação fê-los sair à força. Tal situação causou uma série de atritos com os administradores da colônia, que em nada resultaram. Assim, essas famílias pioneiras foram impelidas a adaptar-se, processo muito bem caracterizado pela expressão

¹⁵¹ SCHUH, Ângela Schumacher e CARLOS, Ione Sanmartin. Cachoeira do Sul – em busca de sua história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p.40.

¹⁵² WERLANG, William. A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: *Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002.p.41.

¹⁵³ Depoimento transcrito em: SCHUH, op.cit., p. 40.

¹⁵⁴ WERLANG, op.cit., p.41.

típica “*Vogel friss, oder stirb*”, que significa “*Pássaro, come ou morre*”, que comumente marcou os processos de ocupação de imigrantes, não só alemães, em terras brasileiras.

Ainda em 1857, chega a segunda leva de imigrantes à colônia, vindas por terra da Vila de Cachoeira, em viagem que levava seis dias em carroças. O segundo grupo era composto pelas famílias Roggenbach, Bartz, Streeck, Fenner, Leusin, Wilke, Roos, Laasch, Ritter, Seubert, Becker, Graffunder e o solteiro Raatz¹⁵⁵.

A terceira leva de alemães que chega à colônia é trazida pelo Barão von Kahlden, nomeado então diretor da colônia, em substituição à Floriano Zurowski, e composta por *Brummers*¹⁵⁶, alemães contratados pelo governo imperial para lutar a Guerra do Paraguai. O próprio Barão fazia parte da legião formada por August Brendler, Heinrich Haidmann, Wilhelm Köhn, Heinrich Eckert, Karl Koblenz, Karl Homrich, Henrich Ehlers, Wilhelm Buckow, Luiz Berger e Luiz Zimmermann.

Segundo Werlang¹⁵⁷, a Colônia Santo Ângelo teve apenas dois diretores até sua emancipação em 1882, Floriano Zurowski (de outubro a dezembro de 1857) e o Barão von Kahlden (diretor de 19 de dezembro de 1857 a 1882). O próprio von Kahlden segue como Administrador da Colônia após sua emancipação, de 188 a 1885.

Weyer¹⁵⁸ apresenta a origem das famílias que se estabeleceram na Colônia, mostrando a diversidade de regiões da Alemanha que contribuíram para a ocupação deste território, mas afirma que a grande maioria dos colonos assentados na Colônia Santo Ângelo provêm da Pomerânia:

Entre 1857 e 1880, 70 famílias, aproximadamente 300 pessoas, 1/3 da população, saíram de Lubow, (Kreis) Neustettin, Pomerânia, Reino da Prússia devido à difícil situação econômica em que se encontravam e vieram se estabelecer na Colônia Santo Ângelo.

¹⁵⁵ Depoimento transcrito em: SCHUH, op.cit.,p. 40.

¹⁵⁶ Resmungões (tradução nossa).

¹⁵⁷ WERLANG, William. A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: *Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002.p.42.

¹⁵⁸ WEYER, Willy. Kreis Neustittin. Aus der Geschichte des Dorfes Lubow. Bochum, Bundesrepublik Deutschland. 1981. p.5. Em: WERLANG, op.cit., p.41 - 42.

Rockenbach¹⁵⁹ relata a seqüência de divisão dos lotes e a árdua fase que segue até a efetiva tomada de posse destes terrenos.

O novo Diretor deu então imediato andamento à demorada e vagarosa construção do prédio da integração; também as medições tomaram impulso, e a 1º de janeiro de 1858, procedeu-se ao primeiro, e a 8 de janeiro, ao segundo sorteio de lotes coloniais. Após o sorteio e determinação dos lotes, procedeu-se à vistoria e verificação dos mesmos e muitos viram então que havia ainda 1h30min até 2h de caminho a trilhar até a situação da objetivada picada. Aí começa a derrubada do mato, em cuja ocupação os homens permaneceram durante uma semana inteira em seu lote e, somente ao domingo, voltavam à sua família, na hospedaria dos imigrantes.

A implantação da Colônia Santo Ângelo não fugiu à regra de demarcação das outras colônias no sul do Brasil. Weimer¹⁶⁰ conta que, por ordem do Governo Imperial se contratava um agrimensor que empreendia a “abertura” de uma *Picada* ou *Linha*, que equivale a uma estrada principal, em meio à floresta, mas de forma totalmente linear desconsiderando completamente os acidentes geográficos.

¹⁵⁹ Depoimento transcrito em: SCHUH, Ângela Schumacher e CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul – em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. (p. 40).

¹⁶⁰ WEIMER, Günter. *Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha*. (57-74). In: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 63.

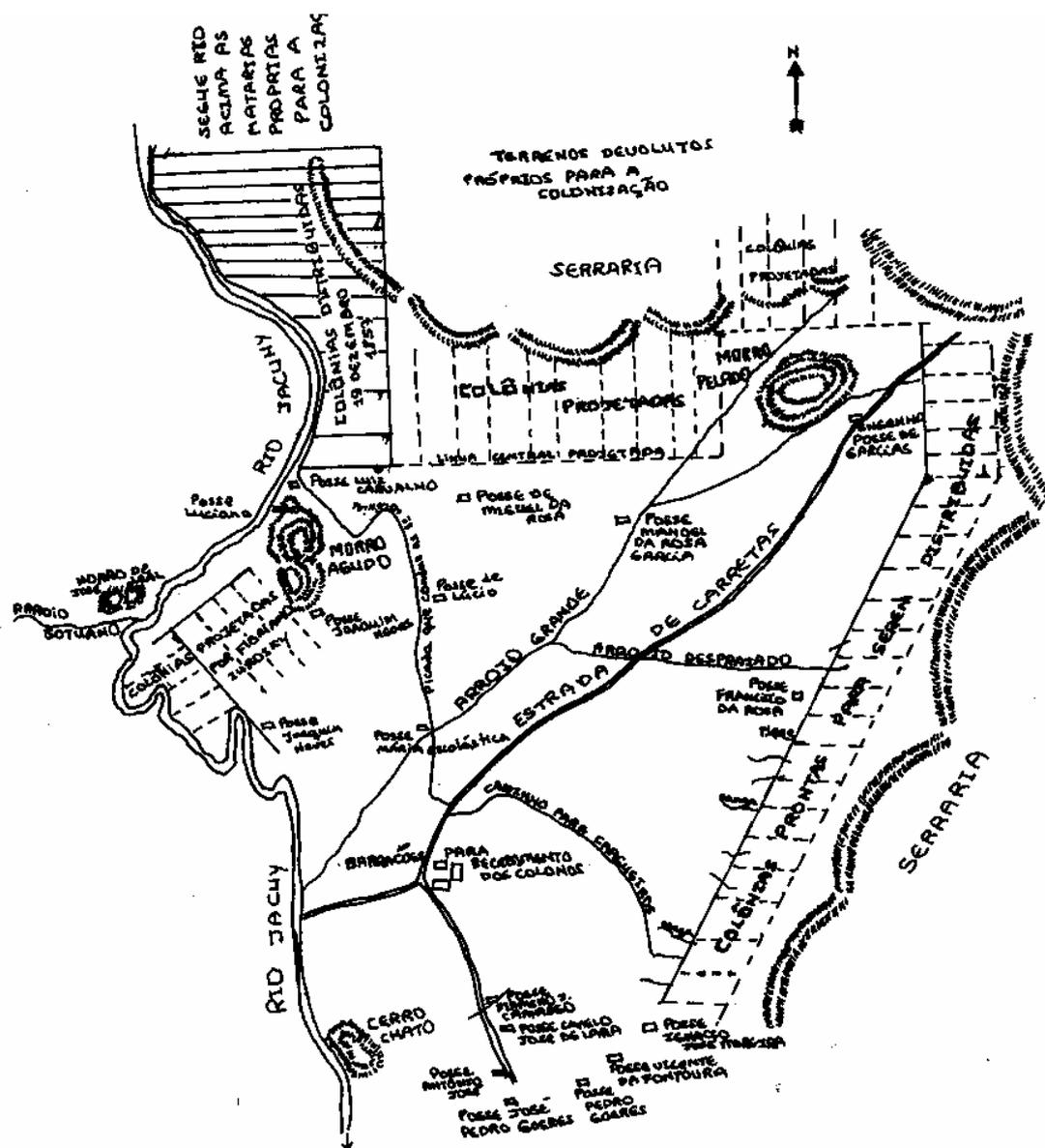


Fig.6: Primeiro croqui da Colônia Santo Ângelo. Barão von Kahlden, 1857.
 Fonte: Werlang, 2002. p. 43.

Esse método consistia sequencialmente em abrir picadas secundárias, ortogonais a primeira a cada 5 km aproximadamente, e assim seguia-se a demarcação dos lotes. No caso de Santo Ângelo (como na maioria das colônias alemãs da mesma época) esses lotes mediam 200 m de frente e sua largura equivalia à metade da distância entre duas picadas secundárias, 2,5 km, portanto. Werlang¹⁶¹ afirma que o tamanho médio dos lotes diminuiu com o passar do tempo, pois as terras devolutas começaram a escassear. As primeiras colônias (lotes) tinham 150.000 braças quadradas (72,6 ha), e, a

¹⁶¹ WERLANG, William. *A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002. p.43.

partir de 1862, o tamanho dos lotes diminui para 100.00 braças quadradas (48,4 ha).

A Colônia Santo Ângelo inicia sua ocupação à margem esquerda do Jacuí, e somente na sua fase final de medição, após 1862, ocupa a margem direita. Precisamente o que hoje representa a cidade de Agudo teve sua origem na Picada do Morro Pelado, aberta em 1858 pelo então diretor Von Kahlden.

O crescimento da Colônia após 1860 iniciou uma nova fase de demarcação em locais conhecidos como Rincão do Paraíso, pertencente à Bento José de Moraes, e Rincão da Contenda, pertencente ao português Antonio Gomes da Silva, que compreendem hoje parte do atual município de Paraíso do Sul.

A partir de 1870, iniciou-se a medição da Linha dos Pomeranos, Linha Boêmia e Linha São Pedro. Há uma pequena divergência entre os números apresentados pelos seguintes autores, notado por Werlang¹⁶²: Rockenbach¹⁶³ afirma que até 1878 haviam sido medidos 470 lotes coloniais, 234 nas Linhas do Paraíso e 110 nas picadas da serra, além de um grande número de lotes avulsos adquiridos de proprietários particulares. Conforme Amstadt¹⁶⁴, em 1878, o território da Colônia Santo Ângelo era de aproximadamente 400 km², com 481 lotes medidos e 371 ocupados.

¹⁶² Ibid.,p.44.

¹⁶³ ROCKENBACH, Peter. Die Kolonie Santo Angelo. Der Familienfreund Katholischer Hauskalender uns Wegweiser für das Jahr... Herausgegeben vom Volksverein für die Deutschen Katholiken in RS. Porto Alegre, Druck und Verlag Huho Metzler, 1921.

¹⁶⁴ AMSTADT, Teodor. Hundert Jahre Deustschum in Rio Grande do Sul. Verband deutscher Vereine. 1824-1924. Porto Alegre, 1924. p. 116.

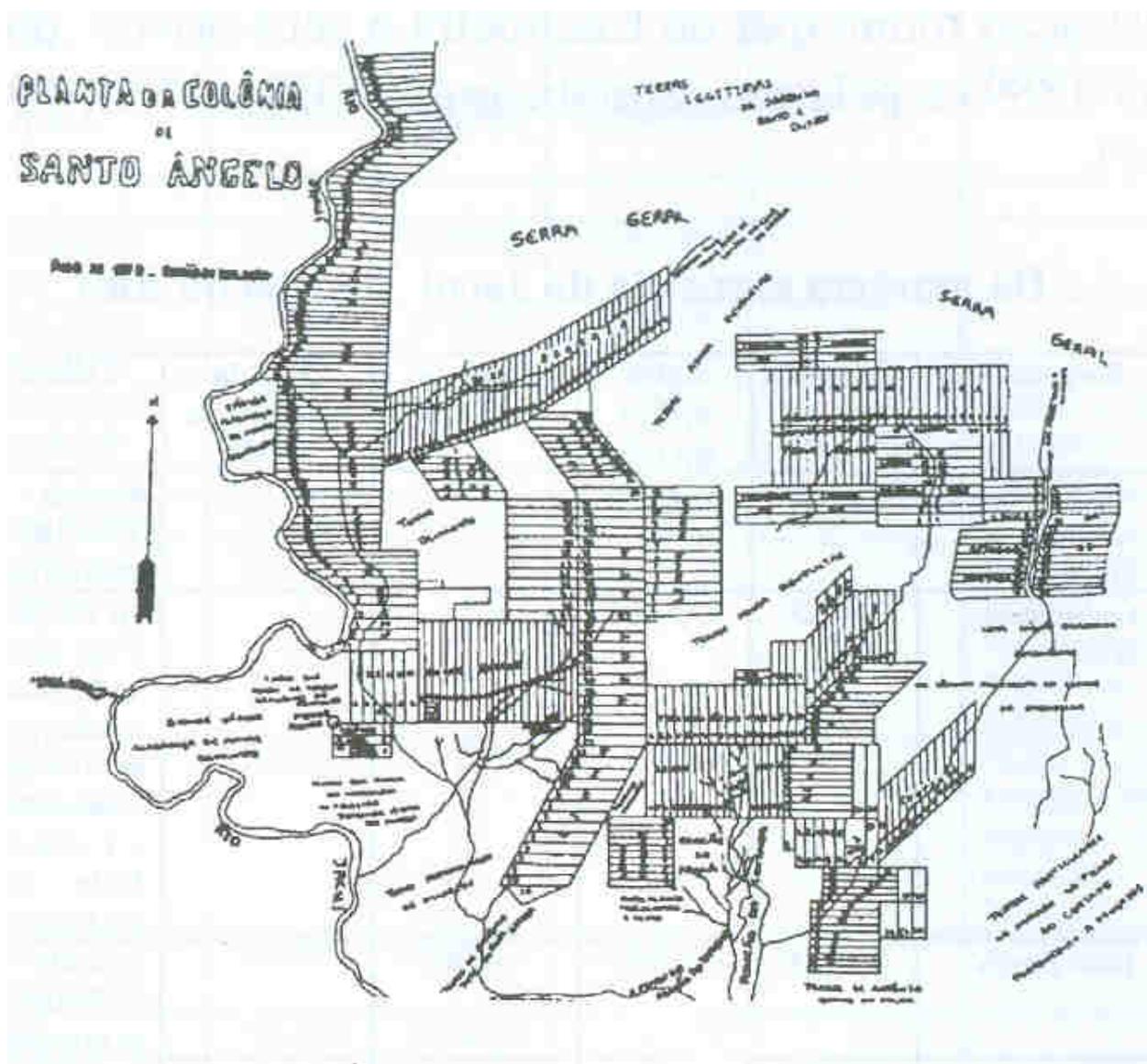


Fig.7 - Planta da Colônia Santo Ângelo. Barão von Kahlden, 1878.
Fonte: Werlang, 2002. p. 179.

Em 1880, Von Kahlden começa a medir o complexo de terras à direita do Jacuí. No ano seguinte, 1881, haviam 100 parcelas medidas em três linhas. Na Picada do Rio foi necessária a construção de mais um galpão de imigrantes. Segundo Werlang¹⁶⁵ entre 1857 e 1881 contabilizavam-se as seguintes Linhas e Picadas em terras da Colônia Santo Ângelo: Picada do Rio, Morro Pelado, Linha Nova, Linha Leste do Morro Agudo (Agudoberg), Linha Néri, Travessão do Paraíso, Linha Sinimbu, Linha Brasileira¹⁶⁶, Linha Contenda,

¹⁶⁵ WERLANG, William. *A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002. p.44.

¹⁶⁶ Consta que os agricultores de descendência portuguesa já residentes na localidade denominada Agudo foram removidos para a chamada Linha Brasileira.

Linha Patrício, Linha Marcondes, Linha dos Pomeranos, Travessão Central Norte e Sul, Cortado, Boêmia, São Pedro, Ávila, Formoso e Trombudo, além da Linha Teutônia¹⁶⁷.

O Governo Provincial financiou o desenvolvimento e a administração da Colônia de 1857 a 1882. Durante este período foi coibida a venda de terras para não imigrantes. No ano seguinte começam a surgir companhias imobiliárias para comercialização de lotes e é nesse período que as terras da várzea do Agudo (Picada do Rio), rejeitadas pelos imigrantes para moradia e tidas como imprestáveis para a agricultura pela excessiva umidade, começam a ser comercializadas e ocupadas para o cultivo do arroz irrigado, enquanto as demais Linhas da Colônia (da serra) continuavam produzindo principalmente milho, feijão e, um pouco mais tarde, o fumo.

A partir de seu estabelecimento, os imigrantes iniciavam o cultivo de gêneros de subsistência: feijão preto, milho, utilizado para o pão, cana-de-açúcar, para geléias e doces, alfafa, arroz, amendoim e ainda o linho para confecção de tecidos. O rápido desenvolvimento da colônia é propiciado pela diversificação de produtos agrícolas e sua comercialização com a Vila de Cachoeira.

A localidade Linha Morro Pelado – Agudo acaba se transformando no principal centro comercial da região colonial pela sua localização estratégica. Os principais acessos coloniais convergiam nesse ponto para Cachoeira por terra (estradas de carroças) e por água, muito próxima do importante porto do Jacuí (antigo Porto Agudo).

Em 1865, Santo Ângelo torna-se o primeiro distrito de Cachoeira do Sul, situação que perdura até 1882 quando se emancipa. Em 1883, porém, o distrito colonial é dividido e seus limites demarcados por Lei Provincial. Em 1885 a Câmara Municipal de Cachoeira dividiu a Colônia em seis complexos para arrecadação do imposto colonial. Bem mais tarde os distritos de Agudo (1959), Dona Francisca (1965) e Paraíso (1988) se emancipam, tornando-se municípios.

¹⁶⁷ Linha citada por Werlang como constituída em 1862, porém não contabilizada nessa passagem.

3.2.2. Considerações sobre a Evolução Urbana de Agudo

Ao saírem de sua terra, os emigrantes sabiam muito o que haveriam de fazer no além-mar: primeiro reconstruiriam sua aldeia ancestral rodeada de jardins e pomares. Em torno desta haveriam de instalar as plantações e o pasto para o gado. Mais atrás, deixariam uma floresta para lenha e madeira. O planejamento era tão completo que até dispensava um desenho exato no papel, pois estava gravado na mente de todos¹⁶⁸.

Weimer¹⁶⁹ apresenta um importante estudo sobre as cidades no Rio Grande do Sul que iniciaram sua formação como assentamentos de imigrantes alemães. O autor apresenta características morfológicas de aldeias alemãs que foram, dentro do possível, introduzidas na nova terra por motivos principalmente culturais, e explica os mecanismos pelos quais esses processos ocorreram. Essa pesquisa pretende entender por meio deste e outros autores o que ocorreu especificamente no município de Agudo, que embora possa ser considerada também uma típica cidade *teuto-gaúcha*, apresenta características morfológicas específicas.

Weimer¹⁷⁰ apresenta o *Weiler* – conjunto de alguns poucos sítios – e as aldeias-tipo que dele decorreram, segundo sua forma e região de origem. Desta forma, a região do *Hunsrück*, origem de mais da metade dos imigrantes que chegaram ao Rio grande do Sul, apresenta mais comumente aldeias de crescimento e forma irregular como a *Haufendorf* (aldeia-monte) ou a *Punktendorf* (aldeia-ponto). Quando o *Weiler* se desenvolve ao longo de uma rua (“*via de regra, quando dois Weiler crescem um em direção ao outro*”) forma-se a *Strassendorf* (aldeia-rua), típica da *Vestfália* de onde vieram aproximadamente 20% dos imigrantes. E, finalmente, a *Angredorf* (aldeia-logradouro) que tem a característica de se alargar no centro formando um logradouro (passagem pública para o gado) que apresenta ainda a variação de *Rundling* (arredondado), comum da região da Pomerânia, de onde vieram aproximadamente outros 20% de imigrantes. Uma outra forma mais rara, mas

¹⁶⁸ WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). In: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 57.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 63 em diante.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 58.

típica dos assentamentos no Rio Grande do Sul – embora não por motivos culturais, mas por imposição do traçado colonial conforme o autor – é a *Streusiedlung* (povoação disseminada), caracterizada pelo distanciamento e aparente desconexão com formas tradicionais de apropriação do solo.

No caso específico de Agudo temos uma contradição na forma de desenvolvimento da parte urbana: a ocupação, notadamente, poderia se encaixar como uma aldeia-rua, típica da Vestfália, mas a grande maioria dos colonos que receberam lotes no local era de origem pomerana, caracterizada pela aldeia logradouro – arredondada. Muito provavelmente isso ocorreu devido ao fato de que os imigrantes *receberam/ compraram* seus lotes, previamente demarcados, sem que tenham tido qualquer poder de decisão além da posição numeral do lote. Mas Weimer¹⁷¹ explica:

(...) os Weiler, devido à forma original das picadas, acabaram por tomar a forma de Strassendorf (aldeia-rua). Como a formação destes núcleos é relativamente recente e por serem de certa forma escassos em número, essa forma de aldeia dificilmente poderia ser chamada de “típica” da colonização alemã no Brasil meridional.

Embora Weimer¹⁷² considere o procedimento ortogonal de implantação das colônias uma clara demonstração de poder por parte do Estado, sendo sabidamente estranho à cultura europeia que se assentaria no local, pode-se argumentar que, devido à imensa dificuldade do trabalho e escassez de recursos para tal¹⁷³ (visto a demora e a dificuldade para assentar as sucessivas levadas de imigrantes), esse fato relaciona-se mais a uma questão de praticidade do que de autoridade.

A “sede” de Agudo nasce da conexão linear entre dois acidentes geográficos marcantes na paisagem, o *Morro Pelado* e o *Cerro Agudo*, segundo denominação da época. Essa Linha, chamada *Agudoberg*, ou Linha Leste do Morro Agudo, tem aproximadamente 3,5 km de extensão, é perfeitamente linear e orientada no sentido leste-oeste, com uma bifurcação de contorno no lado oeste onde está localizado o Morro Pelado. A *Agudoberg* é a

¹⁷¹ WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 66.

¹⁷² Ibid., p.63 em diante.

¹⁷³ Vide APÊNDICE B – Movimentos Migratórios.

atual Avenida Concórdia, a principal e praticamente única rua de importância, no sentido leste-oeste, da cidade.



Fig.8 – Imagem aérea da sede do município de Agudo. Em destaque, Avenida Concórdia.
Fonte: INPE/ Plano Ambiental da Quarta Colônia.

Werlang¹⁷⁴ destaca que a partir da década de 1860 surgiram ao longo dessa Linha vários empreendimentos comerciais, uma característica marcadamente alemã que tem a *rua comercial* como elemento básico de crescimento, em contraposição à tradição lusa de geração a partir da praça. Tanto é verdade que ainda hoje a ênfase de ocupação é ainda ao longo da Avenida Concórdia. A praça principal ainda hoje não possui seu perímetro ocupado, e somente possui fachadas voltadas para si no lado oposto da Avenida Concórdia, embora assumam outro tipo de apropriação, como a do lazer, muito forte atualmente.

¹⁷⁴ WERLANG, William. A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: *Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002. p.210.

Weimer¹⁷⁵ também apresenta a possível explicação da implantação das residências se darem praticamente junto à rua principal, diferentemente do que ocorre comumente em aldeias originais e completamente diferente do que ocorre na parte rural do mesmo município:

Assim, as cidades teutas tiveram dificuldade de adquirir expressão própria. As normas oficiais e os códigos de posturas condicionavam os procedimentos construtivos. Não é, pois, de estranhar que as construções fossem levantadas sobre os alinhamentos das ruas e fossem espremidas entre as divisas laterais, o que levava a que os telhados caíssem para a rua, em franca contradição aos procedimentos germânicos.

É interessante notar que em grande parte da extensão total da rua principal, a Avenida Concórdia ainda persiste como praticamente única na malha urbana, e somente no início deste século as ruas perpendiculares começam a “subir o morro”. Se, por um lado, o fato demonstra o crescimento lento da cidade, por outro evidencia a persistência de um modelo baseado em uma rua comercial, que só agora passa a ser modificado, curiosamente quando a cidade começa a absorver uma quantidade expressiva de “gente de fora”. A partir disso, observa-se houve uma persistência cultural forte.

Weimer¹⁷⁶ também explica que, diferentemente do local de origem destes imigrantes, a terra não era comunal, permitindo uma diversificação de soluções. Além disso, a influência do Estado sobre a Colônia era tão menor quanto mais afastada dela, permitindo uma flexibilidade de regras predeterminadas. No caso de Agudo, muito provavelmente algumas soluções só foram possíveis porque o Diretor (e depois Administrador) da Colônia, Barão Von Kahlden, era alemão, e gozava de um prestígio por ser nobre. Segundo consta¹⁷⁷ foi o único Diretor/ Administrador que assumiu tais funções em todo o território nacional.

¹⁷⁵ WEIMER, Günter. *Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha*. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 68.

¹⁷⁶ WEIMER, Günter. *Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha*. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. (p.59 e p.68).

¹⁷⁷ Conforme depoimento de William Werlang para o autor desta pesquisa.

Assim, também é possível relacionar esse fato com o tipo de transição entre o urbano e o rural, demonstrado por Weimer¹⁷⁸. O autor afirma que a gênese da urbe alemã, que se desenvolve pelo crescimento de um Weiler, depois aldeia e finalmente cidade, apresentando um continuidade entre a paisagem rural e urbana, é transgredida nos assentamentos do Rio Grande do Sul por força das normas coloniais de Portugal, ainda após a independência. No caso de Agudo, diferentemente dos exemplos usados pelo autor, São Leopoldo e Santa Cruz, embora seja perceptível a diferença entre a sede e a colônia, não se pode dizer que essa passagem seja radical. Possivelmente pela própria conformação paisagística da cidade, rodeada de morros e verde, também porque quase 70% da população do município ainda resida na zona rural, mas certamente pela conformação rarefeita de suas construções, que também só recentemente começa a apresentar algum adensamento.

No entanto, existem algumas diferenças bem marcadas entre campo e cidade, principalmente na implantação das construções. Por exemplo, é possível verificar que na área urbana, as construções são praticamente construídas junto à rua, sobrando pouco recuo frontal para a prática de uma expressão tipicamente germânica de ajardinamento (de flores), como comumente se mantêm nos núcleos coloniais, inclusive no próprio interior de Agudo. Uma explicação possível para esse tipo de implantação no lote talvez esteja ligada ao fato de que a construção apresentava função comercial atrelada, sendo o acesso determinante na sua posição em relação ao lote. Nesse caso, na *Agudoberg* que assumia ares de “cidade”, comércio e residência dividiam o mesmo teto. Essa realidade era diferentemente na área rural. Weimer¹⁷⁹ explica:

Em vez de construir uma grande casa unitária que abrigava sob um só teto homens e animais, como na Alemanha, o imigrante passou a edificar uma série de prédios isolados, cada qual para uma função específica, já que ele percebeu que as condições climáticas impediam a utilização das soluções além-mar.

¹⁷⁸ WEIMER, op.cit.,p.66.

¹⁷⁹ WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. (p.59).

Em outro trabalho sobre a mesma temática Weimer¹⁸⁰ demonstra que a problemática construtiva do colono não se resumia à casa, e sim era formada por um complexo que compreendia ainda o estábulo, galinheiro, chiqueiro, etc. Ao longo da Strassendorf que deu origem à sede de Agudo, ainda é possível perceber – na profundidade de alguns terrenos – parte dessa seqüência de construções auxiliares. Sua forma e disposição, contudo, demandariam um estudo muito mais aprofundado.

É visível sim, uma seqüência mais ou menos generalizada, comum à sede e à área rural, de substituição da residência por outra mais nova e a utilização daquela como celeiro ou depósito. Ao que tudo indica, a seqüência de construção descrita por Weimer¹⁸¹ se repete: rancho provisório (facilmente perecível, que em alguns casos foi demolido), depois construção única, depois casa com cozinha separada, e depois à essa última se agrega atualmente mais uma construção, a “nova” casa construída com materiais contemporâneos e via de regra destituída de sentido arquitetônico. As construções anteriores ou são demolidas para aproveitamento do material, ou mais frequentemente, são utilizadas como galpões e depósitos diversos.

Outra característica compartilhada entre Agudo e outros núcleos coloniais alemães no estado, no interior e na sede, é a seqüência de cobertura vegetal dos lotes, formado por um jardim frontal (com exceção dos casos já mencionados na “rua comercial”), seguido pela parte posterior do lote composta pela horta, pelo pomar e pelo mato, invariavelmente nessa seqüência e cada qual com sua função específica. Em decorrência disso, a conformação de Agudo, a partir de uma aldeia-rua, se apresenta por linhas contínuas e sucessivas de vegetação de diferentes alturas, numa diagonal ascendente que inicia na rua, passa pela casa, pelo pomar e mato, e decresce no mesmo ritmo até a rua paralela, ou continua segundo o perfil dos morros que lhe fazem limite. A evolução da área urbana mostra que esse “perfil” só é quebrado porque os lotes foram sucessivamente parcelados, diminuindo a distância entre vizinhos e, bem mais tarde subdivididos também em sua profundidade, por divisão hereditária, ou para conformar as quadras atuais.

¹⁸⁰ Ibid., p. 136.

¹⁸¹ Ibid., p.110 em diante.

Se por um lado, é possível argumentar que essa seqüência é uma decorrência da profundidade do lote, vale anotar que, mesmo as culturas não comestíveis, como flores e arbustos ornamentais, se repetem numa constância notável. É possível listar azaléia, cica, buxo, rosa, jasmim, cravo, e outras espécies, todas com conotações específicas, o que poderia ser aprofundado em outro estudo.

Weimer¹⁸² destaca também um sentimento de vizinhança típico das aldeias alemãs que também são exercidas nas colônias de imigrantes. Apesar da conformação dos lotes na nova terra impedir um desenvolvimento dessa relação de forma natural, a necessidade obrigou os colonos a dividir e compartilhar tarefas: “*Esses moradores se ligavam por um sistema de direitos e obrigações que não seria possível de serem imaginadas se não houvesse por trás delas uma experiência de vida numa aldeia fechada.*”

A realização de tarefas conjuntas tinha função de integração da comunidade, o que se intensificava quando da ocasião de obras maiores, quando era necessário o auxílio de outras comunidades, ou *vizinhanças* conforme Weimer¹⁸³.

Obras maiores como escola que também servia de igreja, via de regra, tinham de ser assumidas por todas as vizinhanças, e como na maior parte das vezes era um comerciante que organizava a sua construção, elas eram construídas nas proximidades da “venda”.

Caso típico de Agudo, ainda *Agudoberg*, quando da construção da primeira igreja luterana da região em 1870, no lote de número 16. Segundo Werlang¹⁸⁴, a igreja funcionou também como o primeiro educandário, que mais tarde se transfere para área próxima a esta, ainda sob sua responsabilidade. Este local abriga até hoje a mesma função educacional, e é muito próximo ao primeiro grande armazém comercial da Linha, de propriedade de Frederico Treptow, à época já destacado comerciante.

¹⁸² WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p.64..

¹⁸³ WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p.65.

¹⁸⁴ WERLANG, William. A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: *Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002. p.210.

Sobre a mesma igreja é possível fazer algumas analogias levando em consideração a afirmação de Weimer¹⁸⁵:

Na Alemanha, as torres das igrejas foram o indicativo das aldeias. Aqui, durante o século passado, os templos protestantes não podiam apresentar aspecto externo de igreja, pois a religião oficial do Estado era o catolicismo. Os protestantes burlavam esta determinação até onde era possível. Quando surgiram fissuras entre os dois poderes (na assim chamada “Questão Religiosa” de 1871-72) e ficou evidente que a separação entre Estado e Igreja estava prestes a se realizar, imediatamente passaram a construir uma torre na frente das velhas igrejas.

O que prova esse fato foi a nova igreja ter sido construída em 1918, com torre, em local tão destacado: a extremidade com a cota mais alta da Linha Leste do Morro Agudo (Fig. 09, 10, 11).

O mesmo caso acontece na Picada do Rio, localidade do interior do município, que também conta com uma igreja luterana de proporções consideráveis localizada em local destacado (Fig. 12 e 13), o que reforça a idéia de uma recorrência cultural de organização do espaço.



Fig. 9: Vista da cidade de Agudo, a partir do Morro Pelado. Destaque para a Avenida Concórdia ao centro e Igreja Evangélica à esquerda da foto. Fonte:www.riogrande.com.br.

¹⁸⁵ WEIMER, op.cit,p.66.

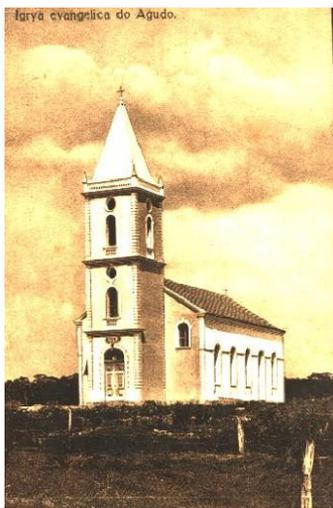


Fig. 10 e 11: Igreja Evangélica de Agudo. Primeira imagem de 1918 (Fonte: <http://de.geocities.com/koloniesantoangelo/link03.html>) e segunda imagem de 2008 (Fonte: Arquivo pessoal Dori Muller).

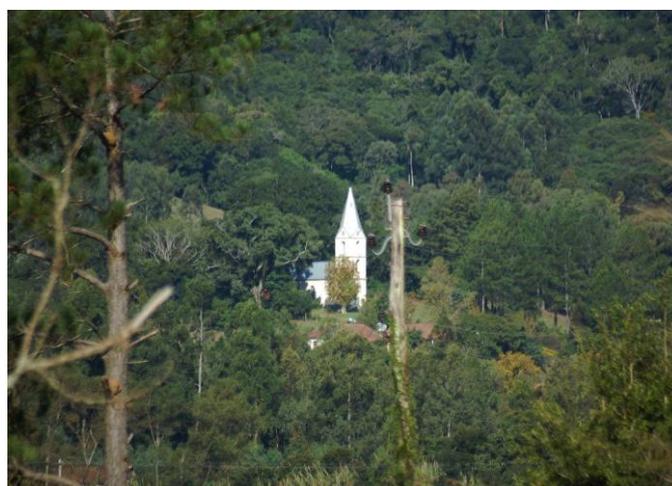


Fig. 12 e 13: Igreja Evangélica da localidade Picada do Rio e sua inserção na paisagem, 2008. Fonte: Arquivo pessoal Lidiane Drews e Dori Muller, respectivamente.

Entretanto, Weimer¹⁸⁶ salienta que não necessariamente o Weiler decorria da igreja, visto que o pastor e/ ou o professor eram muitas vezes o mesmo simples agricultor que continua morando em seu lote, e que “*por isso os Weiler se formaram antes pela agregação de um salão de baile, de um moinho ou da oficina de algum artesão*”.

Também é possível explicar através das relações de vizinhança, a notável autonomia das demais linhas coloniais que se mantiveram até recentemente, cujo caso expressivo também é a Picada do Rio. Segundo consta, essa localidade, até a década de 50, contava com consultórios médico

¹⁸⁶ WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p.66.

e odontológico, correio, e até uma filial de banco, além de uma rede estabelecida de serviços e abastecimento (curtume, ferraria, açougue, casas de comércio, etc.) e de respeitáveis salões de baile e de jogos¹⁸⁷.

Embora note-se uma diferença anacrônica considerável entre a data proposta por Weimer¹⁸⁸ a seguir, e o relato descrito anteriormente, fica fácil perceber que esse sistema de relações *“entrou em decadência quando essas comunidades foram integradas na vida econômica nacional de forma mais ativa por volta do fim do século passado ou do começo deste (...)”*.

Weimer¹⁸⁹ tem razão quando afirma que a vinda desses imigrantes para a nova terra teve seu preço e suas conseqüências:

A transformação da posse da terra em propriedade privada liquidou o fundamento comunal da organização da vida nos moldes tradicionais. Se a privatização da terra era encarada como um ganho, ela, ao mesmo tempo, foi o preço da desgermanização do imigrante. Mas ele não abriu mão de sua condição facilmente. Tentou de diversas formas manter a sua identidade. Uma delas foi reconstruir as relações aldeãs pelo artifício do estabelecimento de uma vizinhança.

A essa afirmação pode-se acrescentar que, se por um lado houve uma alteração significativa nas vidas desses imigrantes após sua chegada, decorrente em grande parte do novo meio em que estavam inseridos e mais ainda do sistema territorial a que tiveram que se adaptar, por outro lado houve espaço e um esforço pessoal de cada um para que pudessem se manifestar segundo sua bagagem cultural; *“resumindo, poderia-se dizer que cada propriedade de um colono teuto-brasileiro é um retrato, o mais fiel possível, de sua aldeia de origem”*¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Relato de Armindo Ehrhardt ao autor desta pesquisa.

¹⁸⁸ WEIMER, op.cit.,p.64.

¹⁸⁹ WEIMER, Günter. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p.60.

¹⁹⁰ Ibid.,p. 59/ 60.

3.3. Inventário de Identificação

Conforme explicado anteriormente, o inventário de identificação arquitetônica do município de Agudo foi o primeiro passo para que se pudesse conhecer, quantificar e localizar bens imóveis de interesse cultural. O inventário foi realizado *in loco* durante o ano de 2008, totalizando, até o momento, 95 bens de interesse arquitetônico abarcando toda a área urbana do município de Agudo e grande parte de sua área rural¹⁹¹.

A partir deste trabalho, que é eminentemente técnico, podem-se fazer considerações a respeito de tipos, técnicas construtivas e materiais utilizados no local, assim como indicar estudos detalhados dos bens segundo uma hierarquia técnica de valores. No caso específico de Agudo, tais *valores* estão calcados em técnicas tradicionais de construção trazidas por imigrantes alemães e sua adaptação às condições locais, privilegiando valores estéticos e históricos, portanto.

Embora o inventário arquitetônico seja guiado por critérios abrangentes a respeito de patrimônio cultural¹⁹², na prática, o técnico é habilitado para identificar objetivamente através da visão elementos que são parte de seu repertório de conhecimento. Isso quer dizer que, desde sua formação, já estão colocados pressupostos para essa identificação, que são tão mais complexos quanto sua bagagem de informação e formação. Assim, usando o próprio caso de Agudo, sabidamente uma região de imigração alemã, fundada a partir de 1857, e a partir das informações obtidas por outros trabalhos semelhantes, o técnico (arquiteto) imagina, ou até mesmo procura, por indícios que relacionem esses dados, por exemplo, a construções em enxaimel.

Entretanto, não significa que haja uma convenção pronta, ou uma procura específica por tipo predeterminado de “patrimônio”. A evolução dos conceitos e critérios mostra que não há mais espaço para esse tipo de pensamento. O olhar técnico hoje compreende os eventos construtivos atípicos ou que fazem parte dele, como foco igualmente respeitável de seu trabalho de

¹⁹¹ O inventário de identificação arquitetônica do município de Agudo que baseou esta pesquisa não havia sido finalizado até a conclusão da mesma.

¹⁹² Vide Capítulo 2 – Quadro Metodológico, item 2.2.2 – Inventário de Identificação.

identificação. Sintetizando, no caso de Agudo, não houve preconceito, e sim predisposição.

Esclarecido este fato, segue uma apreciação fundamentada no inventário de identificação do município¹⁹³ e na ficha-índice¹⁹⁴. Pode-se pensar que, pela quantidade circunscrita de informações que essas fichas propiciam, é permitido apenas um grau de julgamento limitado. No entanto, é preciso ter em mente que o objetivo maior deste tipo de trabalho é ter uma visão geral, uma varredura, dos bens que constituem – ou podem vir a constituir – o patrimônio cultural do município.

3.3.1. Considerações sobre o Inventário de Identificação de Agudo

Embora seja difícil obter as datas de grande parte das edificações catalogadas, o inventário expõe essencialmente a arquitetura de três períodos distintos, seguramente com sobreposições temporais. Mesmo assim, o estudo dos tipos permitiu revelar algumas diferenças marcantes entre tais períodos. Cabe assinalar, também, que esse estudo de tipos é uma das tantas interpretações que podem ser feitas com o material que se apresenta aqui. Por esse mesmo motivo é importante advertir sobre os limites que um estudo desta espécie pode chegar. Tendo isso em vista, esta pretende ser uma primeira sistematização da arquitetura do município de Agudo que pode dar um panorama geral deste patrimônio e servir para provocar novos estudos sobre o tema.

Nesta pesquisa foi adotada a mesma denominação dos bens catalogados pelo inventário usado como referência a fim de vincular os dois trabalhos.

A seguir apresenta-se um mapa da localização aproximada dos bens inventariados que constam na área urbana do município de Agudo.

¹⁹³ Exemplo de ficha completa do inventário de identificação apresentada como Apêndice C.

¹⁹⁴ Ficha índice contendo os bens arquitetônicos inventariados no município de Agudo apresentada como Apêndice D.



Fig. 14 – Localização dos bens inventariados na sede do município de Agudo.
Fonte: INPE/Plano Ambiental da Quarta Colônia, imagem editada pelo autor.

O estudo, como já dito, se concentra em três períodos distintos. Assim, pode-se apontar um primeiro período, que vai da ocupação inicial da colônia, no final do século XIX, até o primeiro quarto do XX. O segundo período começa no início do século XX e vai até o início da segunda grande guerra. E, finalmente, identifica-se um terceiro período, que inicia no pós-guerra e vai até a década de 1970. Após este período os bens inventariados são designados aqui como arquitetura contemporânea.

Além do fator **período**, são associados à análise e à conseqüente *tipificação* outros determinantes arquitetônicos que são o **programa original** e o **volume**, tentando apresentar uma visão integrada de como se apresentam neste particular estudo de caso. Completando a análise aparece ainda uma exceção à classificação sugerida, como é o caso das casas “tipo enxaimel”, catalogadas estritamente segundo sua técnica construtiva.

3.3.1.1 Primeiro período

O primeiro é representado por uma arquitetura de caráter privado, remanescente das primeiras construções definitivas – erigidas após a estabilidade da família e seus primeiros frutos da terra – construídas em sua maioria com tijolos artesanais e assentadas com barro. São deste período as casas conhecidas popularmente no município como “pomeranas”¹⁹⁵, identificáveis porque apresentam uma cozinha anexa, construídas num segundo momento, que acabam sob o mesmo telhado do volume principal, o que resulta numa mudança visível de inclinação da cobertura. Os exemplos mais significativos são: a casa de Erni Becker (**AGU 008**), a Biblioteca Pública (**AGU 009**) e a casa Müller (**AGU 020**).

¹⁹⁵ Este termo é discutível e necessita estudos mais profundos para ser adotado sem restrições. Foi adotado particularmente neste trabalho pela referência popular já estabelecida.



Fig. 15: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 1º tipo do 1º período.

Deste mesmo período podem ser apontadas algumas edificações residenciais com características de cobertura similares às “pomeranas” que apresentam uma varanda à frente da fachada principal de maior lado e geralmente voltada para a rua. Essas residências são encontradas também na área urbana, mas têm características marcadamente rurais. Os exemplares que mais se destacam são: casa Kegler (**AGU 001**), casa Seeober (**AGU 005**), casa Ehrhardt (**AGU 048**), uma casa de dados indisponíveis inventariada sob o código (**AGU 057**), casa Rilisner (**AGU 065**), Casa Grellmann (**AGU 068**), a casa de código (**AGU 075**), casa Pape (**AGU 092**) e casa Karl Raddatz (**AGU 094**). A maioria destas casas apresentam porão e sótão. Sobretudo na área rural, algumas destas casas ainda apresentam a cozinha separada da residência; nos casos **AGU 068**, **AGU 092** e **AGU 094**, a cozinha é muito bem elaborada com pedras aparelhadas. Uma curiosidade singular da casa Pape (**AGU 092**) é ter uma “geladeira” construída em arenito com um sistema de aspersão de água, e ainda mais singular é o caso da “geladeira” escavada na rocha da casa Grellmann (**AGU 068**) com um sistema natural de circulação de água também escavado. Essas “geladeiras” eram utilizadas até pouco tempo para guardar ovos, manteiga, queijos e outros derivados. Os materiais mais comuns encontrados nestas construções também são o tijolo artesanal ou pedras de areia (arenito) emparelhadas em blocos relativamente grandes de 50 x 25 cm, assentadas com argamassa de barro e rebocadas com um “nata” de cal e areia.

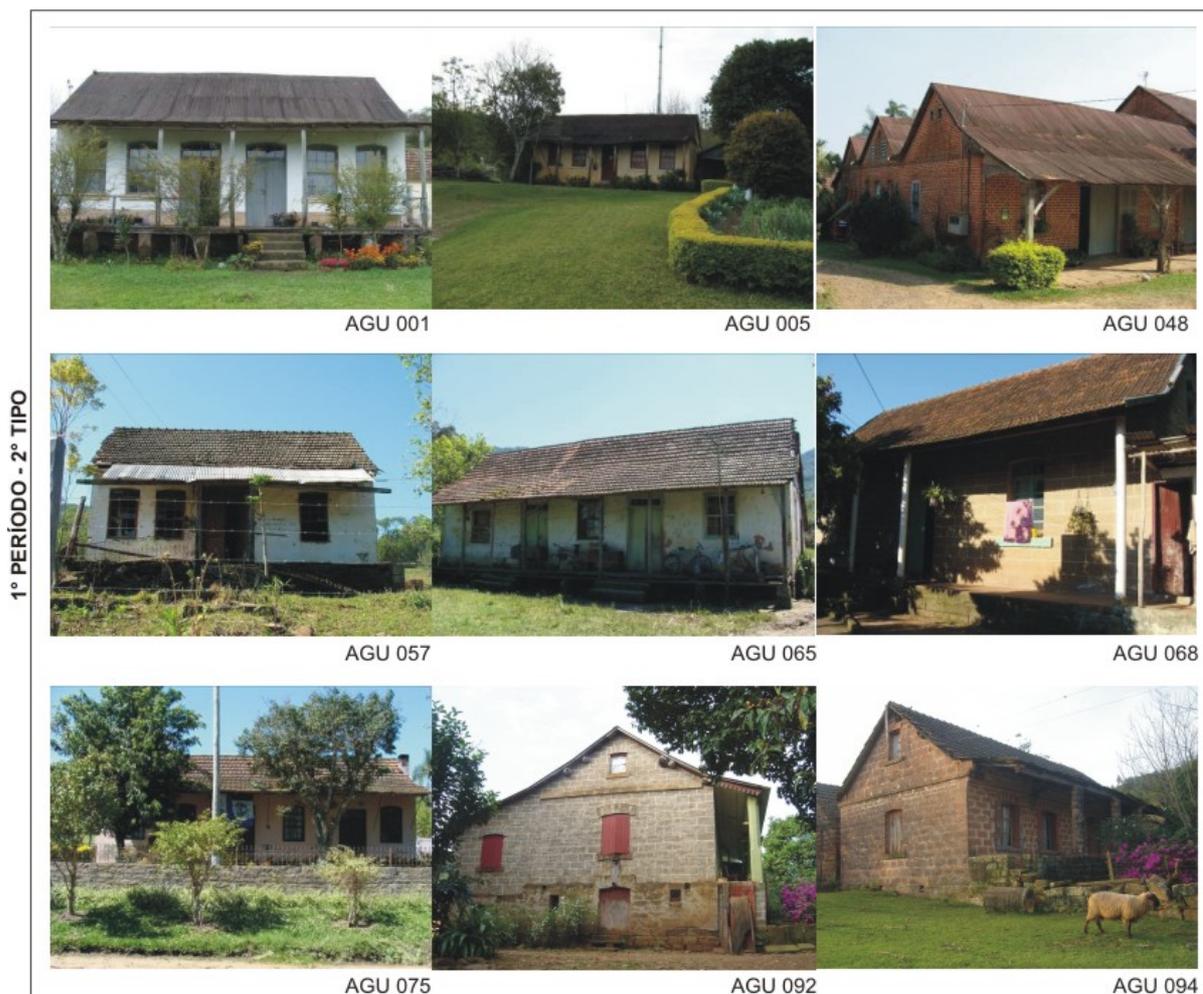


Fig. 16: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 2º tipo do 1º período.

Ainda do primeiro período podem ser identificadas edificações de mesmas características construtivas, porém de forma diferenciada, que se destacam pelo telhado de ponto muito alto e área proporcionalmente maior, características que indicam destaque à função comercial (muitos destas edificações são originalmente de uso misto comercial/ residencial). Os exemplares mais representativos são a atual Secretaria de Assistência Social (**AGU 007**), o Restaurante Schüller (**AGU 014**), o Armazém Treptow (**AGU 025**), a farmácia Schiefelbein (**AGU 036**), e na área rural a Casa de Werner Becker (**AGU 062**). Além das características apresentadas, as edificações deste período têm em comum as fundações de pedra arenito, paredes muito espessas e aberturas proporcionalmente pequenas, predominando o cheio sobre o vazio e dando aspecto de solidez. Essas características, somada a do telhado de ponto alto, mais que uma preocupação estrutural e prática do uso do sótão, apontam para uma solução de isolamento térmico. Resta estudar melhor se são

manifestações culturais ou adaptações à amplitude térmica característica da região cercada por morros.



Fig. 17: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 3º tipo do 1º período.

Uma quarta variação deste período foi aqui chamada de “meia-varanda”. Esse tipo é definido por paredes grossas como os outros tipos e telhado de ponto alto, porém apresentam uma varanda sob essa cobertura geralmente única (4 águas), e aparecem na mesma frequência na zona urbana e rural. Os exemplares mais destacados deste tipo são: casa Binder (**AGU 003**), casa Guedes (**AGU 004**), casa Unfer (**AGU 006**), o antigo hotel (**AGU 017**), Comércio Zimmer (**AGU 041**), casa Münk (**AGU 045**), casa Becker (**AGU 049**), casa Fischer (**AGU 052**), casa Raddatz (**AGU 058**), casa Roos (**AGU 061**), casa verde (**AGU 067**).



Fig. 18: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 4° tipo do 1° período.

Os quatro tipos apresentados, pertencentes ao primeiro período, seguiram uma lógica comum de época de construção, forma e programa. No entanto, foi identificado um outro grupo, que possui como ponto em comum apenas a época de construção e a técnica construtiva: as edificações em enxaimel. Mesmo assim, merece ser incorporado ao estudo. Essas construções em enxaimel são associadas prontamente com a origem dos imigrantes alemães que povoaram a região, e por isso são tão importantes.

São elas: um exemplar residencial que hoje é utilizado como galpão de propriedade da família Fischer (**AGU 053**), um exemplar comercial muito bem preservado de propriedade da família Müller (**AGU 090**), e um de uso comercial/recreativo abandonado, de propriedade de outra família de sobrenome Müller (**AGU 076**).



Fig. 19: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como tipo “enxaimel” do 1º período.

Deste período ainda, foram inventariados dois exemplares industriais que serviam de galpões de estocagem de fumo, os exemplares casa Berger (**AGU046**) e Jacuí Tabacos LTDA (**AGU042**) ainda em funcionamento.



Fig. 20: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como outros tipos do 1º período.

As edificações do primeiro período apresentam, de modo geral, um predomínio de cheios sobre os vazios, com janelas e portas proporcionalmente pequenas e com vergas em arco rebaixado ou, quando a deterioração do reboco permite a visualização, arco de escação¹⁹⁶. Embora seja comum deste

¹⁹⁶ CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972. 1ª edição. Segundo Corona & Lemos é uma estrutura suplementar usada para auxiliar outro arco, que pela sua forma torna-se insuficiente para suportar as cargas concentradas sobre a envasadura.

período apenas um pavimento, a altura varia consideravelmente segundo a implantação e a utilização do sótão ou telhado, que é de ponto alto. A primorosa execução de muitos dos exemplares listados visto no corte da madeira e da pedra, assim como no preparo do barro de assentamento e do reboco que resiste, em alguns casos sem danos por mais de 100 anos, não permite que se afirme que essa arquitetura seja popular, embora ocorra em áreas afastadas dos centros mais populosos. Por outro lado é difícil comprovar documentalmente a existência de arquitetos ou outros técnicos na elaboração de tais construções.

3.3.1.2 Segundo período

O segundo período é marcado essencialmente por construções de uso residencial, e em menor parte comercial e misto, e acompanha um visível desenvolvimento da cidade anterior à Segunda Guerra. Este período se caracteriza pela aparência robusta da construção, com telhado apresentando ainda uma inclinação considerável e também com predomínio de cheios sobre vazios. Mas as construções deste grupo se destacam das edificações do período anterior pelo emprego em larga escala do cimento para estrutura e para acabamentos, pela “meia varanda” e pela presença de elementos art déco, ainda que muito timidamente. Dentro deste *segundo período* se destacam duas variações de um mesmo tipo, estando a diferença básica na volumetria: um dos tipos apresenta um volume compacto coberto por telhado quatro águas que compreende todo ou a maior parte do programa, enquanto o outro tipo tem uma variação volumétrica promovendo soluções de cobertura com muitas águas.

Do primeiro tipo temos como exemplos a casa Valentino Schüller (**AGU 002**) e a casa Pfeifer (**AGU 089**).



Fig. 21: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 1º tipo do 2º período.

Do segundo, constam a casa Jaegger (**AGU 012**), a casa do pastor (**AGU 022**), o sobrado bege (**AGU 024**), a casa de código **AGU 083** e ainda a casa Roberto Müller (**AGU 084**), entre outras. Algumas destas casas aparecem com dois pavimentos, mantendo a tradição construtiva do porão. Embora sejam mais comuns na cidade, encontrou-se um exemplar que se encaixa no primeiro tipo na área rural do município, a casa Klein (**AGU 073**).

Apesar da maior parte das edificações incluídas neste segundo grupo serem residenciais, é importante salientar que também fazem parte deste grupo construções que denunciam uma diversificação de programas, fruto do período de desenvolvimento da cidade. São incluídos neste grupo exemplares de arquitetura institucional, como o asilo (**AGU 043**) e o antigo hospital (**AGU 087**).



Fig. 22: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 2º tipo do 2º período.

Ainda desse segundo período, destacam-se as igrejas evangélicas de confissão luterana, pelo seu programa, sua volumetria e sua implantação singular. Os dois exemplos destacados são a Igreja Evangélica de Confissão Luterana da sede do município (**AGU 033**) e da localidade Picada do Rio (**AGU 091**).

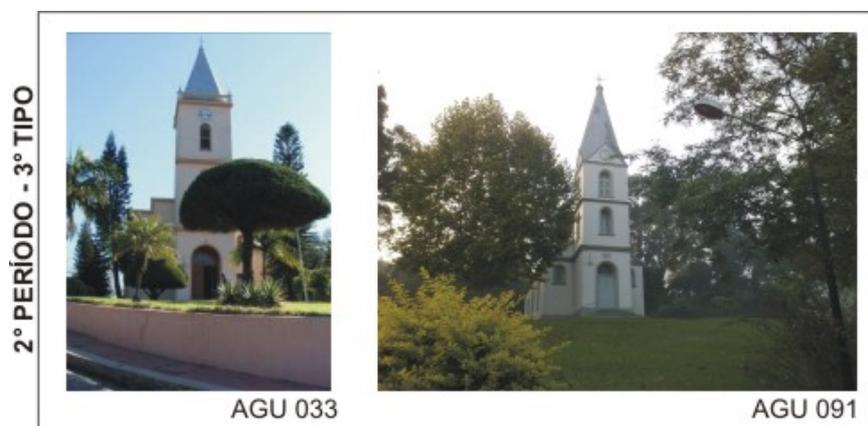


Fig. 23: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 3º tipo do 2º período.

3.3.1.3 Terceiro período e arquitetura contemporânea

No terceiro período identificado persiste a diversificação de programas. O período pós-guerra é marcado pelo aparecimento de edificações “robustas”, provavelmente desenvolvidas com a participação de arquitetos, com ênfase na arquitetura residencial, principalmente na área urbana do município. Desta fase cronológica não se pode fazer afirmações consistentes além do período de construção e do emprego de estruturas independentes, principal característica desta etapa construtiva. Isto porque os exemplos, apesar de serem predominantemente de arquitetura residencial, apresentam uma desconexão visual que não permite uma apreciação sem análise em planta destas construções. Um exemplo significativo deste período de programa diferenciado é o cinema (**AGU 015**), hoje desativado.



Fig. 24: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 3º período.

O inventário de identificação aponta também alguns poucos exemplos de arquitetura contemporânea. É o caso do edifício do Banco do Brasil (**AGU 080**), construído sob o alinhamento, mas com uma altura compatível com o gabarito comum da cidade, e que apresenta quebra-sóis nas fachadas principais, e um interessante tratamento de esquina, que marca o acesso ao banco. Aparecem também pelo menos dois outros exemplares recentes, a Prefeitura Municipal (**AGU 088**) e o Instituto Cultural Brasileiro-Alemão (**AGU 081**), sem outros atributos arquitetônicos consideráveis que o de servirem de

referência urbana pela importância que adquiriram política e culturalmente, respectivamente.



Fig. 25: Bens inventariados classificados no estudo tipológico como 4º período.

3.3.1.4 Outros bens relevantes

Durante os trabalhos desenvolvidos em Agudo, deparou-se com bens que não foram incluídos no Inventário, mas que mereceriam ser foco de um outro estudo, mais aprofundado, por representarem aspectos relevantes do patrimônio cultural da cidade e por possuírem ligação sensível com a comunidade. Esses bens, de natureza material, são objetos através dos quais os saberes, as crenças, os modos de fazer e viver do imigrante alemão se manifestam fortemente. São eles:

- a) os cemitérios particulares;
- b) as pinturas murais;
- c) os galpões de secagem do fumo;
- d) os jardins e hortas;
- e) os conjuntos de ferramentas de trabalho de diferentes profissões.

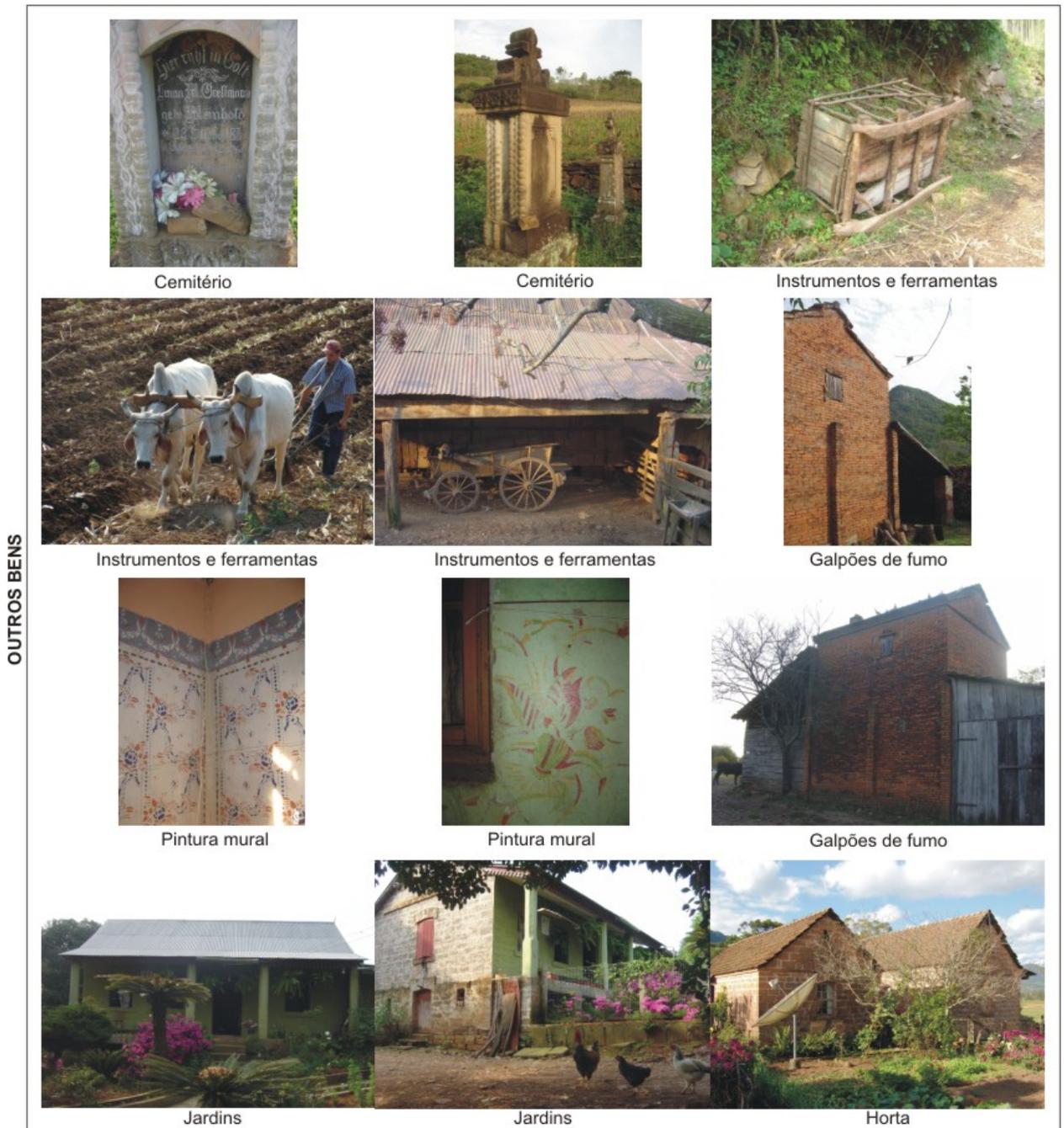


Fig. 26: Outros bens relevantes

3.3.1.5 Análise sintética

Seguem três quadros que sintetizam a análise apresentada: o quadro síntese dos períodos, o quadro que mostra o estudo tipológico comparativo relacionando o programa original e o período de construção das edificações inventariadas, e, por fim o quadro comparativo do número de edificações considerando seu programa original e sua localização. O objetivo dos quadros

é facilitar o leitor na interpretação aqui explicitada, consciente de que outras tantas poderão ser feitas a partir do inventário realizado e que outras tantas poderia decorrer de um estudo mais aprofundado.

QUADRO SÍNTESE DOS PERÍODOS	
1º Período (início da povoação final do XIX até primeiro quarto do XX):	<ul style="list-style-type: none"> • 1º tipo: “pomeranas” somente • 2º tipo: varanda inteira • 3º tipo: telhado ponto alto (comercial/ misto) • 4º tipo: “meia” varanda telhado muito alto (robustas) • Tipo “enxaimel”: classificação pela técnica construtiva
2º período (segundo quarto do XX até a segunda guerra):	<ul style="list-style-type: none"> • 5º tipo: volume único e elementos art déco; • 6º tipo: volumes diferenciados e elementos art déco. • 7º tipo: igrejas luteranas
3º período (pós-segunda guerra até a década de 70):	<ul style="list-style-type: none"> • 7º tipo: pós-guerra até 1970;
4º período (pós 1970):	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura contemporânea.

Fig. 27: Quadro síntese dos períodos.

QUADRO COMPARATIVO SEGUNDO PROGRAMA ORIGINAL E LOCALIZAÇÃO		
USO	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL
RESIDENCIAL	21	25
MISTO	7	1
COMERCIAL	5	2
RELIGIOSO	4	4
ESCOLAR	1	0
RECREATIVO	2	5
INDUSTRIAL	2	0
INSTITUCIONAL	7	0
OBRA INFRA-ESTRUTURA	1	0
INDISPONÍVEL	3	2
TOTAL PARCIAL	56	39
TOTAL	95	

Fig. 28: Quadro comparativo segundo programa construtivo original e sua localização.

QUADRO COMPARATIVO SEGUNDO PROGRAMA ORIGINAL E PERÍODO								
USO ORIGINAL	PERÍODO							
	Arq. urbana 1º PERÍODO	Arq. urbana 2º PERÍODO	Arq. urbana 3º PERÍODO	Arq. urbana contemporâne a	Arq. rural 1º PERÍODO	Arq. rural 2º PERÍODO	Arq. rural 3º PERÍODO	TOTAL
RESIDENCIAL	6	6	9	X	9	12	4	46
MISTO	2	6	X	X	1	X	X	9
COMERCIAL	6	1	X	X	2	X	X	9
RELIGIOSO	1	2	1	X	2	2	X	8
ESCOLAR	X	X	1	X	X	X	X	1
RECREATIVO	1	X	1	X	3	2	X	7
INDUSTRIAL	X	2	X	X	X	X	X	2
INSTITUCIONAL	X	3	X	4	X	X	X	7
INFRAESTRUTURA	X	1	X	X	X	X	X	1
INDISPONÍVEL	1	1	1	X	1	1	X	5
TOTAL	17	22	13	4	18	17	4	95

Fig. 29: Quadro comparativo segundo programa construtivo original e a periodização.

3.4. Questionário sócio-cultural

Pela amplitude das perguntas e de sua aplicação, o questionário sócio-cultural, de caráter quantitativo, é capaz de revelar idéias pontuais, mas não por isso menos importantes, pois são questões que as entrevistas qualitativas não teriam chance de expor. Por outro lado, este tipo de sondagem, por atingir uma porcentagem expressiva da população, é bastante representativa e permite demonstrar com segurança aspectos e impressões sobre a cidade. A seguir, apresenta-se a análise dos resultados das perguntas direcionadas à identificação do patrimônio cultural¹⁹⁷.

Na primeira pergunta (de número 38), onde se questionou sobre o nível de conhecimento sobre o município, 50,3% dos entrevistados da área urbana classificaram seu conhecimento como *bom*, seguido de 29,1% como *regular* e 11,9% como *muito bom*, enquanto que 5,4% deles se consideraram *desconhecedores* e 3,3% afirmaram que seu conhecimento é *ruim*. Na área rural os números diferiram um pouco, com exceção da opção *bom* conhecimento sobre o município com 48,2%, que foi seguido de 41,4% que considerou seu conhecimento como *regular*, e empatados com 5,2% as opções

¹⁹⁷ Capítulo 02 – Quadro Metodológico, item 2.3 – Entrevistas Quantitativas.

muito bom e ruim. Este balizamento foi importante para a credibilidade das respostas nas perguntas seguintes.

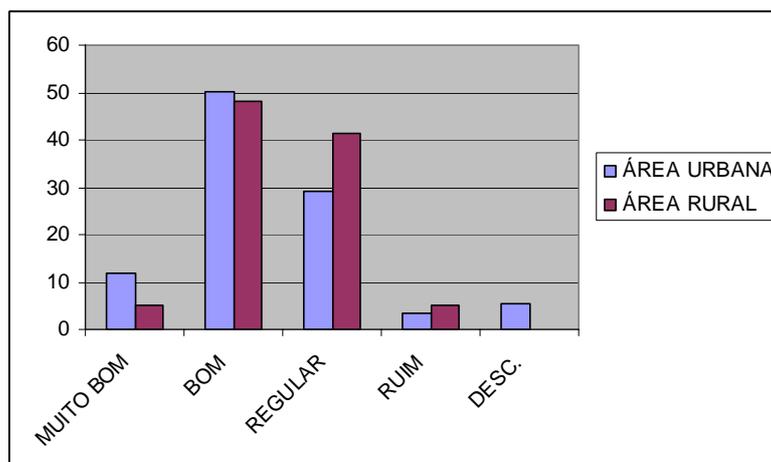


Fig. 30: Gráfico da pergunta 38 do questionário sócio-cultural.

A pergunta seguinte (número 39) baseava-se na suposição de apresentar o município à uma pessoa de fora da cidade e pedia aos entrevistados características que poderiam destacar Agudo, a fim de entender subliminarmente como os munícipes sentiam-se representados ou até como o gostariam de ser. Por ser uma questão aberta, ou seja, sem opções pré-estabelecidas, a maioria das respostas contou com mais de uma característica. Desta maneira, apresentam-se a seguir as respostas mais recorrentes por ordem decrescente de frequência, na sede da cidade e no seu perímetro rural, respectivamente.

Aspectos relacionados à paisagem do município são as respostas mais recorrentes, aparecendo por meio de uma infinidade de códigos: *belezas ambientais, visualização da natureza, arborização, matas, serras, montanhas, morros*. Nesse ponto o morro Agudo aparece referenciado algumas vezes pelo próprio nome. A paisagem também é trazida pelas menções aos *balneários, algumas referências à usina, barragem ou hidrelétrica de Dona Francisca, cascatas (Salto do Jacuí), ao próprio rio Jacuí*, que aparece muitas vezes diretamente citado. Também há menções às *grutas e cavernas* (a Gruta dos Índios é referenciada algumas vezes) à *rampa dos pára-quedas e paraglider ou cerro da asa-delta, à vista do alto do morro, à atividade agrícola, ao interior*. Ou simples e diretamente a paisagem é destacada como *natureza, paisagens e paisagem natural*. Também há referências que aparecem conjuntamente com

turismo e claramente associadas à ele, ou mesmo abertamente, como *turismo rural* e *pontos turísticos*.



Fig. 31: Paisagem da cidade vista do Morro da “Asa Delta”. Fonte: Autor.

Na área rural a grande maioria dos entrevistados também referencia a paisagem. Aparecem citações como *paisagem*, *mata nativa*, *natureza* e *beleza natural*. Aqui há um destaque maior que na área urbana para a agricultura, espelhada em citações como: *cultura do fumo e do arroz*, *lavoura de arroz*, *a horta*, *beleza das plantações de arroz*, ou simplesmente *lavouras*. Também são muito referenciados os *balneários* (Balneário Drews e Hoffmann), a *barragem* ou *usina de Dona Francisca*, *cascatas* (aparece referência à Cascata do Chuvisco) o *rio e beira do rio*, *gruta e toca do Índio* ou *dos Índios*, e *rampa da asa-delta*. Na área rural também aparecem menções a *pontos turísticos* subentendidos como *natureza* ou *paisagem*.



Fig. 32: Paisagem do interior do município. Fonte: Autor.



Fig. 33: Vista da várzea do Jacuí com o morro que dá morro à cidade ao fundo. Fonte: Autor.

O segundo quesito que mais aparece citado nas respostas está ligado às festas típicas do município. Na área urbana aparecem citadas simplesmente como *festas*, *festas da cidade/ município* ou ainda *festa que tem todo ano*, e os nomes *volksfest* – muito mencionada – *festa do moranguinho*, e uma menção à *festa da terceira idade*. Na área rural aparecem também como simplesmente *festa(s)* a *festa da cuca e do moranguinho*, e *volksfest*.

Outro item muito apontado pelos entrevistados está ligado aos espaços abertos da sede, principalmente às praças. Tal foi a frequência de referências à

Praça, praças ou com seus nomes ou locais citados, *Praça da Emancipação, praça do clube* (Comercial), e *praça em frente à prefeitura*, que optou-se por analisa-los separadamente de outros itens como *edifícios* ou *paisagem*. Surgiram algumas referências também às *ruas*, aos *canteiros* e às *flores*. As *praças* também constaram nas respostas da zona rural. Aparecem, ainda, algumas referências à *cidade* como também *praça da cidade* e *centro da cidade*.

Sequencialmente o aspecto mais destacado está atrelado às atividades comerciais e de negócios. Foram citados: *parte comercial, comércio, oficinas, lojas, mercado(s), indústria, crescimento e desenvolvimento do município, e lugar bom pra compras*. Na área rural também há destaques para *comércio*.

Outra característica destacada pode ser atrelada à etnia predominante da cidade. Assim, aparecem mencionados na área urbana do município as palavras: *cultura, colonização, tradição alemã, cultura alemã e germânica*, ou somente *alemães*. Na área rural surgem citadas *origem alemã e cultura do povo*.

Na categoria edifícios, a maior frequência de menções também vai ao encontro da diferenciação étnica, com muitas citações ao *Museu*, e outras tantas referências à *museu dos alemães, centro cultural, instituto cultural brasileiro-alemão*. Outras edificações também são mencionadas. Em ordem decrescente de frequência, aparece *ginásio* e *quadra de esportes*, depois o *clube, salões, sociedade*, seguido de *igreja* ou *centro evangélico*, com algumas menções à *escolas*. Ainda aparecem menções como: *monumentos históricos e coisas antigas, e ainda: hospital, seminário* e o *pórtico* da cidade. Na área rural prevalecem citações ao prédio da *prefeitura* (na sede), seguido do *Museu* ou *instituto brasileiro-alemão*, e menções à *igreja* e ao *salão de festas*.

Outro item recorrente pode ser associado ao comportamento dos moradores da cidade, ou à sua relação com ela. Assim, além do já citado *povo festeiro*, outras menções se destacam, como: *bom aspecto geral, limpeza, cidade boa de morar, tranqüila, cidade aconchegante, pessoas cordiais, receptividade, e trabalho*, ou *povo trabalhador*. Na área rural da mesma forma aparecem citações como: *nossas coisas, trabalho e tranqüila de morar*.

A pergunta seguinte, de número 40, solicitava: “Sobre estes aspectos você diria que se sente identificado por ele? Por qual motivo?” A idéia era

testar a representatividade das respostas anteriores, no intuito de perceber se realmente as citações nasciam de uma vontade própria, se apresentavam certo grau de “ressonância”, ou se eram parte de um discurso pronto e associações exteriores.

A representatividade tanto na área rural quanto na área urbana foi esmagadora. Aqui aparecem respostas muito enfáticas como: “*sim, pelas raízes de colona*”, ou “*sim, convivo com tudo isso desde criança*”, “*a gente conhece desde pequeno*”, “*Sim, não sei porque mas adoro*”, “*sim, nossa origem*”, “*sim porque é da minha qualidade de vida*”, “*sim, porque a gente sempre é bem aceito aonde está ou participa*”. Alguns mostram a relação com a produção: “*porque é o nosso dia-a-dia, o nosso ganha-pão*”, “*sim, porque nós somos de origem alemã, produzimos fumo e arroz e somos da área rural*”, “*sim, porque estou vinculado com a lavoura*”. Também aparecem menções menos significativas onde transparece uma vontade exterior, como: “*sim, porque representa o município*”, ou ainda indicando a importância a partir da apropriação exterior: “*porque são mais freqüentados pelos turistas*”, e “*é bonito*”, “*é um lugar turístico*”.

Poucos que não se sentem representados pelas características que citaram. De um total de 151 questionários na área urbana, apenas 29 pessoas disseram não ou não sabem, e na área rural, de 58 aplicações apenas 6 não se sentiam representados. Percebe-se que a maioria desse grupo não se incluiu porque não participa ativamente das festas ou porque não vive há muito tempo no município. Essas respostas aparecem como, por exemplo: “*não moro aqui desde que nasci*”, “*não, porque não participo*”, “*não, não tem motivo*”, “*não, só por conhecer de ouvir falar*” e “*não, não necessariamente*”. Algumas respostas também apontam para uma preocupação externa: “*é importante porque meu marido trabalha lá*”, “*é um bom ponto turístico*”, “*não, mostraria porque gosto de Agudo*” e “*só para ajudar o município*”.

As perguntas subseqüentes tinham uma abrangência regional, trazendo para a pauta os municípios que integram a Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul¹⁹⁸, da qual fazem parte nove municípios incluindo Agudo. Assim, a pergunta seguinte (número 41) pedia uma listagem dos municípios

¹⁹⁸ Vide Capítulo 2 – Quadro Metodológico, item 2.2 – Questionário Sócio-Cultural.

que o entrevistado entendia como fazendo parte da Quarta Colônia, sem dar opções, buscando perceber o nível de ligação e identificação entre esses municípios vizinhos. No caso de Agudo o resultado foi expressivamente negativo, ou seja, existe um considerável desconhecimento sobre a participação da cidade como integrante da Quarta Colônia e um desconhecimento ainda maior sobre outros municípios que fazem parte dela. Interessante notar que dentre os municípios citados, principalmente na área rural de Agudo, a predominância está nos de origem também germânica, diferentemente dos outros municípios de imigração italiana que integram a Quarta Colônia. Este nome, na verdade, já foi alterado com a intenção de incluir Agudo e Dona Francisca, de origem alemã, e Restinga Seca, de origem lusa, num sistema político-regional. O nome denominava a Quarta Colônia de Imigração *Italiana* do estado, depois da fundação de Bento Gonçalves, Caxias e Garibaldi na serra gaúcha, que foi iniciada em Silveira Martins a partir de 1875 e desdobrada hoje em outros tantos municípios. O município mais citado foi Paraíso do Sul, seguido de Novo Cabrais, Sobradinho e Ibirama, exatamente aqueles que formavam Colônia de Santo Ângelo, todos com origem em assentamentos de imigrantes alemães e que posteriormente se emanciparam de Cachoeira do Sul, outro município bastante citado. Esse resultado afirma que a existência de uma memória histórica pode ser mais forte que uma imposição político-administrativa.

A seqüente pergunta (numero 42) pretendia conferir essa proximidade, caso ocorresse: *“Qual município da região da Quarta Colônia você conhece melhor e mais visita?”*. As respostas equivaleram às da questão anterior, na maioria por razões de parentesco. Ocorreram também algumas referências à Faxinal do Soturno, Santa Maria por questões principalmente médicas. A questão apresentada a seguir (número 43) procurava estabelecer o grau que os próprios entrevistados atribuíam sobre seu conhecimento a respeito dos municípios que integram a Quarta Colônia e a maioria afirma que conhece *bem* simplesmente, seguida da resposta conhece *muito pouco e muito bem*.

E finalmente, a última questão (número 44) pedia que o entrevistado escolhesse uma das opções apresentadas para a característica que melhor representasse a região. Essa escolha única teve como objetivo forçar a escolha mais representativa, já que uma das questões anteriormente apresentadas

dava abertura para citar quantas o entrevistado achasse conveniente. Os resultados das respostas obtidas no município (para a região) são apresentados em porcentagem, em ordem decrescente: Na área urbana, a *culinária típica* representa 41,1% das respostas, seguida por 22,5% para *festas*, e 15,2% para *paisagem da região*. Em menor escala aparecem 7,3% para *religiosidade*, 4,6% para *construções*, 4,0% para *artesanato*, 4,0% para *outras* e 1,3% *não sabe dizer*. Na área rural, *festas* aparece em primeiro com 32,8%, seguida de *culinária típica* com 27,6%, *paisagem da região* com 19%, *construções* com 8,6%, *religiosidade* com 6,9%, e *artesanato*, *outras* e *não sabe dizer* empatadas com 1,7% cada.

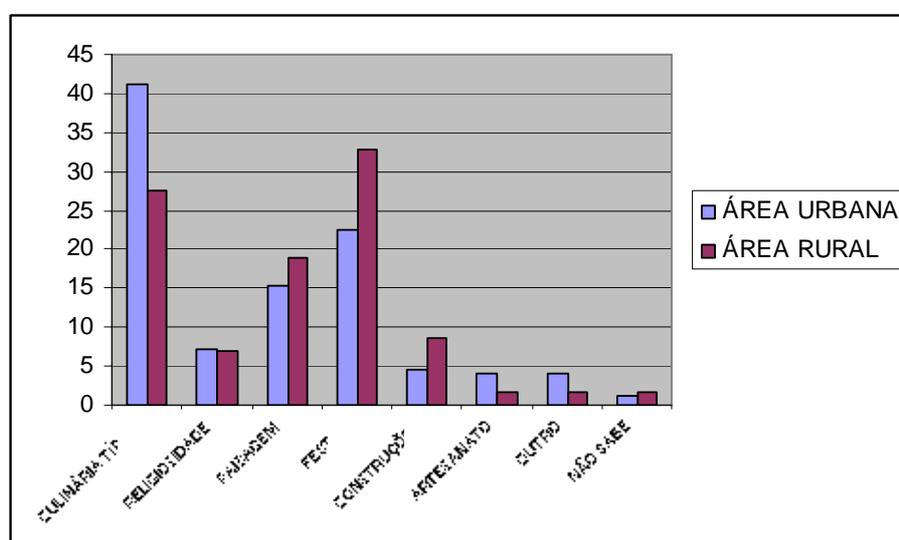


Fig. 34: Gráfico da pergunta 44 do questionário sócio-cultural.

3.4.1. Considerações sobre o Questionário Sócio-Cultural

Faz-se necessário refletir sobre as respostas obtidas nos questionários, em relação à identificação do Patrimônio Cultural de Agudo. Embora haja referências significativas a espaços construídos ou abertos, é possível identificar que o valor de uso e o valor rememorativo são os mais presentes, em detrimento aos valores artísticos e históricos. Isso significa que, apesar de alguns bens serem citados por sua beleza, são mais lembrados por seu valor imaterial associado.

Assim, o Museu (Instituto Cultural Brasileiro-Alemão), mesmo sendo espontaneamente considerado como “bonito” em alguma oportunidade, bem como sua exposição, foi muito mais associado à memória da cultura alemã, demonstrando uma identificação própria, e uma diferenciação em relação às demais etnias.

A igreja, o colégio e o clube, embora muitas vezes também ressaltados por sua beleza, são mais associados às festas que ocorrem nestes lugares, assim como a praça, o ginásio, e até mesmo os balneários, que representam destacadamente o convívio social. Também se interpreta que os canteiros (floridos) e as ruas largas (e limpas) são importantes para os moradores, muito mais por representarem o comportamento dos cidadãos, do que pela própria estética.

Finalmente, as menções à lojas e mercados estão associadas à força do comércio e ao desenvolvimento econômico do município e de seus munícipes, ou seja, aos valores de uso, como mencionado ao princípio.

Entretanto, o aspecto que mais se destaca, sem dúvida é a *paisagem*. À ela são associadas inúmeras representações e valores. Primeiramente como importante reflexo no espaço cultivado, ressaltado a partir das *várzeas*, do *rio* e da *barragem*, assim como nos elementos de cultivo destacados como *agricultura*, *fumo*, *arroz*. A paisagem assume a representação de *sustento* e *trabalho* associada ao desenvolvimento do município. Por outro lado, a paisagem assume função de *lazer* e *símbolo* através da própria *geografia*, dos *morros*, do *verde*, da *água*, etc, elementos associados à *tranqüilidade* típica da cidade. Por último, ela também tem repercussão comercial associada ao *turismo*, onde os *balneários*, a *natureza*, *grutas* e *cascatas* assumem também esse sentido. Pode-se dizer que a paisagem representa também um valor de uso e um valor de identidade.

É interessante destacar também a falta de relação dos moradores de Agudo com os municípios da Quarta Colônia, como resultado de uma imposição político-administrativa que não levou em consideração aspectos históricos de sua formação.

3.5. Entrevistas Qualitativas

A etapa seguinte desta pesquisa representa um ganho considerável de dados, por tratar-se da relação pessoal de moradores de Agudo com o patrimônio cultural da cidade. Muitas vezes, essas questões ficam distantes do olhar técnico do arquiteto, e apontam desconexões em relação aos bens identificados pelo inventário.

Através destas entrevistas foi possível perceber, na prática, como as pessoas se relacionam com seu *patrimônio* e como lhe atribuem valores hierarquicamente. Certamente, esse comprometimento depende de outras questões não absorvidas por uma entrevista, mas aproxima algumas questões recorrentes sobre as diferentes apropriações que se faz do patrimônio cultural. Embora tenham sido aplicadas para o município de Agudo, puderam descortinar um panorama bem mais abrangente sobre a relação patrimônio e usuário.

As entrevistas foram classificadas, conforme explicado anteriormente¹⁹⁹, em formais (gravadas) e informais. A seguir, apresenta-se um resumo dos principais tópicos citados na entrevista que podem ajudar na identificação do patrimônio cultural do município, assim como a tônica dos diferentes “discursos”. As entrevistas não estão apresentadas conforme sua seqüência cronológica, e sim pela conveniência dos discursos.

3.5.1. Entrevistas Formais

Entre as procuradas, teve quem se esquivasse alegando estar “*muito velho e esquecido*”. Esse senhor, cujo nome foi omitido por ter sido solicitado, tem 91 anos e é o patriarca de uma tradicional família de comerciantes bem-sucedidos da cidade. A experiência foi relatada porque o silêncio também pode representar um discurso.

Na entrevista com a senhora ***Hildegard Roos*** (70 anos, 50 em Agudo, professora aposentada e coordenadora do grupo de danças folclóricas

¹⁹⁹ Capítulo 02 – Quadro Metodológico, item 2.4 – Entrevistas Qualitativas.

Freundschaft), foi possível notar um exacerbado orgulho étnico pela sua descendência, assim como um conhecimento bem direto a respeito do “patrimônio” da cidade. No seu relato, também foi possível notar um posicionamento político estabelecido. Falou desde a exploração histórica de Agudo por Cachoeira do Sul, chegando a demonstrar posições sobre o governo municipal e federal.

Ela enfatizou seu amor pelo verde e pelas flores, destacou as casas e as ruas ajardinadas e, no interior, a agricultura. Também foi enfática ao falar das festas do município, demonstrando sua ativa participação nestas questões, cita Volksfest, Choculin, Kerbfest, Natal Luz e as festas religiosas das duas igrejas. É interessante notar que a católica foi citada mais por respeito do que por importância, visto que o conhecimento que apresentou sobre a igreja e seus grupos de apoio denunciou sua própria preferência. De maneira geral a cidade apresenta uma predominância de ações e representantes da igreja luterana, possivelmente por representar fortemente as primeiras famílias de imigrantes, ou seja, ocorre anteriormente ao estabelecimento católico, o que não chegou a configurar atrito religioso.

Na verdade, a questão religiosa parece mais ligada à vida social e à integração da *comunidade* que propriamente pelo fator místico. Esse fato também pode ser atribuído à filosofia luterana, mais “acessível” ou mais próxima das necessidades terrenas, de certa forma absorvida pela cultura alemã já nos primeiros imigrantes que chegam, o que não deixa de ser um elemento de diferenciação em relação aos “municípios italianos”, apesar de não esboçado verbalmente.

A entrevistada também destaca a culinária típica da cidade: a cuca (Agudo ostenta o título de cidade da cuca), a lingüiça e a produção de morango, também ligada à uma festa específica da cidade. Não deixa de destacar as festas do interior do município, típicos *kerbs*, festas que duram todo o final de semana. D. Hildegard ainda conta das façanhas do grupo folclórico e do coral com 17 anos ininterruptos de funcionamento, e o poder de perpetuar as tradições alemãs para as novas gerações.

Ela também reconhece o progresso que Agudo vem apresentando, destacando o comércio e a cidade como ponto de atração dos municípios da

região. Por outro lado, demonstra interesse na vinda de indústrias, para que os jovens tenham possibilidades de ficar na cidade.

Quando questionada especificamente sobre edificações, reconhece que eles falam da colonização e da história do município, mas não o *representam*. Lista a casa em “estilo pomerano” onde funciona atualmente a biblioteca (Fig.35), a Brigada Militar onde era o “*clube de tiro*” (Fig.36), a escola que foi modificada – Colégio Centenário, atual Escola D. Pedro II – (Fig.37), e o prédio da prefeitura, que surpreendentemente entrou na lista embora seja da década de 1990. Acredita-se que seja por motivos de visibilidade estilística. Ou seja, “*o prédio é bonito, mas deveria ter sido construído no estilo alemão*”. Essa resposta levantou uma questão bastante importante que foi trabalhada em todas as entrevistas subseqüentes: a idéia de que a arquitetura nova deveria fazer referência à arquitetura “alemã”. No caso específico de D. Hildegard, foram usados como bons exemplos a prefeitura “enxaimel” de Blumenau (SC) e o Banco do Brasil de Nova Petrópolis (RS). Também lembrou de uma casa “reconstruída”, mas pouco valorizada segundo ela. Trata-se de uma casa feita em arenito emparelhado que foi trasladada da área inundada da barragem de D. Francisca, que hoje serve de ponto de venda de artesanato ligado à prefeitura (Fig. 38).



Fig. 35 e 36: Biblioteca e Antigo Clube de tiro. Fonte: Inventário de Identificação



Fig. 37 e 38: escola D. Pedro II antes e depois das modificações.
Fonte: Inventário de Identificação

Apesar deste perigoso comparativo, a entrevistada demonstra uma vontade sincera em “*preservar como história*”, pra contar “*de onde viemos e para onde vamos*”. Ela também concorda que determinados prédios devam ser protegidos por lei, e mostra uma relação sentimental forte com sua própria casa, propriedade da família há mais de 70 anos, “*em perfeitas condições*”.

Muito significativo em sua entrevista foi a percepção e a associação de Agudo com os morros que o rodeiam, assim como a “*acolhida*” típica da cidade.

Armindo Ehrhardt, (73 anos, agricultor aposentado, Picada do Rio) conta que nasceu na casa da família, uma belíssima casa de tijolos assentados com barro com um salão de baile anexo, construído em 1901 (Fig. 39 e 40). Seu Armindo começa a entrevista contando que a casa, construída anteriormente, e o salão foram edificadas pelo seu avô, com tijolos feitos no próprio terreno e madeira vinda da Serraria Scheidt, onde hoje é o município de Candelária. Ele relata com seu forte sotaque que “*tinha naquele tempo estrangeiros, gente da Alemanha que vinha oferecer serviço pra construir e era contratado*”.



Fig. 39 e 40: Propriedade Ehrhardt conjunto residência e salão de baile. Fonte: Autor

Seu Armindo vive com a família na Picada do Rio, interior do município de Agudo, numa propriedade muito conhecida em toda cidade por seu salão de baile e cancha de bolão. Ele guarda muitas recordações de todas as atividades de lazer relacionadas com a propriedade.

A propriedade é, na verdade, um complexo de construções relativamente bem conservadas e muito bem integradas entre si. Além da casa, há o salão de baile justaposto a esta, formando com a declividade do terreno

um porão, onde eram produzidas a cerveja e o refrigerante consumidos nos bailes e até mesmo comercializados nos armazéns da localidade. Este porão tem um acesso ao balcão do bar do salão de festas. Seu Armindo mostra também um pequeno cômodo do porão com dois catres de couro trançado, que servia de quarto de descanso aos que bebessem demais. O salão é realmente impressionante, o piso foi construído em marchetaria em forma de estrela e o balcão interno é elevado, onde a banda de músicos tocava (Fig. 41 e 42).



Fig. 41 e 42: Propriedade Ehrhardt: piso do salão de baile em marchetaria e palco elevado para o conjunto musical. Fonte: Autor

Também chama a atenção o sistema de tubulação que trazia o gás carbureto para a iluminação do salão. O entrevistado conta várias histórias lembrando com muito bom humor que quem não dançava não precisava pagar, então muitos rapazes sem dinheiro quando viam o “*home da cardenetinha*” – referindo-se ao encarregado de cobrar o dinheiro para o conjunto musical – saíam de fininho pra fora da pista. Também conta as histórias da sociedade de atiradores que funcionou até a década de 1930 e depois o bolão, que teve sua cancha construída em 1940. Embora não seja mais utilizada ainda permanece de pé. Assim como essas, há muitas histórias ligadas à troca constante que esses salões representavam. Seu Armindo fala com sentimento sobre a Picada do Rio de antigamente: “*Agudo não é muito mais hoje do que a Picada do Rio era nos anos 50*”, e faz uma lista completa de estabelecimentos que já deixaram de existir, banco, hotel, médico e dentista, ferraria, açougue, “*curdume*” e vários comércios fortes, canchas de bolão e salões de baile.

Muito marcante no discurso de seu Armindo foi a ênfase dada à troca que se fazia nesses locais, as festas e o convívio que já não é feito hoje.

Por coincidência um vizinho, seu **Lídio**, da Linha Boêmia, participa da conversa. Seu Lídio se pronuncia humildemente sobre a característica étnica que diferencia a cidade e comenta *que “80% do pessoal ainda fala alemão no Agudo”*. Presume-se que a conversa seria nesse idioma se não fosse pelo entrevistador.

Fala-se do refrigerante deixou de ser produzido há uns 70 anos quando a Coca-cola e a Pepsi entram no mercado. Alguns rótulos dos tipos de cervejas e dos guaranás, assim como algumas garrafas ainda estão guardados no porão. Ele também fala que as festas começavam antes de o sol nascer e iam até o outro dia. Os vizinhos vinham ajudar a fazer a comida, maionese, arroz, lingüiça, (*“churrasco não, churrasco começou bem depois”*), “pom” e cuca, tudo feito ali.

E novamente a preocupação recai sobre o *“enfraquecimento da colonha”*. A conversa toma um rumo mais político, com uma crítica à importação de grãos de países vizinhos, preço dos adubos, os encargos de funcionários (antigamente um agregado), proibições do Ibama e a falta de oportunidade pro jovem permanecer na colônia.

Os dois concordam que antigamente as pessoas se “juntavam” mais, sempre destacando os pontos de encontro. Os encontros hoje são na cidade, num bar (Ivo Kieffer) onde os colonos conhecidos se encontram na sexta-feira à tarde. Mesmo reclamando que antes não precisava ir à cidade *“porque aqui tinha tudo”*, seu Armindo tem a colônia como local ideal para viver. Embora goste de Agudo, outras cidades maiores (cita Santa Maria) *“um não enxerga o outro, na colonha a gente conhece todo mundo”*. O apego à terra é muito grande e demonstrado verbalmente: *“aqui a gente faz o que quer, vai onde quer, tem a plantação de milho, de arroz, os porco e as galinha (...) aqui tem mais liberdade”*.

Mas a cidade é vista como necessária para os jovens *“arrumarem serviço”*. Ele declara que hoje não há nada para se fazer no domingo na colônia, explicando o motivo que leva os jovens à cidade. Ele volta em brincadeiras de sua infância, dos trotes sadios e compara com o os computadores de hoje em dia. Sabe que se pode falar com pessoas no outro lado do mundo, mas que *“enquanto um fala o que está do lado não pode fazer nada”*; mostrando a importância da interação. Assim, fala dos primeiros rádios

que chegaram e das pessoas não sabiam como lidar, imaginando que as bandas viajavam de uma cidade para outra para tocar.

Quando indagado sobre casas importantes, seu Armindo não vê nada de importante imediatamente além de sua própria casa. Com a seqüência da conversa ele e seu vizinho citam algumas casas antigas, mas principalmente lembram dos salões de baile e dos comércios, mas não estão certos se as edificações “*continuam de pé*”: “*Ah, tinha muita casa bonita (...) mas foram demolidas tudo. (...) tem a casa que era do Schiefelbein bem antiga (...) uma ou outra.*” Citam ainda a bailanta do Jaeger, que até pouco tempo funcionava, uma casa antiga perto do Kegler feita de pedra de areia (arenito), e citam ainda a casa do Elvino Klein que também teria mais de 100 anos.

Seu Armindo é enfático ao dizer que essas casas não deviam se demolidas, assume com firmeza que sua casa poderia ser protegida por lei. Ele não demonstra interesse nenhum em desmanchá-la, nem a família que mora lá, mas assume que é difícil de manter e não sabe até quando terá condições.

Foi muito produtiva a entrevista com os dois senhores porque acabaram ajudando um ao outro na tarefa de lembrar do passado e falar de aspectos construtivos. Assim, destacaram o emprego de materiais muito utilizados em todo o interior, que ainda podem ser vistos: a pedra arenito para construções inteiras, ou para as fundações e o tijolo “*grande*” feito no próprio local, assim como o barro usado para “*levantar*” a casa. Outra discussão interessante foi sobre a cal utilizada, queimadas também no local, de qualidade, segundo os entrevistados, bem melhor que as embaladas hoje em dia, citando exemplos de casas “*que não racham*”. Quando questionado sobre a continuação desse tipo de tecnologia seu Armindo debocha de um colégio erguido na localidade que nem bem tinha sido construído já “*desmoronou um pedaço*”, e denuncia o fato de não se usar mais o barro para assentar tijolos porque “*o pessoal acha que não dura*”. Seu Armindo enfatiza que a cal foi usada em sua casa somente no rejunte dos tijolos, segundo ele “*para ficar mais bonito*”, enquanto tecnicamente parece ter a função de impedir o desgaste externo da junta (Fig. 43 e 44). Também conta uma história curiosa de que a cal usada era resultado da queima do carbureto, e a diferença é que era mais “*gordurosa*” que a outra, fato desconhecido pelo entrevistador. O uso da cal também foi relatado pelo seu Lídio, contando que se fazia uma massa de cal e areia para rebocar as casas

que tampouco rachavam mesmo depois de muitos anos. Esse fato foi comprovado em outras casas da região, mas demonstra que seu Armindo não estava completamente enganado quando se referia à “*deixar mais bonito*”. Algumas casas construídas com blocos de arenito emparelhado são rebocadas com uma massa fina de cal e areia, provavelmente porque essas pedras são muito porosas e absorvem muita umidade, logo escurecendo. Alguns rebocos ainda simulam rejuntas com pintura de cal em forma de blocos quadrangulares (Fig. 45 e 46).



Fig. 43 e 44: Propriedade Ehrhardt: tijolos assentados com barro e a massa de cal nos rejuntas das fachadas exteriores. Fonte: Autor



Fig. 45 e 46: Propriedade Steuernagel: pedras emparelhadas de arenito rejuntadas com barro e o reboco de cal com areia. Fonte: Autor

Outro senhor que se dispôs à contribuir com este trabalho foi **Ilvo Berger** (58 anos, nascido no interior e há 35 anos residente na cidade, ex-agricultor atualmente dono de uma empresa de transporte público escolar). Seu Ilvo destaca que Agudo é uma cidade de “alemon”, também com um sotaque característico; ele adverte que “*faz parte da Quarta Colônia, mas é cidade de alemon*”. Para ele, a principal característica da cidade são as festas, a cuca e a lingüiça, e compartilha muito dessa característica, cita como principais festas a Volksfest e Kerbfest. O entrevistado também acha que existem muitas construções características dessa zona, e cita o Canto Católico (Localidade do interior do município) como exemplo. Lembra imediatamente do Banco Sul-

brasileiro que foi demolido manifestando descontentamento e em seguida cita a Churrascaria do Schüller (Fig.47). Perguntado sobre como identificar tais construções fala das paredes largas e do telhado pontudo que a *“gente chama de copiar”*. Embora tenha se referido como termo freqüente não foi encontrada outra referência semelhante à esse termo nas entrevistas.

Seu Ilvo também é proprietário de uma casa antiga e ainda bem conservada (Fig.48) na sede do município. Ele conta que precisou reformar a parte da casa onde mora, mas demonstrou preocupação em modificar somente o necessário. Relata que a parede que foi retirada era construída com tábuas de coqueiro rebocada com areia e cal. Ele orgulha-se em contar que a casa tem mais de 100 anos e que está muito inteira ainda, resumindo sua intervenção na repartição nova e no assoalho que antigamente era elevado um metro acima do solo. Ele conta que gosta muito de morar na casa porque tem paredes grossas e pé direito alto por causa do calor. Mostra contentamento em morar na casa de *“tradição antiga”*, porque todo mundo gosta e pergunta pela casa, e como está muito boa ainda não tem porque mexer, *“tem que deixar como foi feita”*.



Fig. 47 e 48: Churrascaria Schüller e Casa Ilvo Berger antigo galpão de fumo.

Fonte: Inventário de Identificação

Seu Ilvo também conta que participa sempre das festas e demonstra estar à par dos eventos do município, citando o grupo de danças. Perguntado sobre o interior diz que ainda existe, mas que não é mais como anos atrás, agora só os velhos estão *“segurando”*, os jovens não são mais satisfeitos com a colônia.

Seu Ilvo explica que Agudo antigamente era uma avenida só, ligando um serro ao outro, e que agora está crescendo bastante, principalmente em relação com os municípios vizinhos: *“a única que ta crescendo em roda”*. Destaca também a presença de muita gente de fora escolhendo Agudo para morar e vê isso como muito bom. Cita o caso da construção da Barragem de D.

Francisca, que depois de finalizada resultou na adoção do município pelos operários.

Perguntado sobre a cidade no futuro, imagina a cidade com mais ruas e mais casas, mas não prédios altos porque segundo eles os colonos que vêm do interior preferem casas simples de 2 ou 3 pisos no máximo. Ele demonstra conhecimento em relação ao Plano Diretor que está em andamento.

O entrevistado destaca que a cidade é “bem-cuidada”, que estão havendo obras de infra-estrutura (referindo-se à canalização do Arroio Hermes) mas reclama indústrias para trazer “serviço”. Ele também demonstra gostar muito da cidade porque todo mundo se conhece, “*não tem porque dizer que não é boa de morar*”, e destaca o papel do prefeito “*brasileiro no meio dos alemães*” reconhecendo que sempre foi a favor da agricultura no município e referindo-se à ele carinhosamente como “*negrinho*”.

Quando perguntado especificamente sobre outros prédios importantes, cita novamente a Churrascaria do Schüller, o “*hotel da rodoviária*” e o “*comércio muito antigo*” na Av. Paraíso (Fig.49 e 50). Mais adiante na entrevista ele lembra das casas do interior, também se referindo principalmente aos nomes dos donos originais e atuais e muito por causa do seu uso, salões de baile. “*Tem umas casa bem antiga, o salão de baile do Novo São Paulo*” (Localidade do interior do município), “*o salão Grelmann, de pedra de areia (...) muito antigo, telhado alto (...) e na Boêmia (...)* (Linha Boêmia, outra Localidade do interior) o salão Schiefelbein que é do Kegler hoje”. Também mostra certo desapontamento por não haverem mais bailes nesses lugares “*hoje ninguém mais não administrou*”. Por outro lado também menciona que “*os colonos fizeram muitas casas boas novas*”, aludindo às novas construções no interior. * conferir email da dori sobre os salões.



Fig. 49 e 50: Hotel da Rodoviária e antigo Comércio Treptow. Fonte: Inventário de Identificação

Seu Ilvo é bem enfático em assumir que essas casas “antigas” deveriam ser preservadas, mesmo quando provocado se gostaria que a sua própria casa fosse protegida por lei. Ele admite que sua casa é um “marco” da cidade e promete que enquanto for sua não vai desmanchar. *“cada um que tem (...) é um patrimônio que tem que preservar”*.

O entrevistado **William Werlang** (47 anos, historiador e diretor do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão, radicado em Agudo desde 1969) demonstra, como haveria de se esperar, um grande conhecimento sobre a cidade e sua história e um orgulho forte de suas origens.

Ele conta que a família escolheu trocar Santa Cruz do Sul por Agudo porque sua mãe queria cuidar da avó e seu pai tinha a idéia de que haveria muita violência em Santa Cruz e queria afastar os filhos disso, mostrando a desproporção das duas cidades à época. Embora fosse realmente muito tranqüilo e fácil para chegar à escola (do outro lado da rua), William conta que havia um sentimento de estar perdendo algo; ele lembra que as ruas não eram sequer calçadas quando foram morar em Agudo.

William também relata que o casamento entre o pai católico e a mãe luterana não era bem aceito; o casamento em 1954 foi realizado em casa, a contragosto do pastor e da sociedade em geral.

O entrevistado, que é o autor de alguns livros sobre a história da cidade, direciona a conversa para a parte histórica do município e cita Günter Weimer para explicar a origem morfológica da cidade, e compara a “rua da cooperativa” (principal ponto de comércio de gêneros da cidade) à Markplatz (praça do mercado) alemã.

Perguntado sobre as características da cidade, responde que são as casas “pomeranas” adaptadas com estilo português, construídas em mutirão, com os tijolos feitos no local, citando várias casas na cidade, das quais poucas restam.

O entrevistado acredita que as outras pessoas reconhecem a característica, e que não há como negá-la visto que existem trabalhos acadêmicos sobre o assunto, citando novamente Günter Weimer, mas explica que houve intromissões de outros estilos dependendo da região da Alemanha da qual provinha o imigrante. E cita como exemplo a *“casa de Hamburg”*,

construída por João Gerdau, em estilo enxaimel preenchida com tijolos aparentes como exemplo.

William também descreve o que representava para esses imigrantes passarem a ser proprietários de uma gleba onde pudessem produzir sem a intromissão de um senhor, visto que eram servos de origem muito humilde na Pomerânia. Esses imigrantes escrevem contando sobre a nova vida, o que gera uma grande migração de uma região muito pequena que corresponde à época ao Reino da Prússia. Conta também que junto com essa maioria de agricultores vêm um grupo relativamente grande de judeus convertidos que desenvolvem fortemente o comércio e manufaturas (carpintaria, pedraria) na região. Esses judeus procuravam lugares onde pudessem se manifestar através de “comunidades livres” e cita algumas famílias tradicionais: Schiefelbein, Finger, Zimmer, Wilhelm e Treptow. Ao contrário do que se poderia imaginar, o preconceito se dissolve na nova terra, e as manifestações da antiga religião ficam confinadas à alguns indícios sutis na igreja e nas lápides principalmente, sem maiores desdobramentos, à princípio, com exceção da demolição da primeira igreja, coincidentemente à época do nacional socialismo nos anos 30.

Perguntado sobre a cidade no seu estado atual, o entrevistado demonstra um descontentamento em relação à um plano de ordenação que direcione a cidade. Da mesma forma acredita que seria importante para o desenvolvimento do turismo no município um plano no sentido de manter o que tem e direcionar novas construções para um estilo pomerano europeu. Imagina que deveria haver isenção de impostos para que valesse à pena, já que qualquer intromissão na propriedade privada é malvista pelos munícipes. Relata a tentativa atual do conselho de cultura do município que não demonstra possibilidades de concretização, e atribui um pouco à “teimosia” própria da etnia. O entrevistado aproveita para criticar duramente as demolições no interior e as intervenções que vêm sendo realizadas em alguns prédios representativos na cidade, e cita o “comércio do Treptow”, e a nova construção que obstruirá completamente a visão do “hotel da rodoviária”.

Para William, o prédio mais importante da cidade é o comércio de Frederico Treptow, por ser o primeiro comércio importante na cidade, e relata a história da família ligada à construção da edificação em 1890. Cita ainda o

complexo do moinho em frente à rodoviária da mesma família que ainda existe parcialmente. Sequencialmente lista ainda como muito importantes a igreja luterana e o colégio D. Pedro, lamentando que o edifício antigo desse último – com torre – tenha sido descaracterizado. Ele também mostra uma relação sentimental muito forte com essas construções, forte a ponto de declarar que, se pudesse, compraria o “comércio” de volta, contando que foi de propriedade de sua família em determinado período histórico.

O professor William, como é conhecido na cidade, se diz favorável à uma lei de tombamento e inverte, nesse momento, os papéis na entrevista questionando a respeito de como acontece em outras cidades. Mostra-se muito interessado, mas um pouco desconfiado em relação ao processo encabeçado pelo Conselho de Cultura do Município, e questiona enfaticamente que a casa de sua família tenha sido listada, alegando que é de construção muito *recente*, e por esse motivo contraditoriamente declara-se contrário a um eventual tombamento de sua propriedade. Apesar de ser reconhecido como um defensor do patrimônio cultural na cidade, o entrevistado demonstra descontentamento com a maneira que o estudo está sendo encaminhado, e não esconde que possui razões pessoais para sua posição contrária.

Glauce Schiefelbein (30 anos, natural de Agudo, comerciante do ramo de roupas e antiga colega de aula do autor da pesquisa) conta que Agudo de seu tempo de infância era mais calmo, comparando o grande movimento de pessoas de fora hoje na cidade. A preocupação com o movimento de pessoas e de veículos é baseada na sua experiência como comerciante e na recente fase de mãe de dois filhos.

Glauce destaca como principal característica de Agudo o povo acolhedor: *“pode ser da cultura germânica talvez”* e se empolga ao falar das inúmeras festas com pratos típicos da culinária alemã como a *cuca* e a *lingüiça*. Lista a *Kerbfest*, a *Volksfest*, *Choculin* (festa do *Chope*, *Cuca* e *Lingüiça*), a festa do “*moranguinho*” e da *cuca*, diz que é uma característica compartilhada por todos na cidade e apreciada por muitos visitantes de fora. Também fala das flores e dos canteiros.

Glauce defende que Agudo é uma cidade muito tranqüila ainda, vê o crescimento da cidade como algo positivo, mas pensa no aumento da violência devido ao alto poder aquisitivo da cidade em relação à outras da região. Ela

explica que Agudo cresceu muito, tem hoje mais ruas e mais casas, mas destaca que mais forte ainda é o interior. Apesar disso, Glauce também torce pela vinda de indústrias para a cidade. Destaca ainda que há muita coisa sendo construída, mas nota a falta de passeios em alguns pontos importantes da cidade.

Quando fala sobre a cidade do futuro, pensa em prédios de no máximo 4 ou 5 andares, e descarta a possibilidade de asfalto pelos problemas com drenagem que a cidade apresenta, argumentando que é bem mais difícil para “*abrir e arrumar*”. Ao mesmo tempo, espera que Agudo continue tranqüila como é, só indicando que falta ainda educação ao povo, citando alguns casos isolados de vandalismo contra o patrimônio público. Glauce também toca numa questão ainda não declarada verbalmente até aqui e denuncia um pouco de “preconceito” às pessoas pobres, manifestando sua vontade em contornar isso.

A questão pode ser entendida melhor após as respostas sobre casas importantes e sua relação com elas; Glauce cita a casa onde funciona a Assistência Social e diz que faz doações seguidamente (Fig.51). Ela gosta muito da casa, mas enfatiza que precisa ser mantida, indicando indiretamente que, apesar de ser necessária, isso não é tão fácil. Ela também cita o antigo presídio na entrada da cidade (Fig.52), a biblioteca e o espaço da Praça da Independência como ponto de encontro muito utilizado por todas as idades. Ela conta que se relaciona com todos estes espaços, mesmo que só visualmente no caso do antigo presídio. Está sempre na praça tomando chimarrão e em contato com a biblioteca por causa de sua localização (a biblioteca fica dentro do espaço da praça).

Glauce também levanta um ponto importante quando fala de um espaço desocupado em frente à prefeitura, fundos da praça que se refere. Ela declara que deveria ser construído algo neste terreno. Provocada sobre o quê, cita as possibilidades de uma pista de skate “*pra gurizada*”, de cancha de bocha argumentando que ainda joga-se muito, ou uma pracinha para as crianças pequenas.



Fig. 51 e 52: Secretaria de Assistência Social e antiga cadeia.
Fonte: Inventário de Identificação

Perguntado porque gosta destas casas, ela simplesmente diz que gosta de lembrar e que acha interessante para a cidade. Fala ainda de casas do interior que foram mantidas e apresentam as *“portas largas (...) o assoalho de pranchas de madeira bonito”*. A entrevistada também declara ser favorável à proteção legal de tais casas pensando em mostrar e ensinar para os filhos. Imagina que pudesse ser transformado em museu para mostrar as origens da cidade. Glauce ainda declara que a família não possui mais casas *“desse tipo”*, mas que faria questão de preservar.

Questionada sobre construções novas, ela acha que construir exatamente nesse estilo não é o ideal, mas que poderiam ser preservados alguns traços. Em locais públicos, e se refere especificamente à praça, acha que uma coisa mais típica pudesse ser construída e aventa a possibilidade de um *“quiosque em estilo germânico”*; ela também considera a prefeitura bonita, mas admite que poderia ter sido feita de maneira mais *“típica”*. Ela pensa que a cidade parece ser mais acolhedora quando apresenta esse tipo de coisas, mais *“conservadora, bem melhor que uma cidade totalmente modificada, toda nova”*. Também afirma que se sente representada pelas construções, e que é como as pessoas reconhecem que *“origem”* tem a cidade, se referindo à etnicidade característica das cidades da região (umas alemães e outras italianas) assim como de outras que conheceu. Finalizando a entrevista ela faz um paralelo com Cachoeira do Sul, que conhece bem, mas que não é bem cuidada, com aspecto de casas sujas por trás das propagandas das lojas, (citando a parte comercial da cidade), que se é para preservar tem que manter. Ela declara que não trocaria Cachoeira por Agudo por esses motivos, mas principalmente

porque Agudo é mais acolhedor: *“aqui tu não é qualquer um a entrar na loja. Todo mundo se conhece, é diferente”*.

O senhor **Hildor Kegler** (82 anos, natural de Agudo, comerciante aposentado e representante do primeiro grupo de vereadores da cidade) tem uma relação de amor declarada com Agudo. Estudou fora muitos anos (Santa Cruz do Sul e Porto Alegre), voltou para Agudo casado e novamente ficou fora muitos anos, tendo trabalhado 26 anos em Cacequi. Conta que todos os períodos foram muito bons, que gostava de Cacequi, mas confessa que sempre desejava voltar “pro Agudo”, onde está desde 1989 definitivamente.

Seu Hildor conta que Agudo era só muito pequena, uma vila, *“aliás, Agudo só se torna Vila em 38”* demonstrando um grande conhecimento sobre a história do município. Seu Hildor demonstra também uma admirável habilidade com as palavras, acentuada por um sotaque alemão.

O entrevistado fala da cidade de hoje em franco progresso, processo que vem de 20, 25 anos atrás. Conta também que a cidade recebeu muitos novos moradores após a conclusão da barragem de Dona Francisca, quando os “afogados” vieram residir em Agudo. Outro motivo apontado pelo entrevistado diz respeito à mecanização da agricultura, principalmente do fumo e do arroz, que faz as pessoas deixarem a colônia em busca de trabalho.

Seu Hildor compartilha a idéia de que faltam indústrias na cidade para absorver mão-de-obra, cita o caso dos jovens que buscam cursos superiores e acabam ficando fora, mas afirma que *“pra quem quer trabalhar há empregos”*. Falando da cidade do futuro imagina que, com o crescimento demográfico, deverão mesmo surgir indústrias, explica novamente o caso da tecnologia na agricultura e acha que deveria se investir no turismo, que poderia ser uma importante fonte de renda para o município.

Seu Hildor compara Agudo às cidades de mesmo porte da região e nota que é a única que se desenvolve em todos os setores, destacando a renda per capita do município. Ele atribui esse crescimento ao modo de produção em minifúndios, e principalmente à atividade dos munícipes, sutilmente apontando para a influencia grande entre as etnias.

Perguntado sobre o futuro da cidade, o entrevistado acha que o comércio é muito centralizado em 3 ou 4 quadras, e não vê necessidade ou viabilidade

para shoppings. Ele ressalta a força do comércio na cidade e fala sobre prédios “*atualizadíssimos*”, preferindo não listar nenhum.

Mas perguntado especificamente sobre prédios históricos declara que sobram poucos, resignado com a demolição em nome do progresso. Ele lista a igreja evangélica de 1918, e algumas casas “*já modificadas*” como o restaurante do Schüller que tiraram o reboco exclamando que “*ficou bonito*”. Fala ainda da “farmácia da Inês Schiefelbein”. No interior seu Hildor destaca os salões de baile do Schiefelbein e do Ehrhardt, e o comércio do Berger que hoje foi “aumentado” (Fig.53 e 54). Sua relação com esses prédios é forte porque conheceu todos eles nos tempos de jovem quando ia aos bailes e quando aprendeu a jogar bolão, “*ali defronte ao Berger tinha uma cancha de bolom que não existe mais*”. Esse momento da entrevista foi realmente significativo, porque, apesar das preocupações políticas e das convicções do entrevistado em investir no turismo, nota-se claramente que a lembrança e o sentimento falavam mais alto, e seu Hildor passa a relacionar prédios com sua infância e juventude; refere-se à uma casa próxima à cancha com colunas na frente e a casa comercial como era por dentro, cita a outra igreja próxima, e se lembra de um prédio “*antes da Várzea do Agudo tem um prédio que tinha um circo dentro do salão de baile, onde vi o primeiro leão da minha vida (...) depois foi um depósito de fumo do Leverhaut (?) (...) essa estrutura não foi modificada*”. Ele também lembra que na Várzea do Agudo há um outro salão de baile e uma “*casa de negócio*”, onde trabalhou. Conta que a casa foi construída com tijolos e assentada com barro, um “*saibro especial (...) da pra ver no Schüller, não tem uma rachadura sequer (...) foram tiradas as portas originais*”.

Provocado sobre a possibilidade de morar numa casa dessas, seu Hildor afirma que sim, e é enfático em defender essas casas com sistemas mais “rudimentares” comparando com a sua própria casa, muito nova, feita com toda tecnologia e que apresenta muitas rachaduras. Além disso, ele acha bonito que essas casas sejam preservadas, e que “*mesmo sendo típicas servem perfeitamente*”.



Fig. 53 e 54: Farmácia Schiefelbein e casa comercial Berger. Fonte: Inventário de Identificação

Mas perguntado sobre a necessidade de amparo legal para preservar não vê necessidade justificando que a maioria destes prédios está na mão de quem “*gosta disso*”. Ao mesmo tempo seu Hildor diz sentir falta de prédios que já foram demolidos, como o antigo Banco Pelotense, reclama que, embora tenham feito um “*prédio arquitetonicamente mais bonito, não precisava*”. Lembra também do Banco Industrial e Comercial do Sul, e das modificações feitas no Colégio Centenário (atual D. Pedro II), mas trata o assunto com resignação dizendo que “*eu não posso culpar os antepassados porque eu não participei (...)*”.

Perguntado sobre o processo de emancipação da cidade, seu Hildor remete ao crescimento acelerado principalmente após a II Guerra Mundial, e conta que Agudo tinha uma boa arrecadação, mas não tinha assistência de Cachoeira: “*não havia estradas, se pegava peludo (atolador) seguido, até aqui na frente de casa tinha um*”. Ele conta com propriedade os bastidores do processo que resultou na emancipação da cidade, em que participou ativamente, mas reconhece com humildade que não foi o idealizador e que essa vontade vinha dos anos 20. Seu Hildor declara seu amor e orgulho pela cidade dizendo que suas raízes estão aqui, deseja que cresça cada vez mais, e destaca as ruas largas da cidade e seu “planejamento”.

A senhora **Elisabeta Roos** (57 anos, confeitadeira e empresária) é natural de Agudo, onde sempre viveu, e há muitos anos é dona de uma reconhecida padaria na cidade. Ela inicia a entrevista mostrando um caixa de fotos e postais muito antigos onde aparecem pessoas da família e do município, e até mesmo algumas casas como pano de fundo. Tem muita atenção com tais recordações e “por tudo que é antigo” segundo ela, com alguns móveis que pertencem há muito tempo à família em perfeito estado.

Dona Bete, como é conhecida carinhosamente, conta que Agudo em seu tempo de infância era muito precário, e reclama que ia até o colégio no barro porque não havia calçamento. Reclama do mesmo “atolador” citado por seu Hildor em outra entrevista. Lembra que estudou no colégio “de pedra”, referindo-se ao atual D. Pedro II antes da reforma em 1970, segundo lembra.

Perguntada sobre as características que identificam Agudo, diz que a cidade é muito florida. Sabendo do interesse específico da entrevista de antemão, adianta que tem poucos prédios antigos e que as pessoas em Agudo acordaram muito tarde. E continua: “No lado dos italianos estão preservando mais que nós. Agudo tem mais belezas às vezes que outros lugares, mas ...” referindo-se à falta de credibilidade atribuída pelos próprios cidadãos ao seu patrimônio cultural.

Dona Bete pensa que isso acontece porque não se acredita no turismo e porque a agricultura é muito forte no município, e toca num ponto interessante ao apontar as várzeas cultivadas como “*muito lindas*”, referindo-se às cores verde e depois ouro do arroz maduro (Fig.55). Ela também destaca a presença dos morros (Fig.56) em contraste às várzeas, e o Rio Jacuí que “*ladeia*” e beneficia toda a cidade com água.

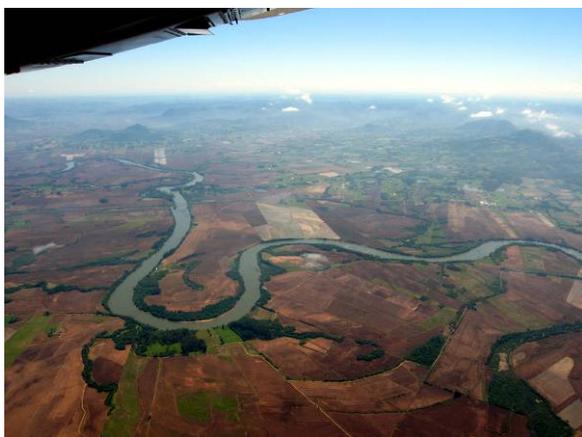


Fig. 55 e 56: Rio Jacuí, e a várzea cultivada Fonte: www.pampasonline.com.br

A entrevistada também declara que Agudo se destaca em relação à Quarta Colônia no comércio que é muito forte e no crescimento da cidade. Dona Bete pensa que isso se deve à colonização germânica que é uma característica forte na cidade, todos trabalham muito. Também atribui o crescimento da cidade à mecanização das lavouras, e aponta que a cidade continua crescendo, que hoje tem até uma vila criada por promessas políticas,

referindo-se pejorativamente à Vila Caiçara, localizada atrás da rodoviária. Por outro lado nota que a indústria de calçados só foi se instalar por causa da mão-de-obra disponível nesse local. Ela compartilha da idéia de que Agudo deveria ter mais indústrias, mas pensa em indústrias pequenas para absorver os produtos agrícolas da cidade como o morango.

Dona Bete demonstra tino para os negócios, e se mostra atualizada por meio de cursos e palestras na área. Pensa que o município poderia industrializar geléias e outros produtos se apoiando em casos do nordeste. Ela também demonstra preocupação com a recente crise financeira; vê que a indústria de calçados deixou de exportar e que se a lavoura vai mal o comércio sente o impacto.

Além de destacar esses aspectos, dona Bete concorda que a cidade continua crescendo, mas que poderia melhorar. Acha que deveria haver um empenho dos governos para o incentivo do turismo como alternativa. Aqui também demonstra conhecimento e nota que existe a necessidade de investir em estrutura para atender quem vem de fora, principalmente restaurantes e hotéis. E compara novamente Agudo aos municípios da região que parecem estar mais adiantados nesse aspecto.

Perguntada sobre a cidade no futuro, a entrevistada afirma que deverá ter mais prédios, um ponto carente na cidade quando chegam pessoas de fora. Fala por experiência da nora que trabalha na imobiliária que faltam casas para morar. Também descarta prédios altos que não são muito procurados, *“apartamentos tem sobrando”* segundo ela, e afirma que as pessoas vêm para Agudo porque é uma cidade tranqüila e que preferem casas de pátio por causa das crianças.

Dona Bete lista a biblioteca pública na Praça da Emancipação, e a própria praça como lugar muito requisitado pela população da cidade por causa do terreno amplo. Acha que falta um restaurante bonito no local, mas afirma que mesmo assim as pessoas usam muito o espaço para tomar chimarrão, e que os eventuais shows acontecem nesse lugar. Destaca novamente que *“Agudo é uma cidade de muita flor e de muita árvore”*. Outros prédios que entram na lista de dona Bete são a igreja luterana e o colégio D. Pedro. Sua relação com esses espaços é bastante forte segundo ela, e emenda dizendo que os pontos turísticos da cidade são muito bem aceitos por pessoas de fora, utilizando o

exemplo da Volksfest, que chega a atrair 40 mil pessoas em 3 dias de feira. Nesta seqüência, aproveita também para falar de outros produtos da cidade como o café colonial no interior do município, as principais culturas e a gastronomia. Lembra ainda o prédio do antigo hospital e do consultório do Dr. Gerdau (Fig. 57 e 58).



Fig. 57 e 58: antigo hospital (hotel germânico) e antiga casa Dr. Gerdau.
Fonte: Inventário de Identificação

Para dona Bete a igreja da comunidade (luterana) é linda. Também cita o salão Ehrhardt e o salão Grelmann, “*aquele com madeiras no meio*”, referindo-se à estrutura enxaimel da construção. Ela concorda que esses prédios fossem protegidos por lei, e diz que na sua casa tentaram manter, mas não tinham dinheiro para restaurar. Finalizando a entrevista, dona Bete faz questão de mostrar toda a casa, justificando as partes descaracterizadas, e lembra do “comércio” que hoje é de propriedade de Ingo Neu, reclamando que deveria ser melhor conservado.

Claireri Pretzel dos Santos (33 anos e administradora da Pousada Germânica de propriedade de sua família) é natural de Ibarama, município “da serra” que faz limite com Agudo, mas vive na cidade desde seus 3 anos, quando os pais vieram se instalar no prédio do hospital desativado. Meri, como é mais conhecida, conta que quando vieram para Agudo algumas famílias haviam “se adonado” do prédio. Lembra de uma família de japoneses que plantava crisântemos e de um pequeno leitão no pátio interno da edificação, denunciando o estado precário em que se encontrava.

Meri lembra que Agudo não tinha calçamento, e cita da casa do Dr. Gerdau, onde à sua época o Dr. Geyer atendia e morava. Pensa que Agudo evoluiu muito, mas reclama que a cidade não tem um “projeto”. Ela critica

prontamente o poder público: *“eles querem que Agudo seja uma cidade turística (...) mas não trabalham em cima disso, eles querem, mas que cada um se vire”*. Meri também argumenta que deveria haver um balizamento construtivo: *“ta certo, tu tem teu projeto, mas como é uma cidade germânica não poderia sair daquele estilo germânico”*.

Ela critica que falta empreendedorismo, e que “eles” querem mudar a cidade por coisas pequenas, sendo que outras mais importantes como “as barraquinhas” referindo-se as 3 bancas de camelôs junto à rodoviária, não são consideradas. Ela insiste na uniformização estilística e cita o prédio da ACISA (Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Agudo) é o único que tentou buscar um *“estilo mais germânico”*.

Meri declara que tem medo de Agudo se perder nessa busca por trazer o turismo, ela afirma que a cidade ainda *“tem uma coisa muito familiar, simples, (...) as pessoas estão querendo uma coisa que ainda não é (...) tão colocando um status que ainda não cabe”*. Refere-se às criações de porcos no meio da cidade. Ela concorda que Agudo evoluiu muito, mas acha que o processo está sendo atropelado, e que necessita de acompanhamento por cursos e difusão de conhecimento. Meri sente na prática essa cobrança, sabe que durante as festas do município faltam estabelecimentos para atender turistas, mas tem consciência que não pode viver todo o ano em função de poucos dias de festa, que o investimento nesse caso seria inviável até o momento.

Meri concorda que a principal característica da cidade é ser festeira, e que todas as pessoas ficam encantadas com a animação, a cantoria, as danças e a comida típica, citando a carne de porco, a lingüiça, a cuca, o pão com melado e o bolinho de carne *“com bastante alho”*, mas atribui como característica principal da cidade a simplicidade e a acolhida *“típica do alemão”*.

Falando da cidade que gostaria, ela insiste que houvesse um padrão construtivo onde se pudesse reconhecer Agudo visualmente e que *“destacasse a parte germânica”*. Nesse momento também usa o comparativo com os *“italianos”*, referindo-se aos outros municípios da região, que teriam características como as cores. *“Aqui ta sendo muito misturado (...) depois que os colonos vieram da usina (Barragem de Dona Francisca). Hoje tem casas de qualquer jeito, não tem fiscalização”*.

Quando perguntada sobre casas antigas da região, afirma que ainda existem muitas, mas que muitas estão abandonadas porque o trabalho de reformar é muito grande. Neste momento uma vizinha que acompanhava a conversa, dona Eliane, se manifesta e conta que está reformando a sua, feita ainda de tijolos e barro. Provocada sobre o trabalho que representa conta que a cãs tem mais de 80 anos e que somente agora estão trocando o assoalho, mas reconhece que as paredes estão muito lisas ainda. Segundo ela devido ao *“reboco de cal e areia só”*, sem nenhuma rachadura.

Sobre a necessidade legal de preservação Meri afirma não achar uma boa idéia, justificando que não há como acessá-las no interior do município. Pensa que pudessem ser feitas réplicas ou trazidas para a cidade, para que os turistas pudessem vê-las, dá a idéia de colocá-las no lugar das barraquinhas da rodoviária. Meri argumenta que as repartições das casas eram diferentes, que uma adaptação é difícil pelo número de peças, pela altura, pelos corredores; ela acredita que *“as vezes reformar sai mais caro que fazer uma nova”*.

Dori Müller (58 anos, comerciante e ex-secretária de turismo do município) nasceu na localidade de Linha Teutônia no interior do município de Agudo e mora desde os 6 anos na sede. Ela conta que naquela localidade se estabeleceram os primeiros imigrantes.

Dori lembra que naquela época o interior era *“mais forte”*, cada localidade tinha seu salão de baile e sua casa comercial, enquanto que a cidade demorou a ter a parte comercial desenvolvida. Ela conta de como era descampado quando a família se muda em 1957, e que na rua em que moravam, que hoje é uma das mais movimentadas, existiam somente 4 casas e a fábrica de café.

Dori também lembra do Banco Pelotense já demolido e o outro banco que era o Banrisul, *“em estilo bem típico”*, uma edificação muito grande que funcionava como banco e como casa dos Janner. Também lembra da casa da família Berger (antigo comércio Treptow) e de outras casas em estilo *“pomerano”* que foram demolidas, e da descaracterização do colégio. Fala com sentimento que *“antigamente não tinha essa conscientização, interessante era construir essas caixas quadradas que isso sim era moderno”*.

A entrevistada considera a cidade de Agudo a mais próspera da Quarta Colônia. Atribui o crescimento da cidade às pessoas de mais idade que deixam

a terra na colônia para os filhos e vêm se estabelecer na cidade em busca de facilidades de serviços médicos e bancários principalmente. E argumenta que essas pessoas integram-se muito bem ao convívio na cidade. Cita alguns grupos de terceira idade que tiveram o número de membros significativamente aumentados, como a OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas) e a Legião Evangélica, grupo masculino com as mesmas finalidades sociais.

Perguntada, afirma que a comunidade evangélica é ainda mais forte proporcionalmente na cidade e muito atuante embora não seja mais tanto como antigamente. Dori ainda destaca o crescimento visível das igrejas alternativas no município.

Dori reivindica que o hospital que era referencia regional na década de 70 e 80 não teve nenhuma ampliação e que os “outros municípios” evoluíram mais nessa área. Também sente falta de indústrias, pequenas, porque assim o poder público tem mais condições de ajudar em momentos de crise. Por outro lado destaca o comércio reconhecido em toda a região.

Para Dori, a principal característica que diferencia a cidade é o fato do povo ser muito festeiro. As festas são muito boas e reconhecidas, com um grande alcance. Segundo a entrevistada, são sempre festas muito sadias, com muita animação, muita comida e bebida e sem incidentes. Cita a Volksfest, o Choculin, e o Kerb do colégio.

Nesse momento ela faz um paralelo com ensinamentos de sua criação familiar, afirmando que sempre um filho da família, pelo menos, deveria aprender a tocar um instrumento musical, para poder animar as festas, e que as casas tinham como principal peça a sala para receber visitas e fazer algum baile ou festas de natal. Segundo ela, tal era a importância do cômodo que o número de quartos era preterido em função do tamanho da sala, e que por isso muitas delas tinham um guarda-roupa e uma cama em um dos cantos, para acomodar qualquer visita.

Dori afirma que gostaria de ver Agudo como uma cidade que se diferencia pela preservação da cultura alemã na região central do estado, com seus prédios bem conservados e explorando o turismo através das festas e da gastronomia, que é muito reconhecida já. Ela se refere à algumas publicações e matérias jornalísticas que promoveram a culinária, especialmente os doces, da cidade.

Pensa também que a Praça da Emancipação, que não é toda da prefeitura, deveria ser comprada e promover no local um grande espaço para shows e apresentações culturais, como uma concha acústica. Ela reflete sobre o projeto de um museu paleontológico no local, argumentando que um museu desse tipo causaria conflitos de trânsito e estacionamento, que não seria apropriado nem para a própria prefeitura, nem para quem visita o museu que é de estudos afinal. Acha que o museu deveria ser locado em outro local, mais afastado e com lojas de souvenirs, restaurantes e um grande estacionamento.

Quando perguntada sobre outros prédios além dos que inicialmente havia citado, ela cita a igreja luterana e o *“local privilegiado”* em que está posicionada, e lembra ainda do som dos sinos: *“não sei se porque a gente se criou ouvindo (...)”*. Dori também relata a beleza da Avenida Concórdia que *“parece que dá em cima do morro Agudo (...) a cidade fechada pelos morros (...) verde bonito de se contemplar (...) é um belo cartão postal”*.

Ela confessa uma relação sentimental com a igreja e diz que ainda pára para contemplar os morros. Conta que no domingo ela e o marido pegam uma cadeira de praia e sentam em algum lugar para tomar chimarrão e olhar a paisagem. Cita ainda o *“matinho da comunidade”*, referindo-se à um pedaço de floresta nativa aos fundos do pavilhão da comunidade, segundo ela freqüentado por diversas pessoas para os mesmos fins. Dori lembra do prédio da exatoria onde o pai foi preso injustamente durante a revolução de 64, e o edifício onde funcionou a primeira prefeitura e hoje funciona a Secretaria do Bem-Estar Social. Ela conta que primeiro era uma alfaiataria, depois virou a subprefeitura e finalmente a prefeitura do município quando se emancipou. A entrevistada lamenta que *“a gente convive diariamente e sente só quando desaparece, hoje a gente sente como faz falta”*, e demonstra preocupação que outras casas sejam demolidas com o passar do tempo.

Dori também é a favor de uma lei que faça preservar. Mas acha que não é o suficiente, é preciso muito trabalho para formar uma consciência, e relata como Agudo se tornou a cidade da cuca, que começa no início da década de 70, quando o então prefeito Pedro Müller, que não era natural de Agudo, levou cucas para o Festival da Primavera, uma festa promovida pela igreja católica em Santa Maria, onde as cidades da região tinham um espaço para vender produtos típicos. Dori confessa que achou aquilo muito estranho, pensava que

“Santa Maria como cidade grande devia fazer cuca muito melhor que Agudo”. Mas conta que surpreendentemente as cucas acabaram em minutos e que tiveram que vir para Agudo fazer mais e que, a partir de então o sucesso se espalhou até em reuniões formais entre prefeituras. A partir disso, a cidade “trabalhou” a cuca, e hoje a cidade é associada à cuca e á mulheres bonitas por ter elegido duas garotas-verão e uma primeira princesa (tradicional concurso de beleza promovido pela RBS TV). Ela nota que depois desse reconhecimento as pessoas daqui começaram a dar mais importância para a cuca e demais produtos da região, e inclusive consumir mais cuca. Dori defende que essa consciência deve ser trabalhada com muita divulgação e principalmente nas escolas, e que só assim acha que esse patrimônio e essa cultura possam ser preservados. Ela menciona “vender” o patrimônio cultural da cidade.

Finalizando a entrevista, provocada sobre a melhor cuca da cidade, ela diz que a melhor e inigualável é a da comunidade evangélica e que ninguém sabe como as “senhoras” fazem uma cuca tão boa, mas que a melhor “comercializável” é, surpreendentemente, a do Supermercado (SuperLis). Mas cita a padaria da Bete (Elisabeta Roos) e da Janaína (desconhecida do entrevistador) como muito boas também. No final ela conta que “o segredo” do supermercado foi ter contratado uma “cuqueira” do interior exclusivamente para fazer as cucas.

3.5.2. Entrevistas Informais

Conforme explicado anteriormente, algumas entrevistas não previamente planejadas e que ocorreram como “conversas informais”, mas que estabeleceram algumas ligações importantes, acabaram sendo incorporadas nesta pesquisa.

A “conversa” com o senhor **Eriberto Kessler** (69 anos, agricultor aposentado e morador da Gruta dos Índios) se deu à frente da Casa de Cultura, casa trasladada pelo evento da construção da Barragem de Dona Francisca, enquanto o autor fazia fotos. Seu Eriberto é um senhor muito gentil, com aparência e postura judiada de uma vida inteira lidando na lavoura e com

um sotaque fortíssimo. Abordado sobre o que pensa sobre a casa, reage com empolgação e exclama que *“isso é casa pro resto da vida!”*. Ele diz que gostaria de ter uma casa assim, que além de achar muito bonita, é muito durável.

Seu Eriberto conta que sua casa também é antiga e boa, construída de “pinheiro”, que mais tarde é esclarecido como feita de pranchas de araucária. Ele conta que antigamente até as telhas eram de madeira, mas conta que apodreceram e foram trocadas por zinco.

Na continuação de nosso passeio externo pela casa, visto que já passavam das 18 horas, é que a casa é *“boa pro frio e pro calor (...) não passa vento”*, e que também não tem problemas com chuva e trovões, enfim, destaca principalmente a robustez da casa.

Seu Eriberto conta com naturalidade que caminha quase duas horas até chegar onde o ônibus passa para vir à cidade. Mesmo assim convida com entusiasmo e aparente sinceridade à uma visita dado o interesse demonstrado por sua casa, e afirma que *“pode chegar, sempre tem um pedaço de carne de porco pelo menos”*.

Procurado pelo entrevistador por ser o atual proprietário do comércio Treptow e dono da principal imobiliária da cidade, o senhor **Ingo Neu** (57 anos, dono de imobiliária na sede do município) também é natural de Agudo e viveu parte de sua vida no interior. Hoje é um empresário bem-sucedido, proprietário de vários imóveis na cidade e também investe na construção civil. É uma pessoa muito ativa, mas recebeu o entrevistador com entusiasmo, direcionando a conversa justamente para o setor que mais lhe agrada que é a construção e a reforma de imóveis.

Sabendo do motivo da “visita” conta que já tem um “projeto” (mental) para o edifício, e conta detalhes de suas intenções, que em parte já estão sendo colocadas em prática. Convida gentilmente para que se visite o *casarão*, assim chamado por ele, e demonstra muita satisfação em saber que ela consta no inventário arquitetônico do município.

À frente do *casarão* o seu Ingo mostra que mandou escavar o porão, justificando que precisava de uma garagem. Assim, mandou “abrir” uma antiga janela que *“não era mais original”* até o nível do solo. Esse e outros equívocos já realizados, que descaracterizaram o edifício, assim como outros do seu “projeto” próprio demonstram que suas intenções até podem ser consideradas

boas e que realmente pensa em reativar o espaço para fins práticos, mas falta um acompanhamento específico. Questionado sobre essa possibilidade se mostra interessado, entretanto é notável que não está à vontade com essa possibilidade porque deseja intimamente participar ativamente do processo, motivo indisfarçável de orgulho.

O *casarão* tem uma parte ocupada por uma vidraçaria e outro extremo por uma moradia improvisada. Tem uma enorme área construída e o madeiramento do telhado está em ótimo estado, com exceção de poucos caibros atingidos por goteiras no telhado. Pela vidraçaria pode-se acessar o sótão, porque o telhado tem o ponto bem alto e inclusive duas águas-furtadas. O sótão apresenta uma complexidade e um esmero construtivo que impressionam, com saídas de ar quente/ entradas de luz natural, denunciando que essa parte era utilizada como depósito provavelmente, apesar de ter pé-direito considerável. Num breve diagnóstico percebe-se que a estrutura está praticamente intacta, com exceção dos caibros de canto sobre os quais se apóiam as calhas já desgastadas, e do madeirame próximo às janelas que estão sem vidros, e das falhas de cobertura.

Na residência improvisada citada anteriormente mora o senhor **Elvedo Fucks** (68 anos, ex-pedreiro e agricultor aposentado) e sua esposa. Ele vive há 13 anos na sede do município e atualmente aluga essa parte do antigo comércio Treptow na Avenida Paraíso. Seu Fucks acompanhou a visita ao *casarão* por indicação de seu Ingo. Conta que nunca havia subido até o sótão, mas conhece muito bem o restante da construção. Subentende-se que é uma espécie de caseiro da construção.

Perguntado sobre outras construções antigas, cita que ainda há muitas no interior, e revela que participou da construção de algumas. Conta que era pedreiro e que desde menino acompanhava construções. Seu Fucks também declara sua admiração por casas antigas e diz que existem muitas casas de *pedra de areia* na Linha dos Pomeranos, mas não sabe de onde essas pedras eram trazidas. Ele conta sobre casas feitas de madeira onde o barro era jogado na “*armação*”, técnica que corresponde, pela descrição, à taipa de mão. Afirma que ainda existe uma casa assim na Linha dos Pomeranos e que mostra num outro final de semana, já que vai trabalhar de jardineiro no próximo, o que

aumenta a curiosidade do autor, mas inviabiliza a apresentação de tal casa nessa pesquisa.

Ele também revela que essa massa era preparada no local da construção: limpava-se o mato alto e capinava-se a terra. Depois era adicionada a água e casca de arroz (muitas vezes) e depois os cavalos eram guiados a pisotear esse barro. Ele não cita a adição de cal ou outro material, diz só que a cal era misturada com areia pra fazer a “nata” do reboco. Ainda segundo seu Fucks, a massa para “levantar” tijolos era a mesma.

3.5.3. Considerações sobre as entrevistas

As entrevistas apresentadas suscitam inúmeras interpretações, muitas das quais não seriam presumíveis pela formação do autor desta pesquisa. Por outro lado, ao focalizar *arquitetura* e *patrimônio cultural* por meio de discursos e entrevistas seguindo os objetivos deste trabalho, é possível ampliar os caminhos para sua preservação e valorização.

O ponto mais comum nas entrevistas foi, sem dúvida, a descendência germânica de onde decorrem, segundo os entrevistados, as principais características que diferenciam o município. A essa influência alemã, são atribuídas as festas, as comidas típicas, o “estilo” das construções antigas, o aspecto limpo e florido da cidade, seu crescente progresso e até mesmo a tranqüilidade e a receptividade que destacam a cidade.

De maneira geral, existe uma elevada auto-estima dos moradores para com a sua cidade, muitas vezes revelada em comparação com outras cidades da região, essencialmente as de colonização italiana.

É possível notar pelo menos dois discursos principais, de origem antagônica, com relação a apropriação do patrimônio cultural por parte da população, fundamentados em valores próprios por um lado e externos por outro. Assim, uma das origens para essa apropriação está calcada na identificação alemã por semelhança, baseada em modelos consolidados de exploração turística, enquanto que a origem do outro é baseada na identidade alemã por diferença (em relação a outros municípios ou etnias) e por

identidade (reconhecimento próprio), o que demonstra um conflito de posição mais que de valores.

Um outro ponto de destaque na formação do Patrimônio Cultural de Agudo, visto o amplo reconhecimento por parte de seus munícipes, é a paisagem. Percebe-se o reconhecimento e orgulho dos habitantes em relação à ligação histórica e harmônica da cidade com seu meio natural. A paisagem de Agudo representa beleza, sustento, lazer e referência cultural.

Ocorre que a localização da cidade é destacadamente diferente de outras experiências de colonização. O simples fato de o sítio estar situado na conexão geográfica da depressão central e da serra geral propicia uma apropriação morfológica diversa da maioria das colônias (italianas sobretudo) localizadas na serra e desenvolvidas em vales. Tal implantação tem repercussão tanto na forma física da cidade, condicionando e limitando seu crescimento pelos morros e pelo rio, como na forma de apropriação, nas culturas agrícolas e nos materiais de construção, o que claramente pode ser associado a fatores culturais determinantes.

CONCLUSÃO

Antes de concluir este estudo, convém retomar a seqüência que o guiou. Para a elaboração deste trabalho, partiu-se do questionamento dos métodos de identificação ou “seleção” do patrimônio cultural, levando em consideração a evolução de seu conceito assim como os valores e os conflitos relacionados a este processo, com a intenção de ampliar os elementos e as formas de preservação que compreendem a diversidade cultural brasileira.

Utilizou-se, para tanto, o município de Agudo no Rio Grande do Sul, como objeto de estudo, buscando identificar bens materiais de interesse cultural a partir do desenvolvimento de um método alternativo de identificação arquitetônica que contemplasse a devida atribuição técnica, porém associada ao domínio público de apreensão, representação e produção pertinente de seu próprio patrimônio cultural.

O trabalho estruturou-se a partir de uma revisão bibliográfica que objetivou entender os principais conceitos relacionados ao patrimônio cultural, bem como os valores e conflitos envolvidos na problemática que envolve sua identificação. Passou por uma explicação do método utilizado na pesquisa, e por fim apresentou quatro tipos de análises diferentes e complementares para a identificação do patrimônio cultural do município de Agudo.

Assim, é importante trazer os conceitos desenvolvidos no primeiro capítulo sobre o atual entendimento de patrimônio cultural, discutidos numa perspectiva mais abrangente e democrática quanto ao seu reconhecimento. Reconhecimento que torna o processo de *identificação* destes bens proporcionalmente mais complexo tendo em vista estas novas demandas, que

passam a apresentar valores e conflitos que são intrínsecos ao processo, antes considerados parcialmente ou mesmo desconsiderados, e que interferem decisivamente na preservação de tais bens, motivo final de sua identificação.

O segundo capítulo apresentou o método e os princípios que foram utilizados para o desenvolvimento de cada uma das partes desta investigação, bem como as experiências de identificação de bens que balizaram o procedimento próprio desenvolvido e apresentado neste trabalho.

A pesquisa valeu-se de quatro diferentes tipos de análises complementares para apresentar uma proposta alternativa de identificação de bens imóveis utilizando o município de Agudo como estudo de caso. Assim, o *terceiro capítulo* apresentou uma primeira aproximação com o objeto de estudo por meio de **pesquisa histórica** objetivando entender a questão da imigração e seus reflexos no município, dando ênfase à apropriação e formação do espaço pelo estudo de sua evolução urbana. Além desta, a análise do **inventário de identificação arquitetônica** apresentou uma interpretação tipológica dos bens inventariados. Estas duas análises são a contribuição estritamente técnica da pesquisa, visto que as análises que seguem promovem a participação de cidadãos locais (pública) na identificação de seu patrimônio. Deste modo, a terceira análise se baseou em um **questionário sócio-cultural quantitativo** para apontar bens de interesse cultural no município e região e suas possíveis representatividades. Finalmente, a quarta análise foi fundamentada em **entrevistas qualitativas** que também visaram a percepção de cidadãos locais sobre seu próprio patrimônio e os diversos valores envolvidos neste reconhecimento.

Então, neste momento, apresenta-se o cruzamento das informações obtidas a partir das diferentes análises, a fim de apontar os bens materiais de interesse cultural que contemplem os valores pertinentes e minimizem os conflitos relacionados à sua identificação, e posterior preservação.

Muito provavelmente o ponto mais importante a ser destacado reside no fator histórico de ocupação do espaço que veio a se transformar no município de Agudo. Não somente pela descendência dos imigrantes alemães que se instalaram maciçamente na região – fator primeiro do qual decorrem uma série de apropriações culturais visíveis até hoje – mas pelo seu poder de adaptação, do qual decorrem outras tantas características ainda mais singulares.

Se por um lado a imposição ortogonal da colônia determinada pelo Governo Imperial à revelia dos padrões culturais dos povos de origem que viriam a ocupá-las, implicou as alterações significativas de padrão comportamental e de assimilação de tais espaços, por outro propiciou alternativas de apropriação cujos reflexos podem ser percebidos hoje. O sistema de ocupação das colônias fundamentado em pequenas propriedades que contassem somente com mão-de-obra familiar a despeito do que historicamente caracterizava a produção no Brasil, propiciando a aquisição de terras para cultivo, diferentemente do sistema comunal de produção na Alemanha, teve grande influência neste processo de adaptação. A partir do momento em que se instala na nova terra, a necessidade passa a conduzir a trajetória desses colonos; eles contam com muito pouco para sobreviver, mas, ao contrário de antes, vêem possibilidades de prosperar, e para isso só dependem de seu próprio trabalho. Embora com imensas dificuldades – derrubar a mata para arar a terra, ferramental mínimo e pouco auxílio do Governo, além de uma dívida a pagar – o clima e a terra retribuem todo o esforço. Também diferentemente da terra de origem, aqui não existe o papel do *förster*²⁰⁰, o que de certa forma deve ter deslumbrado esses novos habitantes a ponto de originar uma relação de amor pela nova terra/ natureza. Essa relação histórica entre homem-natureza parece explicar a origem do caráter festeiro do “alemão” descendente, mas que muito trabalha porque aprendeu que seu sustento não depende de mais ninguém, características mais destacadas pelos próprios cidadãos.

Esta adaptação foi condicionada pelo meio, mas também refletiu significativamente sobre sua construção, desde a ocupação do lote quanto da casa, como demonstrou Weimer²⁰¹, e em Agudo esse fato também evidencia particularidades.

O primeiro e talvez mais significativo dos resultados materiais no município é a própria paisagem, elemento reconhecido largamente em todos os níveis de análise apresentados. Começando pela posição geográfica de sua

²⁰⁰ O *förster* era uma espécie de guarda florestal que tinha a atribuição de impedir qualquer retirada de matéria-prima (caça, pesca, madeira) das terras do senhor/ proprietário da gleba.

²⁰¹ WEIMER, Günter. *Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha*. (57-74). Em: WEIMER, Günter. (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, e WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. 2ª ed. rev. amp. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

localização: ocupa uma zona intermediária entre encosta e planície e ao longo de um volumoso curso d'água capaz de sustentar toda a região. Assim, essa situação privilegia certas culturas, como o arroz irrigado, que se espalha pelas planícies, e o fumo, que pode ser cultivado no espaço que o tamanho da propriedade inicial permite, principais responsáveis pelo desenvolvimento do município e da região.

A interação harmônica entre tais fatores naturais e culturais é a definição sintética de “paisagem cultural” apresentada anteriormente, e no caso de Agudo parece preponderar sobre todos os outros “valores”. Isto porque a manifestação dos outros valores se dá, eminentemente, a partir da paisagem, tornando-a indissociável de todos os demais aspectos do patrimônio cultural do município. Fisicamente, as formas naturais dos morros e do rio contrastam com a implantação rígida da cidade e com a geometria dos campos cultivados que são ligados à cidade através, principalmente, das cores (terra arada, água, verde, ouro) e fazem parte reconhecidamente da vida dos cidadãos com reflexos *memoriais*, contemplativos, de *identidade* e até no próprio nome da cidade. Desta forma também, a paisagem assume a representação de *sustento* e *trabalho* associada ao desenvolvimento do município, de *lazer* e *representação* através da própria *geografia*, os *morros*, o *verde*, a *água*, etc. associadas à *tranqüilidade* típica da cidade e, por último apresenta repercussão comercial associada ao *turismo*, onde os *balneários*, a *natureza*, *grutas* e *cascatas* assumem mais nitidamente este valor.

Foram observadas referências importantes a espaços construídos, ou abertos, no caso das praças que, apesar de serem citados por sua beleza, são mais lembradas pelo valor imaterial associado. Assim, o Museu (Instituto Cultural Brasileiro-Alemão), mesmo sendo considerado *bonito*, está muito mais associado à identidade e memória dos próprios munícipes do que com a arquitetura. Da mesma maneira, a igreja, colégio, clube, embora também muitas vezes ressaltados por sua beleza, são mais associados às festas que ocorrem nestes lugares, assim como a praça, o ginásio, e até mesmo os balneários representam destacadamente o convívio social. Pode-se dizer que, da mesma forma, os canteiros (floridos) e as ruas largas (e limpas) representam o comportamento dos cidadãos mais que a estética própria destas

construções, assim como as menções à lojas e mercados estão mais associadas ao desenvolvimento econômico do município e de seus munícipes.

Também é perceptível um nível de informação ambíguo a respeito do patrimônio local. Há uma percepção coletiva de aspectos peculiares e tradicionais na cidade que acontece naturalmente e é usualmente apropriado por um lado, e forçadamente buscado e divulgado por outro. Essa confusão reflete-se nos discursos prontos e sem representatividade, percebidos nas análises que contaram com a participação pública.

Outra questão que reforça essa idéia de ambigüidade é a associação do patrimônio com turismo baseado em modelos já consolidados, num esforço visível em função de ganhos mais que culturais, mas que nem por isso deixam de ser legítimos. Por outro lado, uma das coisas que mais chamam a atenção é o modo sentimental com que os moradores se referem ao “patrimônio”, e à identificação imediata com certas características típicas do descendente alemão.

Assim, o comércio e o progresso da cidade ganham destaque somente igualável ao apego pela terra notado pela ênfase que é dada à paisagem – sítio de implantação, o rio, o verde e os morros – e na agricultura – que claramente é percebida como sua parte indissociável.

Arquiteticamente destacam-se aparentemente dois pontos de atenção principal que parecem decorrer da constituição ou resgate de uma identidade por motivo de orgulho e auto-estima, mas essencialmente por diferenciação. Neste caso específico, diferenciação da etnia alemã em relação aos municípios de origem italiana da região. Ambos têm correspondências com os *valores* descritos por Riegl, explicitados no capítulo 1²⁰²: O primeiro ponto é guiado pelo reconhecimento de uma característica compartilhada e amplamente absorvida a partir de certo momento, como nas casas pomeranas ou casas germânicas por exemplo, atrelada a um valor de *antiguidade* que confere, nesse caso, autenticidade e autoridade em relação a estilos mais recentes, e também, por uma vontade de uniformização “estilística” em função do turismo, atrelada ao valor de *uso* e de *novidade*. O segundo ponto estaria ligado sobretudo aos locais de experiência coletiva, os salões de baile e as casas de comércio

²⁰² Vide Capítulo 1, item 1.2, Patrimônio Cultural, Valores e Conflitos.

principalmente, as igrejas, o colégio, e em menor escala canchas de bolão e bancos, demonstrando a importância de se fazer representar pelo progresso. Todos esses lugares estão conseqüentemente atrelados ao valor de *rememoração*.

Não por acaso, os edifícios associados a estes lugares de memória coletiva são os que apresentam um maior esmero construtivo e que são proporcionalmente melhor preservados, ainda que muitas vezes abandonados, exceção feita aos bancos, explicável talvez pela associação iconográfica com a modernidade e o progresso buscada por tais instituições. Vale ainda salientar que, ao imprimir a melhor arquitetura aos espaços públicos, ou de convivência coletiva, reforçam-se os laços sociais característicos amplamente citados nas entrevistas. Quando a arquitetura recordada refere-se à residências, fica clara sua associação com a permanência e com a durabilidade dos materiais mais que com sua estética e sua história, que poderia ser traduzida a partir de uma hierarquia de valores onde o valor de uso sobressai ao valor artístico e mesmo ao de antigüidade, embora esteja intimamente ligado à ele. A primorosa execução de muitos dos exemplares listados, visível pelo corte da madeira e da pedra, assim como na proporção e modenatura, não permite que se afirme que essa arquitetura seja popular, embora ocorra em áreas afastadas dos centros mais populosos. Por outro lado é difícil comprovar documentalmente a existência de arquitetos ou outros técnicos na elaboração de tais construções.

Essa seqüência de análises tentou mostrar o nível de interdisciplinaridade que o processo de identificação implica se levadas em consideração as referências culturais amplas dos usuários. Por outro lado, ao focalizar *arquitetura e patrimônio cultural* por meio de diferentes análises em coerência com os objetivos do trabalho, e por todas as questões acima apresentadas, pode-se concluir que os bens materiais mais significativos são a paisagem e os locais historicamente conhecidos como de trocas sociais, do que se propõe um nível de proteção especial. Sendo a paisagem um elemento extremamente dinâmico, uma alternativa seria a de incluir sua proteção num processo de planejamento urbano mais amplo que delimitasse claramente usos e espaços levando em conta a recorrência histórica destas relações. Arquitetonicamente, uma opção para a proteção possível dos bens citados como de práticas sociais relevantes seria sua associação viável com os valores comerciais que lhe

poderiam dar suporte. Certamente um estudo mais detalhado de viabilidade poderia indicar restaurantes que aliassem a arquitetura com um uso comercial ou como produto turístico pela associação de gastronomia típica, por exemplo, além de servir de imagem e memória sem adulteração cultural significativa, desde que antes disso haja um estudo específico de compatibilidade programática nos casos mais valiosos, como os do primeiro período, por exemplo.

Um ponto que inicialmente não havia sido pensado para esta pesquisa, mas que pode ter reflexos nefastos para a pertinente preservação do patrimônio cultural a que ela se dedica, é a vontade manifesta de que a arquitetura nova referencie o “estilo germânico” que caracteriza a cidade, o que também deve ser alvo de esclarecimentos e restrições que um plano territorial estruturado deve resolver.

Para aqueles bens que se encontram no limite entre os valores de referência e de uso, é necessário propor uma revisão periódica (que pode ser, a princípio como a utilizada para o Registro de Bens de Natureza Imaterial, de 10 em 10 anos) de sua proteção, com o intuito de aferir os valores culturais que definiram sua proteção. Uma alternativa possível para proteções de segundo nível, ou aquelas que não constam como prioritárias na maioria das análises, podem ter uma flexibilidade maior como comumente já ocorre em outras situações.

Essa seqüência de análises tentou mostrar o nível de interdisciplinaridade que o processo de identificação implica se levadas em consideração as amplas referências culturais dos usuários. Deste modo, este trabalho reconhece seu alcance limitado e propõe que este método, ou algum que dele decorrer, seja realizado por uma equipe que contemple, além do olhar do arquiteto, o do historiador e do cientista social, no mínimo.

Embora não seja o objetivo desta dissertação, ela trabalhou com a possibilidade de participação pública proposta pelo Estatuto da Cidade. Apesar de considerar o processo de preservação indissociável do planejamento urbano, o Estatuto não é pensado para “cidades” como Agudo, que são praticamente “rurais”. Assim, embora o método possa ser adaptado para centros maiores, reconhece que pode funcionar melhor para cidades

pequenas, onde o contraste entre as áreas urbana e rural é, de certa forma, mais diluído.

Do mesmo modo que a associação deste método alternativo de inventariação pode ser alvo de novos estudos relacionando-o diretamente com o processo de planejamento descrito, apontam-se aqui outros assuntos de interesse que surgiram ao longo desta pesquisa.

Com o intuito de ampliar ainda mais os elementos que constituem patrimônio material ou relacionam-se diretamente à ele, propõe-se inventariar os cemitérios particulares típicos dessa região, assim como os galpões de estocagem e fornos de secagem de fumo característicos. Também chama a atenção bens móveis e integrados como pinturas murais e singular ferramental.

Esta investigação se encerra esperando ter contribuído de alguma forma para o entendimento e a preservação do rico patrimônio cultural do município de Agudo, sem a ingenuidade de assumir este patrimônio – e essa sociedade – como imutável, nem tampouco admitir que os diversos valores associados a ele, diferentes do cultural, não sejam legítimos. Essa discussão permeia âmbitos muito mais universais dentro do campo do patrimônio cultural, e, por esse motivo, este estudo não teve a pretensão de encerrá-la, mas sim de contribuir e estimular a reflexão sobre o tema da identificação do patrimônio cultural, na tentativa de acompanhar uma demanda atualmente em debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (organizadores). *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALENCASTRO, Felipe de, e RENAUX, Maria L. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVIM, Zuleika M. F. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O Brasil Italiano (1880 – 1920). (p. 383 - 417). In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

AMSTADT, Teodor. *Hundert Jahre Deustschum in Rio Grande do Sul. Verband deutscher Vereine. 1824-1924*. Porto Alegre, 1924.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1984.

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 2ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A restauração arquitetônica entre o passado e o presente. *Revista Rua*, Salvador, v. 8, p. 18-23, 2003.

BELTRÃO, Felipe. Patrimônio(s) Olvidado(s) ou... Territórios Tradicionais como Patrimônio Cultural. In: LIMA FILHO, Manuel F. e BEZERRA, Márcia. *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BONI, Luis A. de e COSTA, Rovílio. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS/ Vozes, 2 ed. 1982.

BOURDIN, Alain. *A Questão Local*. Rio de Janeiro: LP&A, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Da Etimologia ao Sentido do Patrimônio*. Belo Horizonte. Revista Eletrônica Interpretar Arquitetura nº 3, 2001. Disponível em <http://www.arquitetura.ufmg.br/>. Acessado em agosto de 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551 de 2000.

BRASIL. Decreto-Lei nº25 de 1937.

CANCLINI, Nestor G. Los usos Sociales del Patrimonio Cultural. In: FLORESCANO, E. *El Patrimonio Cultural del México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. pp. 41-61.

_____. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. O Patrimônio Cultural e a construção do Imaginário do Nacional. (94-115). *Revista do Patrimônio N°23*. IPHAN, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*.

CHAGAS, Mário. O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

COLQUHON, Alan. *Modernidade e Tradição Clássica – ensaios sobre arquitetura 1980 - 1987*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972. 1ª edição.

CORREA, Alexandre Fernandes. Teatro das Memórias Sociais e do Patrimônio Cultural: a Educação Patrimonial em Perspectiva. In: LIMA FILHO, Manuel F. e BEZERRA, Márcia. *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

CORRÊA, Lucelinda S. As políticas públicas de imigração européia não-portuguesa para o Brasil: de Pombal à República. In: www.anpuh.uepg.br/imposio/xxiii-anais/textos/lucelinda%20schramm%20corr%C3%AAa.pdf

COSTA, Lúcio. Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos de Tombamento da DPHAN. Rio de Janeiro, 1949. MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

CRESPO, Carolina, LOSADA, Flora e MARTÍN, Alicia (editoras). *Patrimonio, Políticas Culturales y Participación Ciudadana*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

CUNHA, Teresinha H. de Alencar. A Identificação de Valores Culturais em Programas de Educação. Em: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELGADO. Andréa Ferreira. Goiás: A invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano II, n°23, jan/jun, 2005.

FABRIS, Anateresa. *Fragmentos Urbanos - Representações culturais*. São Paulo: Livros Studio Nibel LTDA, 2000.

FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. Espaço e Poder. (130-145). *Revista do Patrimônio* N°23. IPHAN, 1994.

FOWLER, P.J. *World Heritage Papers 6. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. Paris: UNESCO, 2003.

GONÇALVES, José R. S. Os Limites do Patrimônio. Em: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

_____. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e MinC: IPHAN, 2002.

_____. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In NESBITT, Kate. *Uma Nova Agenda para a Arquitetura - antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/ jun 2005. p.19.

GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: Ressonância e Encantamento. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p.20.

HALL, Stuart. (Liv Sovik – organizadora). *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004.

_____. Quem Precisa da Identidade? In: POERNER, Arthur José. *Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio B. História Geral da Civilização Brasileira. História geral da civilização brasileira, volume I: A época colonial, tomo I: Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Difel, 1968.

IPHAN. Dossiê de tombamento Roteiros Nacionais de Imigração. Florianópolis: IPHAN, 2007.

_____. Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de Preenchimento. Brasília: IPHAN, 2001. p.243.

_____. *Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação*. IPHAN, 2000.

_____. Registro do Patrimônio Imaterial, O: *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: MinC/ Iphan, 2003.

JUNIOR, Valdeci dos Santos. A Influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e Estratégias de Preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. MNEME – *Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileira*, V6 – nº 13. Dez 2004/ Jan 2005.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária e São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Edirota UFS, 2004.

LEMOS, Amalia Ines G. de (org.). *Turismo: Impactos Sócio-ambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornelia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LIMA FILHO, Manuel F. e BEZERRA, Márcia. *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

LIMA FILHO, Manuel F. Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: Questões Antropológicas na Perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In: LIMA FILHO, Manuel F. e BEZERRA, Márcia. *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

LONDRES, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p.34.

_____. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. IPHAN, 2000. p.32.

_____. *Para além da pedra e cal...* In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *O Patrimônio em Processo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAGALHÃES, Sérgio. *A Cidade na Incerteza: Ruptura e Contigüidade em Urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, 2006.

MARTINS, Marina Cañas. *Gentrification e Patrimônio: Preservação ou Cultura de Consumo?* Trabalho de curso (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) UFRGS-RS, Porto Alegre, 2007.

_____. *Paisagem em Circulação: O Imaginário e o Patrimônio Paisagístico de São Francisco do Sul em Cartões-Postais (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado: PROPUR/UFRGS, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e Razão da troca em sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade*. Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, Lia. *Patrimônio Urbano e Memória Social: Práticas Discursivas e Seletivas da Preservação Cultural, 1975 a 1990*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro (Uni - Rio).

NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OCHOA GAUTIER, A. M. El Patrimonio Intangible en un Mundo Globalizado: De que memoria estamos hablando?. In: *Memorias, Identidades e Imaginarios Sociales. Comisión para la preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires*, 2001

POERNER, Arthur José. *Identidade Cultural na Era da Globalização: Política Federal de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

REIS, Maria J., CATULLO, Maria R., e CASTELLS, Alicia N. G. de. Patrimônio: Reassentamento Compulsório e Turismo. Um estudo comparativo sobre Federación (Argentina) e Itá (Brasil). *ILHA, Florianópolis*. V.5, n.2. p.77-92. dezembro 2003.

RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. *Caderno de estudos do PEP – Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. Madrid, Visor, 1987.

ROCKENBACH, Peter. *Die Kolonie Santo Angelo. Der Familienfreund Katholischer Hauskalender uns Wegweiser für das Jahr...* Herausgegeben vom Volksverein für die Deutschen Katholiken in RS. Porto Alegre, Druck und Verlag Huho Metzler, 1921.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A Produção e o Consumo do Espaço Para o Turismo e a Problemática Ambiental. In: Yázigí, Eduardo, CARLOS, Ana A. e DA CRUZ, Rita (Orgs.). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ROTMAN, Mônica e CASTELLS, Alicia. Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel F, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória – Livro VI*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (organizadores). *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937 – 1990)*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1995.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP, 2006.

SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, L. R.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.12.

SCHLEE, Andrey R. *Construtores de Sonhos - o ecletismo na arquitetura erudita da quarta colônia de imigração italiana*. Santa Maria: FAERGS, 2002. (Relatório de Pesquisa).

SCHOPENHAUER, Arthur. *Historia de la Filosofia – de los Presocráticos a Heguel*. Buenos Aires: Quadrata, 2006.

SCHUH, Ângela Schumacher e CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul – em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. (p. 273 - 313) In: FAUSTO, Boris. (Org.). *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (organizador). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMMEL, Georg. *Conflict*. Nova York: The Free Press, 1964. (translated by Kurt H. Wolff).

UNESCO. *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre, 2005.

Vários. *Planejamento Ambiental da Quarta Colônia. Proposta de Projeto de Extensão*. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. MANA, Rio de Janeiro, v.1, n. 12, p. 237-247, abril 2006.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. In: LIMA FILHO, Manuel, ECKERT, Cornélia, e BELTRÃO, Jane (org.). Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.253.

VIOLLET LE DUC, Eugène E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WEIMER, Günter. (Org.). *O Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

WERLANG, William. A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: *Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002.

WEYER, Willy. Kreis Neustittin. Aus der Geschichte des Dorfes Lubow. Bochum, Bundesrepublik Deutschland. 1981. In: WERLANG, William. A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: *Um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Editora Werlang, 2002.

WOODWARD. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Panorama dos principais teóricos do campo da preservação e as cartas patrimoniais

APÊNDICE B

Movimentos migratórios e políticas de imigração

APÊNDICE C

Exemplo de ficha de identificação em campo do Inventário de Identificação do Município de Agudo

APÊNDICE D

Fichas-índice do Inventário de Identificação do Município de Agudo

APÊNDICE

A

PANORAMA DOS PRINCIPAIS TEÓRICOS DO CAMPO DA PRESERVAÇÃO E AS CARTAS PATRIMONIAIS

A evolução do conceito e os principais teóricos da preservação

A idéia de patrimônio histórico participa da história da humanidade desde tempos imemoriáveis. Contudo, os conceitos que o formaram tal qual o percebemos hoje foi sendo assimilado ao longo de muitos anos e continua em mutação. Uma aproximação, embora sucinta, das associações que diferentes contextos fizeram da idéia patrimônio cultural permite visualizar sua importância, seu alcance atual e até conjecturar caminhos futuros.

O mais remoto referencial de *patrimônio histórico* se dá a partir da idéia de *monumento*, conforme explica Choay¹. O monumento tem uma função antropológica indissociável, pois ocorre em todas as sociedades em todos os tempos.

“Monumento” provém do latim *monere*, que significa advertir ou lembrar. Aí temos um propósito essencial de natureza afetiva. Monumento tem então o sentido de tocar pela emoção; funciona como uma lembrança, escolhida e referenciada, que está materialmente presente.

Segundo Riegl², qualquer objeto pode, ao longo do tempo, ser capaz de funcionar como testemunha e ser considerado histórico. Outros objetos podem ser criados com a intenção de remeter a fatos ou pessoas do passado, que constitui na diferença principal entre *monumento* e *monumento histórico*, ou seja, *monumento* recebe a designação de *histórico* pelo acúmulo de sentido atribuído ao longo do tempo.

Esse sentido, porém, é substituído gradativamente no decurso da história passando de um ideal de memória pra um ideal de beleza. Choay³ atribui essa progressiva extinção da função memorial a duas causas: A primeira surge a partir do renascimento com a função e o conceito de arte. A autora remete ao discurso de Alberti, com grande repercussão à época, que tem uma conotação de substituição do ideal de memória em função da estética; a idéia de que a perfeição era alcançada com a beleza estava associada aos monumentos que, por sua vez, tinham como função principal avivar a memória de Deus nos homens. A segunda está ligada ao

¹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

² RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.

³ CHOAY, op.cit.

desenvolvimento de memórias artificiais. Aqui a autora remonta à Platão e ao que ele chamou de “paradigma venenoso”, referindo-se à prática da escrita em substituição à retórica, diminuindo a importância da memória, e conseqüentemente da função original dos monumentos. Assim, essa função seria proporcionalmente abandonada conforme a evolução dos meios de comunicação.

Os primeiros registros sobre a relevância de objetos do passado remontam à Grécia. Sabe-se que os atálidas, no século III a.C. já tinham apreço por artefatos de outros tempos e que mantinham emissários para procurar e inclusive escavar objetos de valor estético apreciável.

Pouco mais tarde, o mundo romano se apropria também deste interesse, dando a ele caráter de coleção. Ainda desprovido de qualquer sentido histórico, seu valor está fundamentalmente em servir de modelo de uma civilização superior, porém atribuindo status ao povo que a domina.

Já na Idade Média, a salvaguarda de artefatos, assim como de monumentos é apoiada pelo clero, porém restrita a ele, o que não impede a destruição e espoliação maciças. Embora fosse a classe letrada, os motivos que levam à preservação tinham como objetivo principal questões econômicas e só depois questões como saber e sensibilidade.

A característica atual de historicidade atrelada aos monumentos nasce em Roma após o Grande Cisma, mais ou menos em 1420, quando Martinho V restabelece a sede do papado na cidade devastada e apela aos feitos passados para recuperar o poder e o prestígio perdidos pela igreja. Essa retomada de um passado ideal, transferindo a ele um papel de memória e de modelo, é considerada por Choay⁴ a origem do que se entende hoje como patrimônio histórico.

O interesse por construções do passado no mundo ocidental – que acabou por difundir e globalizar o “fenômeno” – inicia no Renascimento, com o estudo de edificações dos períodos anteriores. Destaca-se novamente Alberti⁵ com *De Re Aedificatoria*, curiosamente o primeiro livro impresso de arquitetura, em 1485. Em seu tratado retoma os princípios e as proporções clássicas e propõe um método de levantamento cartográfico para Roma e condena a destruição indiscriminada de prédios de elevado valor artístico com uso prático potencial. Foi considerado o

⁴ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

⁵ ALBERTI, Leon Battista. *De re aedificatoria. On the art of building in ten books*. (tradução de Joseph Rykwert, Neil Leach, e Robert Tavernor). Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

principal tratado clássico de arquitetura. Doze anos mais tarde Pio II publica *Cum Alman Urbem*, as primeiras regulamentações, bulas papais, que tratam da proteção de edifícios e de riquezas artísticas, obviamente em poder da igreja.

No decorrer do século XVI a preocupação pela preservação se intensifica e o próprio Rafael escreve ao Papa Leão X demonstrando preocupação com o destino de certas edificações de valor cultural, embora ele próprio continuasse “transferindo” mármore de edifícios para suas obras. O exemplo denuncia um contexto onde a preservação de edifícios serve eminentemente a critérios de ordem prática, diferentemente da conotação cultural atual.

Este quadro somente começa a mudar efetivamente no século XVIII com um renovado interesse por obras do passado. Num primeiro momento de forma ainda romântica que passa a se intensificar no XIX com a maciça participação de artistas, arquitetos, arqueólogos e historiadores com uma visão de preservação para o futuro.

Kühl⁶ justifica que a “noção de historicidade” evolui de forma lenta a partir do renascimento, é retomada no período revolucionário francês e na Grã Bretanha com a revolução industrial, e que estes movimentos são a base do novo pensamento que resultou nos movimentos de preservação e restauração de monumentos.

A autora argumenta que as descobertas das ruínas de Herculano e Pompéia em meados do século XVIII, impulsionam na Itália uma reação ao barroco, enfatizando o passado clássico greco-romano novamente como modelo ideal onde se destaca o papel determinante do historiador de arte Johann Winckelmann (1717-1768), com a publicação de *História da Arte Antiga* em 1763, que passou a influenciar largamente novas posturas artísticas.

Entretanto somente no final do mesmo século com a Revolução Francesa que se iniciam as primeiras ações efetivas de seleção e preservação bens considerados de valor público. Não por acaso, o período revolucionário francês é tido por Choay⁷ como determinante para a moderna concepção de patrimônio histórico.

Durante o período revolucionário francês, o vandalismo e a destruição legalizada de “todos os resquícios do feudalismo” gera, contraditoriamente dentro dos próprios comitês revolucionários, as primeiras providências oficiais por parte do

⁶ KUHLL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária* e São Paulo. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

⁷ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado; São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

Estado moderno⁸ visando a preservação de um *patrimônio* que agora se tornara público, já que todos os bens do clero e da nobreza haviam sido confiscados.

Nesse contexto, o patrimônio que representa a exploração e o sofrimento de um povo em favor de seus governantes muda subitamente seu *status*, passando a exercer um valor econômico – num primeiro momento preservado sob pena de prejuízo econômico – e logo de memória – deixando expostas as marcas e os princípios que levaram à revolução para o futuro, para uma conjuntura a que não se quer voltar.

Outro fato curioso é o de que, paralelamente a todo esse processo de vandalismo ideológico versus preservação, inicia-se uma espécie de exploração “turística” dos objetos alvo de inventariação apoiado pelos próprios comitês revolucionários: os bens de todos os tipos reunidos em grandes edifícios – castelos, igrejas – para contagem e controle, e que pode ser considerado o germe dos grandes museus modernos.

Todos estes eventos levam Choay⁹ a conferir à França pós-revolucionária e à sua tradição filosófica iluminista um papel pioneiro nas questões de preservação e o princípio das disciplinas que a fundamentam, essencialmente a *restauração*. Embora com particularidades substanciais entre países, as principais correntes de pensamento como Inglaterra, França e Alemanha, esse fenômeno se espalha de maneira geral por toda Europa e se firma como disciplina a partir de 1820.

Na França, Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879) surge como fundador da corrente que ficou conhecida como “restauro estilístico”, muito difundida pelo mundo ocidental a partir de meados do XIX. Le-Duc influenciou o modo de pensar e intervir em monumentos históricos fazendo uso de recomposições miméticas, ou de complementações estilísticas baseadas nos conceitos compositivos típicos de determinado período construtivo:

(...) restaurar um edifício não é mantê-lo ou repará-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode jamais ter existido em um dado momento.¹⁰

Embora muito controversa pelo caráter idealizado com que trata o monumento e estimula a intervenção, a doutrina pregada por Le-Duc não pode

⁸ Muito Influenciadas pelos relatórios Abade Grégoire, apresentados na última década do XVIII.

⁹ CHOAY, op.cit.

¹⁰ VIOLLET LE DUC, Eugène E.. Restauração. Tradução e Apresentação: Beatriz M. Kühl; São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

deixar de ser reconhecida como capaz de um profundo entendimento sobre a filosofia de construção medieval e seus métodos estruturais, num período em que o gótico iniciava sua frente ao classicismo acadêmico e se impelia como estilo ligado à identidade nacional também na França.

Contudo, o ponto mais destacado da obra Viollet-Le-Duc diz respeito à postura investigativa de que sua obra foi investida, assinalando a importância da fase mais inicial da preservação que é precisamente a identificação e de bens seguida de um estudo detalhado de seu valor documental.

Paralelamente surgia na Inglaterra outra corrente teórica de igual alcance, porém de base totalmente antagônica à de Le Duc, porque era radicalmente contrária à intervenção brusca em monumentos históricos. John Ruskin¹¹ (1819-1900), fundador da teoria que ficou conhecida como “restauro romântico” pela maneira personificada com que entendia os monumentos, origina sua doutrina em oposição às rápidas e violentas modificações causadas pela Revolução Industrial em seu país, e sua obra é marcada por um forte apelo político.

No campo da arquitetura mais precisamente, Ruskin¹² passa a gozar de grande prestígio em toda Europa após a publicação de “As Sete Lâmpadas da Arquitetura” em meados do século XIX, onde afirma que os prédios, assim como as pessoas, têm um tempo finito de vida e que a única atitude digna frente a esse problema seria a de prolongar essa vida por meio da *conservação*, ao invés da *restauração*.

O trabalho das gerações passadas confere, aos edifícios que nos deixaram, um caráter sagrado. As marcas que o tempo neles imprimiu fazem parte de sua essência. (...) é-nos proibido tocar nos monumentos do passado. (...) nós não temos o mínimo direito de fazê-lo. Eles não nos pertencem. Pertencem em parte àqueles que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que virão depois de nós. Qualquer intervenção sobre essas relíquias é um sacrilégio.

Ainda que Ruskin tenha ficado marcado pelo seu extremo puritanismo em relação às questões de restauração, e sua obra tenha sido essencialmente teórica, deixou discípulos ferrenhos como William Morris (1834-1896) e influenciou

¹¹ RUSKIN, John. A Lâmpada da Memória – Livro VI. Tradução e Apresentação: Maria L. B. Pinheiro; São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

¹² RUSKIN, John. Las siete lamparas de la Arquitectura. Buenos Aires: El Ateno, s/d.

intensamente a própria França de Le-Duc com suas idéias e com seu pioneiro interesse pela arquitetura medieval.

A obra de Ruskin, que inclui ainda “As Pedras de Veneza” como ícone, é importante, sobretudo pelo caráter documental de que investiu os monumentos, introduzindo a importância do que definia como “pátina do tempo”, ou seja, o desgaste e as supressões impostas pelo tempo e pelos homens também são importantes para a história e até mesmo para a arte, noção que se tornou capital na constituição do tema desde então.

A Itália que já participava ativamente dos movimentos favoráveis à preservação de monumentos desde meados do XVIII com o “restauro arqueológico” – nome dado pela retomada da influência clássica após a descoberta de Herculano e Pompéia – imprime renovado fôlego às questões de preservação e restauração na virada de 1800. Em meio às correntes ideológicas opostas de Le-Duc e Ruskin, Camillo Boito¹³ (1836-1914) propõe uma nova postura frente às posições extremas e dá início à um método mais moderado de intervenção. O “Restauro Moderno” inaugurado por Boito baseia-se em dados “concretos”, fazendo uso de documentos, fotos e até mesmo história oral para justificar as atuações sobre os edifícios, afirmando a legitimidade da intervenção quando necessária, priorizando seu uso presente.

Embora também criticável à época, pela subjetividade a que sua atuação era baseada e contradição de princípios, a obra de Boito resulta no primeiro documento escrito especificamente sobre restauração de um país em 1883, que de certa maneira se torna o embrião das *Cartas Patrimoniais* que iriam se disseminar ao longo do XIX e XX como recomendações aceitas internacionalmente na área de preservação.

Ainda assim, a atuação de Boito fica marcada pela atualização de *critérios* baseada em uma profunda crítica ao seu próprio trabalho no final de sua carreira. Enquanto Winckelmann pregava a diferenciação dos materiais novos utilizados em intervenções com o intuito de não alterar o “modelo”, Boito sugere que essa seja pelo respeito à história do monumento. Boito também foi o primeiro teórico a propor uma hierarquia para diferenciar níveis de intervenção segundo o estado físico, a antiguidade e o estilo dos monumentos.

¹³ BOITO, Camillo. Os Restauradores. Tradução Paulo M. Kühl e Beatriz M. Kühl; Apresentação: Beatriz M. Kühl; São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

Um pouco longe da prática, mas muito à frente nas questões conceituais que a determina – ou irá determinar – Alois Riegl¹⁴ (1858-1905), historiador, jurista e filósofo, apresenta uma avaliação objetiva a respeito dos valores de preservação, que irá se disseminar a partir da virada do século XVIII para o XIX na Alemanha. Em “O Culto Moderno aos Monumentos”, publicado em 1903 e de grande repercussão em toda Europa, o pensamento de Riegl interliga conceitualmente outros teóricos diretamente envolvidos com a preservação como Quatremère de Quincy (1755-1849) e Camillo Sitte (1843-1903) que adotam posturas preservacionistas, mas criticando a veneração ao antigo, balizando a postura que se tem hoje a respeito de patrimônio cultural.

Diferentemente de até então, a obra de Riegl se concentra numa dupla abordagem, histórica e interpretativa. É o primeiro historiador que apreende a conservação de monumentos a partir de uma teoria de *valores*. Para tanto, estabelece duas categorias de análise do monumento histórico, uma ligada ao passado que chamou de *rememoração*, e uma de *contemporaneidade* ligada ao presente, onde os valores assinalados por ele – cognitivo, econômico, artístico – são divididos conforme suas características.

Não obstante Riegl admita que a utilização prática do monumento – valor de uso – transcenda seu valor artístico, também afirma que as exigências simultâneas e contraditórias de valores acumulados ao longo do tempo podem ser negociáveis em favor da preservação, dependendo do estado do monumento e do contexto social e cultural em que está inserido.

De volta à Itália nas primeiras décadas do século XX, Gustavo Giovannoni (1873-1947) elabora uma revisão das recomendações anteriores e inicia, em 1932, com sua *Carta del Restauro Italiana*, uma corrente de prática que fica conhecida como “restauro científico”.

Sua teoria se funda nas principais questões de preservação levantadas com os encontros internacionais – inaugurados concomitantemente à Exposição Universal de Paris em 1889, até a primeira Carta de Atenas em 1931 – e se utiliza da urgência de reconstrução rápida que os países mutilados pela guerra necessitavam para justificar seus métodos de intervenção.

¹⁴ RIEGL, Alois. El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen. Madrid, Visor, 1987.

Criticado pela abordagem positivista e racionalista de seu pensamento, Giovannoni tem a virtude de pregar o valor documental do monumento sobre seu valor formal, e pela primeira vez elabora uma classificação que relaciona a origem e o estado dos monumentos com o caráter da intervenção.

Durante o segundo pós-guerra, com a necessidade de reconstrução maciça de grandes áreas em toda a Europa, evidenciada a ausência de critérios satisfatórios tanto das teorias quanto dos métodos de intervenção até ali empregados, surge o “restauro crítico”. Embora tenha tido contribuições de renomados personagens contemporâneos, destacam-se como fundadores Giulio Carlo Argan (1909-1992) e Cesare Brandi (1906-1988). Este último principal responsável pela teoria moderna da restauração que vai culminar com a Carta de Veneza em 1964, importante referência teórica e base para o pensamento contemporâneo sobre preservação.

Brandi¹⁵ formula uma teoria de restauração a partir de uma visão fenomenológica da obra de arte. Conta com sua volumosa experiência prática para desenvolver critérios de reconhecimento metodológico e intervenção que pudessem ser aplicados – de forma geral – a todos as classes de obras de arte, de edifícios históricos à partituras musicais. Desta maneira, Brandi formula pressupostos que compõe a base atual para procedimentos relacionados ao patrimônio cultural. Contudo, foi devido a sua aplicação no reconhecimento da obra de arte e restabelecendo seu valor estético sobre todos os outros, que reside a herança de sua obra.

No Brasil, segundo Azevedo¹⁶, a prática do restauro seria “recriada” – por questões de isolamento informacional – a partir da década de 40, com o papel fundamental do órgão federal de preservação então recentemente criado, o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O órgão teve sua origem num meio muito prolixo de mudanças políticas, econômicas e principalmente culturais na década de 30. Nesse contexto, muitos dos idealizadores da célebre Semana de Arte Moderna acabam por interferir significativamente na formulação do pensamento sobre o patrimônio cultural

¹⁵ BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Tradução: Beatriz M. Kühli; Apresentação: Giovanni Carbonara; São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

¹⁶ AZEVEDO, Paulo Ormino de. A Restauração Arquitetônica Entre o Passado e o Presente. Revista Rua, Salvador, v. 8, p. 18-23, 2003.

brasileiro, resultando na criação do SPHAN e da primeira lei¹⁷ de proteção do patrimônio no país em 1937.

Somente com a criação efetiva do órgão – que sofre mudanças sucessivas de nomes até chegar ao atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – que se desenvolve uma consciência e uma atuação prática em torno do patrimônio cultural brasileiro, onde se destacam nomes importantes da política, da história e da cultura do Brasil como Lúcio Costa, Luis Saia, Aloísio Magalhães e Sílvio Vasconcelos, além de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema e até mesmo o ex-presidente Getúlio Vargas, sob cujo mandato se desencadeia a base de toda ação.

Fonseca¹⁸ conta que ao longo de mais de 60 anos de atuação, o IPHAN vem trabalhando na área de preservação do patrimônio com diferentes experiências em relação aos bens selecionados, e analisa a trajetória da política federal de preservação no Brasil com especial atenção ao campo de inventariação e proteção de acervos em momentos conceituais distintos de atuação do organismo oficial responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional.

A autora classifica essa atuação em *momento fundador*, compreendendo as décadas de 30-40, e o *momento renovador*, nos anos 70-80. Ela explica que num primeiro momento a definição do patrimônio nacional estava totalmente voltada para os remanescentes do período colonial, e que somente a partir da década de 70 se inicia uma ampliação teórico-conceitual, e legal¹⁹ inclusive, relativa ao patrimônio, quando se começa a abarcar a contribuição dos imigrantes para a construção e a identidade nacionais, por exemplo – ponto de partida desta pesquisa:

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

¹⁷ BRASIL. Decreto-lei nº25 de 1937.

¹⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

¹⁹ Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nesta seqüência cronológica ainda se pode somar a recente inclusão das categorias de *patrimônio imaterial* e de *paisagem natural* que chegam com o propósito de abarcar a imensa diversidade cultural do país a partir da ampliação do conceito de cultura e, conseqüentemente do entendimento de patrimônio.

A evolução do conceito de patrimônio deixa clara a questão de que não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo; há um grande conteúdo patrimonial nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo.

Atualmente, essa ampliação manifesta-se de forma inclusive semântica, pelo emprego do termo *patrimônio cultural* ao invés de *patrimônio histórico*, adotado pelo sentido amplo que deseja ser caracterizado.

Tais valores, porém, somente podem ser percebidos e preservados se entendida a importância dos próprios atores no papel de construção e manutenção deste patrimônio e suas representações/ associações materiais – outra aspiração fundamental desta pesquisa.

As Cartas Internacionais de Preservação

Conforme visto anteriormente, o século XIX suscita a criação de especialidades com foco na preservação de monumentos históricos que resultaram em algumas correntes de pensamento e atuação diferentes, às vezes até contraditórias entre si. O confronto destas ideologias de intervenção culmina em grandes debates internacionais que buscam o aprofundamento e a unificação dos métodos de intervenção.

Na Itália, em consonância com esse ambiente de amadurecimento da questão, foi realizado em Roma o *IV Congresso Degli Ingegneri e Architetti Italiani Del 1883*, com a participação do já citado Camillo Boito. O documento resultante deste encontro é considerado a primeira carta de restauração do país, e acaba promovendo o debate do tema em nível internacional.

O primeiro deles ocorreu na França, em 1889, paralelamente à Exposição Universal de Paris. O *Congresso Internacional sobre a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos*, foi um importante meio de intercâmbio de dados sobre a evolução dos métodos de salvaguarda do patrimônio histórico nos vários países e principalmente nos aspectos concernentes à legislação. Foi o embrião das reuniões subseqüentes que resultariam em recomendações internacionalmente aceitas, conhecidas como *Cartas Patrimoniais*.

Esse Congresso teve a virtude, já nessa época, de recomendar que no futuro, todas as vezes em que se interviesse em uma obra de arte, seja de arquitetura, seja de escultura, seja de pintura, o autor da restauração deveria ser assistido de uma comissão multidisciplinar (arqueólogos, pintores, escultores e arquitetos), e deveria elaborar um duplo memorial relatando, pormenorizadamente, o estado dessa obra antes e depois da restauração. Outro importante resultado desse Congresso foi a discussão sobre a preservação da ambiência dos monumentos públicos, além das propostas para a proteção dos monumentos históricos em tempos de guerra e a não destruição das edificações “temporárias” das exposições universais.

Embora com relativo sucesso, o Congresso em Paris demora em surtir o efeito esperado e somente após a década de 30 as reuniões internacionais sobre o tema se tornam sistemáticas.

A primeira desta série destacada foi a que resultou na *Carta de Restauração de Atenas* de 1931. Essa Carta abrange vários aspectos específicos da matéria restauração de um ponto de vista crítico, demonstrando a maturidade que a questão assume a partir deste momento. Por exemplo, já nos princípios gerais a Carta²⁰:

- Abandona reconstituição integral;
- Recomenda conservação como princípio básico;
- Recomenda restauração em casos indispensáveis (deterioração ou destruição);
- Recomenda utilização dos Monumentos para finalidades que respeitem o caráter histórico/ artístico.

Em relação à legislação, a Carta entende o direito da coletividade em relação à propriedade privada e investe a autoridade pública de poder para conservação em caso de urgência. Também é bastante lúcida a preocupação já nesta Carta com a valorização dos monumentos; as recomendações embora ainda não utilizem a denominação atual, são o germe de tópicos desenvolvidos mais tarde como entorno:

²⁰ CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rev. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

“respeito ao caráter e fisionomia das cidades”; ou apreensão e controle visual: “preservação das perspectivas” e “supressão de publicidade”; e até de paisagem: “preservação de plantações”.

Além destas, outras recomendações importantes para o desenvolvimento dos meios e técnicas foram publicadas, por exemplo, as que aprovam o emprego de materiais e técnicas modernas para restauração.

No entanto, os itens que recomendam cooperação internacional, a documentação acompanhada dos processos de restauração e o incentivo às pesquisas na área assim como à educação no processo de preservação se destacam e são posteriormente ratificadas em outras cartas.

Outra importante reunião internacional com grande repercussão ocorre também em Atenas dois anos mais tarde e resulta na famosa *Carta de Atenas* de 1933, resultado do CIAM. Embora não tenha sido elaborada em função do tema preservação, o texto ressalta a “importância” da preservação e recomenda também estratégias de atuação sobre monumentos e centros antigos.

Se por um lado o texto seduz pelo tom emotivo com que trata as obras do passado, por outro, se vale de um discurso progressista para criticar subjetivamente a postura preservacionista da época, tentando justificar o apelo ao moderno sob qualquer preço— vale lembrar a influência de Le Corbusier na elaboração do texto — conforme é possível notar nos tópicos transcritos a seguir²¹:

65- *Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)...*

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.

66- *Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral...*

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem

²¹ CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rev. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico.

67- Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres...

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode às vezes ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e à saúde moral do indivíduo.

68- Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até então imutáveis.

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela demolição. Mas, quando esta medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Ao invés de suprimir o obstáculo à circulação desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem impor-se-lhe-á uma passagem sob um túnel. Enfim, pode-se também deslocar um centro de atividade intensa e, transplantando-o para outra parte, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada. A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para chegar a desfazer os nós que parecem mais inextrincáveis.

69- A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes.

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

Contudo, a Carta de Atenas de 1933 tem a virtude de incentivar decisivamente uma postura em relação às novas inserções arquitetônicas em consonância com os grupos preocupados com a preservação ao rechaçar imitações estilísticas²²:

70- O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.

Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.

Embora discutível no que tange à preservação de monumentos, a *Carta de Atenas* de 1933 deve ser entendida em seu contexto, e demonstra outras pretensões – também legítimas – de um grupo que desejava se afirmar pela atualidade de pensamentos e ações. Contudo, ela merece ser estudada – e especialmente relativa à essa pesquisa – porque mantém reflexos nos debates atuais sobre preservação, servindo de questionamento à trajetória preservacionista, ora expondo seus equívocos, ora demonstrando seus acertos; é uma oportunidade de justificar os argumentos que originaram a pesquisa avaliando-os historicamente.

Neste momento o debate preservacionista ganha de vez âmbito internacional, do qual decorre uma série de outras Cartas, seja atualizando métodos, seja introduzindo novos conceitos e novas abordagens em relação aos diversos tipos de patrimônio.

A *Recomendação de Nova Delhi* de 1956, por exemplo, vem inferir especificamente sobre pesquisas e escavações arqueológicas, tendo em vista regular e fiscalizar os estudos relacionados sobre as cada vez mais freqüentes descobertas. Entre seus objetivos estão a regulação de saídas de objetos

²² CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rev. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

arqueológicos dos países de origem, a cooperação internacional para desenvolvimento de pesquisas e a ênfase na educação e divulgação da disciplina.

Decorrente de outra reunião na França, as *Recomendações de Paris* de 1962 têm como foco principal a proteção das paisagens não somente naturais, englobando também as urbanas e rurais, conforme seu próprio texto²³:

Define como salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens a preservação e restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresente um interesse cultural ou estético ou que constituam meios naturais característicos.

Tal carta internacional introduz – embora ainda sem a denominação atual – os conceitos que irão nortear a preservação de paisagens culturais, entendendo a interação harmônica entre homem e natureza também como um patrimônio a ser preservado.

Neste cenário de debates sobre preservação, uma carta em especial se destaca. A *Carta de Veneza de 1964*, ou carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, é elaborada durante o II Congresso Internacional de Arquitetos dos Monumentos Históricos, e tem o papel de estabelecer e redefinir conceitos e de unificar a linguagem e os métodos de intervenção, servindo de base fundamental para todas as ações que a sucedem.

Um breve acompanhamento cronológico das Cartas Patrimoniais mostra tanto o desenvolvimento teórico que a matéria assume com o passar do tempo, introduzindo novos conceitos e aperfeiçoando técnicas, quanto político, no sentido do aumento do número de países envolvidos e do comprometimento textual que assumem.

Um exemplo disso é o resultado da reunião do Equador em 1967. As *Normas de Quito* discutem a conservação e a utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico inserindo na discussão a questão do turismo e recomendando o uso compatível deste patrimônio em prol de sua conservação – ponto este que o trabalho se preocupa fundamentalmente.

No Brasil, a primeira reunião para tratar especificamente de patrimônio, embora de âmbito nacional porque decorreu do 1º Encontro de Governadores de

²³ CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rev. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Estado resultou no *Compromisso de Brasília* em 1970. Este Compromisso reconhece a necessidade de ação supletiva dos estados e municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional, assim como estimula a criação de mão-de-obra especializada de diferentes especialidades e inclui nos currículos escolares, de nível fundamental, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular.

Transcreve-se a seguir a íntegra do anexo deste documento, ressaltando os pontos em que a preocupação do autor coincide com a desta pesquisa:

O problema da recuperação e restauração de monumentos, trate-se de uma casa seiscentista como estas de São Paulo, ou das ruínas desta igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul, é extremamente complexo.

Primeiro, porque depende de técnicos qualificados cuja formação é demorada e difícil, pois requer, além do tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento.

Segundo, porque implica em providências igualmente demoradas, como o **inventário histórico-artístico do que exista na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário**, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o **estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas in loco**, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, **a manutenção e o destino do bem recuperado**.

Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - obra da vida de Rodrigo M.F. de Andrade - tem procedido ao restauro de monumentos - talha, pintura, arquitetura - em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos - e seremos²⁴. (grifo nosso)

Novamente alvo de recomendações, a função contemporânea dos conjuntos históricos volta a ser discutida em 1976 nas *Recomendações de Nairóbi*, reavaliando a destinação dos monumentos históricos e sua gestão em compatibilidade com a função social do patrimônio.

²⁴ Lúcio Costa. Anexo do documento oficial Compromisso de Brasília, 1970.

Já na década de 80, outro importante documento foi elaborado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS. A *Carta de Burra* tem por objetivo unificar nomenclaturas e procedimentos metodológicos denunciando a evolução do pensamento e da prática que a disciplina assume contemporaneamente.

Há ainda cartas que tratam de matérias muito específicas como a *Carta de Florença* de 1981, que trata de jardins históricos ou a *Carta de Sofia* de 1996, por exemplo, que delibera sobre a proteção e a gestão do patrimônio subaquático,

Mais modernamente, a *Carta de Mar del Plata* de 1997 é a mais completa a assumir textualmente a importância e os meios de gerir o patrimônio intangível, ratificada atualmente por outras e até uma nacional específica.

A seguir apresenta-se um quadro cronológico comparativo com as principais Cartas/ Recomendações e seus respectivos temas principais. Por ela também se pode inferir que a evolução do pensamento em torno da questão patrimônio cultural deixa gradualmente de ser uma questão estritamente prática para abarcar questões mais críticas e filosóficas a respeito de sua definição e gestão.

PLANILHA COMPARATIVA DAS CARTAS PATRIMONIAIS E PRINCIPAIS TEMAS

PRINCIPAIS CARTAS	ANO	CONCEITOS CONSERVAÇÃO	PROTEÇÃO DE ENTORNO E NOVAS INSERÇÕES	VALOR ECONÓMICO e TURISMO	MUSEUS BENS MÓVEIS	ARQUEOLOGIA	PATRIMÓNIO MUNDIAL NATURAL	JARDINS HISTÓRICOS	PLANEJAMENTO E POLÍTICAS CULTURAIS	CIDADES E SÍTIOS HISTÓRICOS	MEIO AMBIENTE	AUTENTICIDADE	PAISAGEM	DIMENSÃO SOCIAL DO PATRIMÓNIO	PATRIMÓNIO IMATERIAL
Carta de Atenas	1931	■													
Recom. de Nova Delhi	1956					■									
Recomendação de Paris	1962		■												
Carta de Veneza	1964	■													
Recomendação de Paris	1964				■										
Normas de Quito	1967			■											
Compromisso de Brasília	1970							■							
Compromisso de Salvador	1971							■							
Carta do Restauro	1972	■													
Declaração de Estocolmo	1972										■				

PRINCIPAIS CARTAS (CONTINUAÇÃO)	ANO	CONCEITOS CONSERVAÇÃO	PROTEÇÃO DE ENTORNO E NOVAS INSERÇÕES	VALOR ECONÓMICO e TURISMO	MUSEUS BENS MÓVEIS	ARQUEOLOGIA	PATRIMÓNIO MUNDIAL NATURAL	JARDINS HISTÓRICOS	PLANEJAMENTO E POLÍTICAS CULTURAIS	CIDADES E SÍTIOS HISTÓRICOS	MEIO AMBIENTE	AUTENTICIDADE	PAISAGEM	DIMENSÃO SOCIAL DO PATRIMÓNIO	PATRIMÓNIO IMATERIAL
Recomendação de Paris	1972						■								
Recomendação de Budapest	1972		■												
Resolução de São Domingos	1974	■													
Declaração de Amsterdã	1975								■						
Manifesto de Amsterdã	1975								■						
Carta de Turismo Cultural	1976			■											
Recomendação de Nairóbi	1976									■					
Carta de Machu Picchu	1977								■						
Carta de Burra	1980	■													
Carta de Florença	1981							■							
Declaração de Nairóbi	1982									■					
Declaração Tlaxcala	1982									■					
Declaração do México	1982								■						
Carta de Washington	1986									■					
Carta de Washington	1987									■					
Declaração de São Paulo	1989	■													
Recomendação Paris 1989	1989														■
Carta de Lausanne	1990					■									
Carta do Rio	1992										■				
Conferência de Nara	1994											■			
Carta Brasília	1995											■			
Recomendação Europa	1995												■		
Declaração de Sofia	1996													■	
Carta de Fortaleza	1997														■
Carta de Mar del Plata	1997														■
Recomendação Paris	2003														■

APÊNDICE

B

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO

Movimentos Migratórios e Políticas Nacionais de Imigração

A história do imigrante talvez seja um dos melhores relatos do choque entre o público e o privado, sobretudo se voltarmos nosso foco para os grandes movimentos populacionais ocorridos entre 1830 e 1930, que caracterizaram a Europa expulsora, de um lado, e a América ávida por povoadores, de outro.

Alvim²⁵ inicia seu texto sobre imigração no Brasil com a passagem acima, que, além de sintetizar o que se costuma chamar simplesmente de “imigração”, chama atenção para a dificuldade implícita neste processo; o choque de culturas, a esperança depositada na nova terra de um lado e a dura realidade de construir um sonho do nada de outro.

De maneira geral, pode-se dizer que estes fluxos imigratórios, de origem principalmente europeia e asiática, iniciam nos primeiros anos do XIX, aumentam consideravelmente após 1850, e perduram ininterruptamente, com maior ou menor intensidade, até a eclosão da segunda Guerra Mundial, em meados do século XX.

O Contexto Europeu: A Expulsão

As profundas alterações no sistema de produção iniciadas na Europa no final do século XVIII ocasionaram terreno propício para este êxodo maciço para longe de suas fronteiras. Segundo Alvim²⁶, a passagem do sistema de produção feudal para o de produção capitalista decorre dos mesmos fatores, variando somente o período em que ocorrem nos diversos países em processo de industrialização:

Os pilares dessa passagem foram: concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimo e conseqüente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e, por fim, a transformação deste em mão-de-obra para a indústria nascente.

Isto, somado ao fato de que a Europa incrivelmente multiplica sua população duas vezes e meia durante o século XIX e aos avanços propiciados pelas máquinas a vapor, resulta num desmedido exército de camponeses, subitamente desalojados

²⁵ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da Vida Privada no Brasil; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁶ Idem.

de suas terras e de suas atividades tradicionais, a mercê do processo industrial e as precárias condições de trabalho, saúde, moradia e higiene imposto pelo novo modo de vida.

A mão-de-obra excedente liberada neste processo, impossível de ser absorvida inclusive por países de industrialização tardia, como Alemanha e Itália por exemplo, começa a constituir ameaça popular iminente, tal o estado de miséria e fome encontrado, sem exceção, nas áreas urbanas dos países agora industrializados, que não resta alternativa se não a de migrar. Tal opção vinha ao encontro da necessidade, por uma série de motivos, dos novos países de atrair imigrantes para suas terras.

Além das condições desfavoráveis da terra natal, e, por outro lado, a esperança e a propaganda da nova terra, quase sempre decorrentes uma de outra, outros fatores também influenciaram a saída e o destino dos migrantes.

Nem sempre essa migração, porém, se dava de forma voluntária. Muitos deixaram sua terra natal por perseguições políticas e religiosas. Muitos condenados foram levados compulsoriamente para as novas colônias, veja-se o caso da Inglaterra e Austrália, ou mesmo o caso dos presos políticos russos, exilados na Sibéria, ou ainda o tráfico de escravos negros que, mesmo proibido por acordos internacionais, subsistiu praticamente até meados do século XIX.

Mas muitas colônias de produção foram formadas por hordas de imigrantes europeus principalmente na América do Norte, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, com o principal intuito de abastecer seus países de origem.

Estima-se que mais de 50 milhões de europeus tenham deixado o continente entre 1830 e 1930, em direção à América. Para se ter uma idéia da amplitude deste fenômeno, esse número equivale à população total da Itália hoje, por exemplo. Conforme Alvim²⁷:

(...) 11 milhões, ou seja, 22% do total, foram para a América Latina, dos quais 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% da França e da Alemanha. Desses 11 milhões que foram para a América Latina, 46% foram para a Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile.

²⁷ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da Vida Privada no Brasil; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A oferta quase infinita de terras baratas, ou até gratuitas para quem as cultivasse, boas perspectivas de emprego na mineração e na indústria, quase sempre aliados à uma forte promoção dos países receptores pelo governo e empresas de imigração, recriavam nos novos países a terra prometida.

Klein²⁸ apresenta um panorama dos principais movimentos migratórios em direção à América. No trecho abaixo transcrito fica ressaltada a importância deste fenômeno no Brasil, já período compreendido entre os últimos anos do século XVIII e 1880, antes mesmo do que o autor entende por “As Grandes Migrações”, onde o fluxo para fora da Europa sofre um incremento significativo com o especial contexto político-econômico pelo qual passam os países receptores, com os EUA e o Canadá liderando o número de chegadas:

A nação receptora mais significativa a seguir era o Brasil. Da mesma forma que o Canadá, o Brasil, antes de 1880, absorveu uma migração bastante importante de colonos agrícolas oriundos da Alemanha e do norte da Itália. Quase todos evitaram as regiões de trabalho escravo e se instalaram em regiões de clima temperado, ao sul de São Paulo. Por volta de 1880, cerca de 445 mil desses europeus haviam se instalado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, representando uma parte relativamente significativa dos 3,7 milhões de brancos registrados em 1872. Considerando os 4,2 milhões de negros livres e os 1,5 milhões de escravos também registrados, esse quase meio milhão de imigrantes europeus e seus filhos ainda representavam uma parcela relativamente pequena da população total do país – provavelmente menos de 6%, mesmo que se incluam entre eles os africanos e os imigrantes de segunda geração.

O período que se segue à 1880 é considerado um ponto de inflexão importante para as migrações da Europa. A partir desta data o maior contingente de imigrantes parte do sul e do leste do continente, diferentemente do que ocorria até então, onde o maciço de imigrantes partia do norte.

Conforme Klein²⁹, as principais razões se devem à tardia transição demográfica pela qual passam os países da Europa oriental e meridional. Com o inchamento da população e a pressão sobre a terra os governos inclinam-se a

²⁸ KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. Em: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000. p.22.

²⁹ KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. Em: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 24 et seq.

permitir e até estimular a emigração. Foi deste contexto que partiram a maioria dos italianos que vieram para no Brasil, por exemplo.

Se, no princípio, o ideal dessas populações era acumular dinheiro para retornar com melhores condições à terra natal, coisa que apenas uma parcela de imigrantes pôde concretizar, para muitos que aqui ficaram a solução e as prioridades foram, aos poucos, se moldando ao novo lugar.

Os últimos anos do XIX e, principalmente, as duas primeiras décadas do XX marcam o auge da migração para as Américas. Neste período, cerca de 31 milhões de europeus aportam no continente americano. Os EUA continuam sendo o país que mais recebe, absorvendo aproximadamente 70% de todo contingente, vindo a Argentina em seguida. Mesmo sendo o terceiro colocado em chegadas, o Brasil recebe a significativa quantia de quase 3 milhões de imigrantes durante este período.

Este fluxo é interrompido bruscamente por volta de 1914, com o início da Primeira Grande Guerra, marcando decisivamente a concorrência de pessoas para a América; tem, como o próprio nome, alcance mundial também nos movimentos migratórios tanto nos países de saída quanto nos de chegada.

Mesmo com uma breve recuperação na década de vinte, o afluxo de pessoas não se aproxima dos índices anteriores à Guerra, e agrava-se definitivamente com a crise de 29 que atinge em cheio o maior receptor de imigrantes; os EUA, agora, limitam rigidamente a entrada de estrangeiros.

Ao mesmo tempo, o cenário que havia estimulado a imigração na Europa inverte-se: as taxas de natalidade decaem e os mercados locais começam a expandir-se quando a industrialização alcança os países do sul e do leste europeu.

O somatório destes fatores, afirma Klein³⁰, se põe fim ao mais amplo processo migratório da era moderna:

No curso da crise mundial da década de 30 a migração internacional foi pequena, e a Segunda Guerra Mundial isolou de fato, mais uma vez, a América da Europa. Entre 1929 e 1945, a imigração atingiu seus níveis mais baixos desde o início da migração maciça.

O Contexto Brasileiro: A Recepção

³⁰ Ibid. p. 26.

Os esforços de atração de imigrantes para o Brasil provêm essencialmente de duas direções, que se intercalarão a partir do início do XIX, estendendo-se praticamente até os anos 80. De um lado a estratégia governamental de povoar a parte meridional do país, aplacando a cobiça dos vizinhos platinos pela região, e de outro a força dos grandes proprietários de terras em manter uma política agrária baseada na agricultura de exportação.

Embora tenham como alvo o imigrante pobre, o camponês sem terras e sem perspectivas em sua terra natal, estas duas posturas resultarão em diferentes formas de ocupação – ou não ocupação – do território. No primeiro caso, os imigrantes têm acesso facilitado à terra, tornam-se pequenos proprietários objetivando a ocupação e o desenvolvimento de onde são assentados; no segundo, o intuito é substituir a mão-de-obra escrava – em franco declínio – das grandes monoculturas, por outra que fosse igualmente barata, impedindo que tais imigrantes se tornassem proprietários.

Além destes fatores, um particular contexto político suscitado pela recém chegada corte portuguesa ao país, a desvelada busca pelo “embranquecimento” da raça que se sucedeu, e, pouco mais tarde, com a especial ajuda do café e das companhias de imigração, propicia-se a vinda de imigrantes num processo que durou mais de cem anos e trouxe milhões de pessoas de várias partes do mundo para o Brasil, influenciando permanentemente suas feições.

Políticas de Imigração

Com a transferência da família real ao Brasil, em 1808, inicia-se uma fase oportuna para chegada de estrangeiros de outras nacionalidades além da portuguesa. As políticas internacionais a que o Brasil estava sujeito, especialmente pelos acordos comerciais com a Inglaterra, somada às transformações culturais propiciadas pela presença maciça da corte, alojada agora no Rio de Janeiro, definem uma nova postura em relação ao desenvolvimento da “Colônia”.

A partir da *abertura dos portos às nações amigas*, o país passa, subitamente, a receber influências externas de todos os tipos, sendo possibilitado o acesso à imprensa, estimulado o comércio de fora da metrópole e, passando, particularmente, pela legalização da imigração até então proibida para não-portugueses.

Antes mesmo da independência, o Brasil já apresentava políticas voltadas para a colonização de terras públicas para estrangeiros por meio de decreto³¹, transcrito abaixo integralmente:

Decreto – de 25 de Novembro de 1808

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil.

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem publico, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que os estrangeiros residentes no Brazil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma fôrma, com que segundo as minhas reaes ordens se concedem aos meus vassalos, sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Nesta mesma linha, outras Cartas Régias e Decretos foram emitidos visando a ocupação de fato das terras da colônia, desenvolvendo agricultura e indústria, sempre com vistas a “civilizar” o país valendo-se de imigrantes “brancos”.

As primeiras experiências neste sentido se deram com imigrantes de origem germânica, com tentativas de criação de colônias na Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e no sul do país, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mesmo apresentando um sucesso bem abaixo do esperado, tais ensaios foram significativos e fundamentais para a continuação da experiência após o período das Regências, onde disputas internas e a falta de organização política quase inviabilizaram o projeto.

No entanto, graças à aprovação da *Lei de Terras*³² em 1850, que definiu regras para aquisição de terras devolutas acenando favoravelmente à introdução de estrangeiros para que se tornassem proprietários em determinadas partes do país o plano de colonização prosseguiu.

Paralelamente, a prosperidade gerada pelo café – e muito condicionado por ela, fez surgir um momento especialmente propício à imigração. A substituição da mão-de-obra escrava se deu gradualmente pela chegada ininterrupta de imigrantes

³¹ Decreto de 25 de Novembro de 1808, acessado a 13 de setembro de 2008 em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_42.pdf

³² Brasil, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, acessado a 16 de setembro de 2008 em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>

de diversas partes do mundo nos cinquenta anos seguintes, conferindo um considerável crescimento populacional ao país, mas ainda não suficiente para alterar substancialmente as relações sociais e econômicas baseadas nos latifúndios monocultores e com maioria de trabalho ainda escravo.

De fato, a convivência entre o trabalho escravo e livre, de maioria imigrante, passou a ser mais um empecilho na arregimentação de mão-de-obra estrangeira. Se no início de todo este processo a nova terra era imaginada como paraíso, em função das projeções exageradas ou fantasiosas, agora a esperança era substituída por uma incerteza que beirava o medo, só vencida muitas vezes pela insistência das companhias de imigração a serviço dos grandes produtores de café mais que do próprio governo.

Tais fatores influenciaram negativamente as políticas imigrantistas de ocupar o território brasileiro. Por parte do próprio governo, apesar da boa vontade política, a escassez de verbas para as viagens, inclusive internas, falta de funcionários aptos para administrar os núcleos, a demora na demarcação dos lotes e preparação de estradas e infra-estrutura inicial acabaram por decretar o fracasso de muitas colônias.

Os grandes proprietários, por outro lado, preocupados muito mais em agregar mão-de-obra, que escasseava após a proibição do tráfico negreiro em 1850, do que na introdução de pequenos proprietários, além de mais fortes economicamente, acabam por intervir decisivamente nas políticas de imigração e no acesso efetivo à terra, enfatizando a perpetuação do modo produtivo.

Alvim³³ apresenta um quadro estatístico com a quantidade de entradas de “Imigrantes Europeus e Asiáticos que Entraram no Brasil no Período de 1819 a 1939”³⁴.

Nacionalidade	1919 – 1883	1884 – 1940	Totais
Alemães	62327	170645	232972
Austríacos	8404	85790	

³³ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da Vida Privada no Brasil; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴ Fonte: Brasil. Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Fundação IBGE; Séries estatísticas retrospectivas. Repertório Estatístico do Brasil, *Separata do Anuário Estatístico do Brasil. Ano V – 1939/1940*, 1986; V.I. J. S. WITTER et alii, Inmigración y estadísticas em el Cono Sur de América; A.H. NEIVA e J.F. CARNEIRO, O problema imigratório brasileiro; M.S.F. LEVY, “Opapel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872/1972)”, *Revista de Saúde Publica*, São Paulo, 1974, n.8, sup., pp. 49-90.

Franceses	8008	32373	
Espanhóis	15337	581718	597055
Ingleses	6678	23745	40381
Italianos	96018	1412263	1508281
logoslavos		22838	22838
Japoneses		185799	185799
Poloneses		47765	47765
Portugueses	223626	1204394	1428020
Russos	8835	108121	116956
Sírios		20507	20507
Suíços	7289	10270	17599
Turcos		78455	
Outros			
Subtotal	436522	3984683	4421205
Outros	110128	174034	284162
Total Geral	546650	4158717	14705367

Uma boa aproximação das dificuldades encontradas para o efetivo sucesso das novas colônias pode ser observada em números por Alencastro e Renaux³⁵:

Em 1867, as terras públicas disponíveis para a colonização em apenas sete províncias do Império mediam nada menos do que 503.965 hectares, enquanto em 1861 existiam 33 colônias habitadas por 33.970 estrangeiros; 14 anos depois o número das colônias crescera para 89, das quais 66 no sul (de São Paulo ao Rio Grande do Sul), mas, comprovando as dificuldades encontradas por essa política, eram pouco mais da metade das que foram criadas.

O ambiente desfavorável agravado pela conturbada transição política que culmina com a república, entretanto, não é suficiente para diminuir o fluxo de imigrantes para o Brasil, que continua ininterrupto e crescente até a deflagração da Primeira Guerra Mundial quando, acompanhando o panorama internacional, diminui consideravelmente. A seqüência que se segue com a Crise de 29, seguida da Segunda Grande Guerra encerra definitivamente o ciclo de imigração maciça para o Brasil, não sem antes deixar sua incomensurável contribuição para a formação do país.

³⁵ ALENCASTRO, Felipe de, e RENAUX, Maria L. Caras e Modos dos migrantes e Imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da Vida Privada no Brasil; 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Os alemães no Brasil e a Formação dos Estados do Sul

Conforme visto anteriormente, a mudança da corte portuguesa e a conseqüente abertura dos portos no princípio do século XIX propicia uma inédita interação do Brasil com o resto do mundo, principalmente com os países europeus que mantinham relações comerciais com Portugal.

Os imigrantes alemães participam desde o início deste processo, primeiramente como comerciantes atuando na área de importação e exportação no Rio de Janeiro, e, gradualmente aumentando em número e importância, sendo pioneiros nas experiências de povoamento em determinadas regiões do país e fundamentais no processo efetivo de colonização almejado pelo governo brasileiro.

As afinidades diplomáticas relacionadas à presença da Imperatriz Leopoldina na corte brasileira, além da influência de indivíduos de ascendência germânica na orientação das políticas de imigração junto ao Governo Imperial, privilegiou a imigração desta região da Europa. A este contexto pode ser somado o projeto, já expresso, de “caldeamento” da raça a partir da vinda de imigrantes brancos para o Brasil.

Inseridos no contexto político brasileiro que propunha povoar e desenvolver os vazios demográficos e as regiões de fronteira, os imigrantes alemães foram prioritariamente requisitados após os tênues sucessos das experiências de ocupação do litoral por açorianos, ainda no XVIII.

Deste modo, o primeiro projeto essencialmente agrícola com a presença de imigrantes alemães, começou a ser desenvolvido no sul da Bahia a partir de 1818, com a fundação da Colônia Leopoldina, sob orientação do naturalista Jorge Guilherme Freyreiss. Outras duas tentativas foram feitas no mesmo estado, em 1821 e 1822. Nenhuma delas, porém, obteve o sucesso esperado e acabaram, em pouco tempo, voltadas ao modo de produção vigente aglutinando terras e utilizando mão-de-obra escrava.

Paralelamente a estas, outra experiência de colonização junto às áreas montanhosas do Rio de Janeiro era iniciada com a fundação de Nova Friburgo, valendo-se primeiramente de imigrantes suíços, logo reforçada por imigrantes alemães a fim de evitar sua extinção.

No entanto, o relativo fracasso de tais experiências leva a historiografia oficial a considerar a fundação da Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul e o ano

de 1824 como marco inaugural da imigração alemã no Brasil. De fato, além do êxito que tal colônia provou com o tempo, contingentes consideráveis de imigrantes alemães chegaram ao sul do país a partir desta data iniciando efetivamente o processo de colonização de terras devolutas.

Seguindo o planejamento do Governo Imperial de assentar imigrantes no sul do país, outras três colônias alemãs foram fundadas antes que o fluxo fosse interrompido pela Revolução Farroupilha; em Santa Catarina as Colônias de São Pedro de Alcântara e Maфра, e no Paraná a de Rio Negro, todas em 1829.

Conforme Seyferth³⁶, embora o número de imigrantes estabelecidos durante esse período não seja muito representativo, a fundação das colônias do sul encerra uma fase significativa do projeto colonizador:

As quatro colônias estabelecidas em 1824 e 1829 nas três províncias do Sul, portanto, são representativas de um sistema de imigração e colonização dirigido e controlado pelo Estado. Com exceção de São Leopoldo, o pequeno número de imigrantes assentados até 1830, e as condições precárias de vida, praticamente inviabilizaram o desenvolvimento das colônias. A primeira fase se encerrou em 1830 diante da falta de recursos do governo imperial e da dificuldade de trazer imigrantes (apesar do empenho e de agenciadores como Schaeffer), situação agravada pela guerra civil (a Revolução Farroupilha) que se prolongaria por quinze anos.

Percebe-se, contudo, que o investimento no sul tinha como objetivo ocupar terras devolutas privilegiando a pequena propriedade familiar, mas que não foi suficiente para atrair um fluxo espontâneo de imigrantes num primeiro momento – estima-se a entrada de mais de cinco mil imigrantes alemães³⁷ entre 1824 e 1830 – dadas as circunstâncias inerentes ao processo.

Diminuídos os empecilhos que culminaram com o fim da primeira fase de imigração, alemã sobretudo, para o país, o projeto é retomado em 1945, com a fundação de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e com renovada ênfase nas colônias do Sul. Novos assentamentos a partir da colônia de São Leopoldo avançam pelo vale do rio dos Sinos e, em Santa Catarina, nos vales dos rios Cubatão e Biguaçu são fundadas três novas colônias.

³⁶ SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. (p. 273 - 313) Em: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

³⁷ Ver Carneiro (1950), Prado (1941), Pellanda (1925) e Roche (1969) Apud Seyferth (2000).

Paralelamente, os debates sobre a “conveniência” da etnia tomavam proporção. Se por um lado havia o interesse de parte da elite em estimular um fluxo migratório alemão e norte-europeu e abrir a discussão sobre a liberdade religiosa e questionar a influência da igreja católica, por outro esse foi mais um empecilho no discurso contrário à vinda de protestantes, “preocupados” com a assimilação destes povos. “Estes dois temas foram constantes no debate sobre o ‘enquistamento’ dos teuto-brasileiros até meados do século XX”³⁸.

Apesar das discussões sobre a política migratória brasileira, e a vinda de imigrantes alemães, novos assentamentos são realizados em São Paulo, a partir de 1847, no Espírito Santo, também em 1847, além de duas tentativas fracassadas em Pernambuco pouco antes, em 1826 e 1828 encerrando outro ciclo antes da Lei de Terras; ainda que os maiores contingentes de alemães tenham vindo após 1850³⁹, constituindo as principais colônias, com exceção de São Leopoldo, eles marcavam presença em seis províncias brasileiras, com experiências relativamente bem-sucedidas.

Após a implementação de uma série de mudanças a fim de atrair maior número de imigrantes em meados do século XIX, com a *Lei de Terras* e a regularização das companhias de imigração, além da proibição do tráfico de escravos, culmina com a vinda, para o Brasil, de um fluxo intenso de imigrantes que se estenderia até as primeiras décadas do século seguinte.

Muitas novas colônias são fundadas a partir da nova conjuntura política. Mesmo com participação menor em relação aos estados do sul, os alemães se fizeram presentes em vários outros como Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Entretanto, o sul do Brasil foi mesmo o destino mais comum para os alemães até antes da Primeira Guerra Mundial, e onde gozaram de melhores resultados.

No Paraná, diferentemente do que no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o maior contingente de imigrantes vem, a partir de 1840, para se estabelecer em Curitiba, conformando uma espécie de “colônia urbana”. Algumas outras colônias importantes surgem dentro ou vinculadas a outros municípios, criadas por alemães de diversas procedências, recebendo imigrantes até as primeiras décadas do século XX.

³⁸ SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 273 – 313.

³⁹ Menos de 5% do total registrado entre 1824 e 1935 segundo Seyferth, 2000. Id. p.278.

Em Santa Catarina, as principais colônias foram fundadas por iniciativa particular. Assim, em 1850 o vale do Itajaí começa a ser ocupado por uma empresa constituída por H. Blumenau e F. Hackradt; pouco depois, mais precisamente em 1851, é fundada a colônia D. Francisca, atual Joinville, sob a iniciativa da Sociedade Hamburguesa de Colonização, em seguida expandindo o número de núcleos coloniais na região. Em 1860 o Governo Provincial assume a administração da colônia Blumenau e funda a colônia de Itajaí, atual Brusque. O vale do Itajaí era exclusivamente ocupado por imigrantes alemães até 1875, quando chegam imigrantes poloneses e italianos à região. Os assentamentos alemães, no entanto, prosseguem por ação da Companhia Hanseática de Colonização que funda a colônia Hansa/ Hammonia, atual Ibirama, em 1897, e tem importante participação na fundação de diversos núcleos coloniais entre Joinville e Blumenau, passando por Jaraguá do Sul e conformando uma área contínua de predominância alemã, destino de imigrantes até a década de 1930.

No Rio Grande do Sul, a fundação das colônias de Santa Cruz (1847), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alverne (1859) ampliam consideravelmente a área ocupada no Rio Grande do Sul. Após esse período, a maioria das iniciativas também parte de companhias particulares, criando dezenas de novos núcleos, conforme afirma Seyferth⁴⁰:

Até o final do Império haviam sido fundadas cerca de 80 colônias alemãs, a maioria delas na bacia do Jacuí e seus tributários Cai, Sinos e Taquari, chegando até a borda da Serra Geral: apenas 13 eram oficiais.

Ao longo do período republicano, até o início da revolução federalista pelo menos, novas colônias oficiais foram fundadas, dentre as quais se destaca Ijuí, em 1891. Retomados os assentamentos, após 1893, novamente entram em cena as companhias de imigração com vigor, criando entre 1890 e 1912 muitas colônias no vale do Jacuí, ou acompanhando a colonização do Planalto e do Alto Uruguai.

⁴⁰ SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. (p. 273 - 313) Em: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

Estima-se⁴¹ que tenham sido fundadas 142 colônias alemãs no Rio Grande do Sul e que tenham entrado aproximadamente 50 mil imigrantes desta etnia nos cem anos seguintes à chegada dos primeiros alemães ao estado.

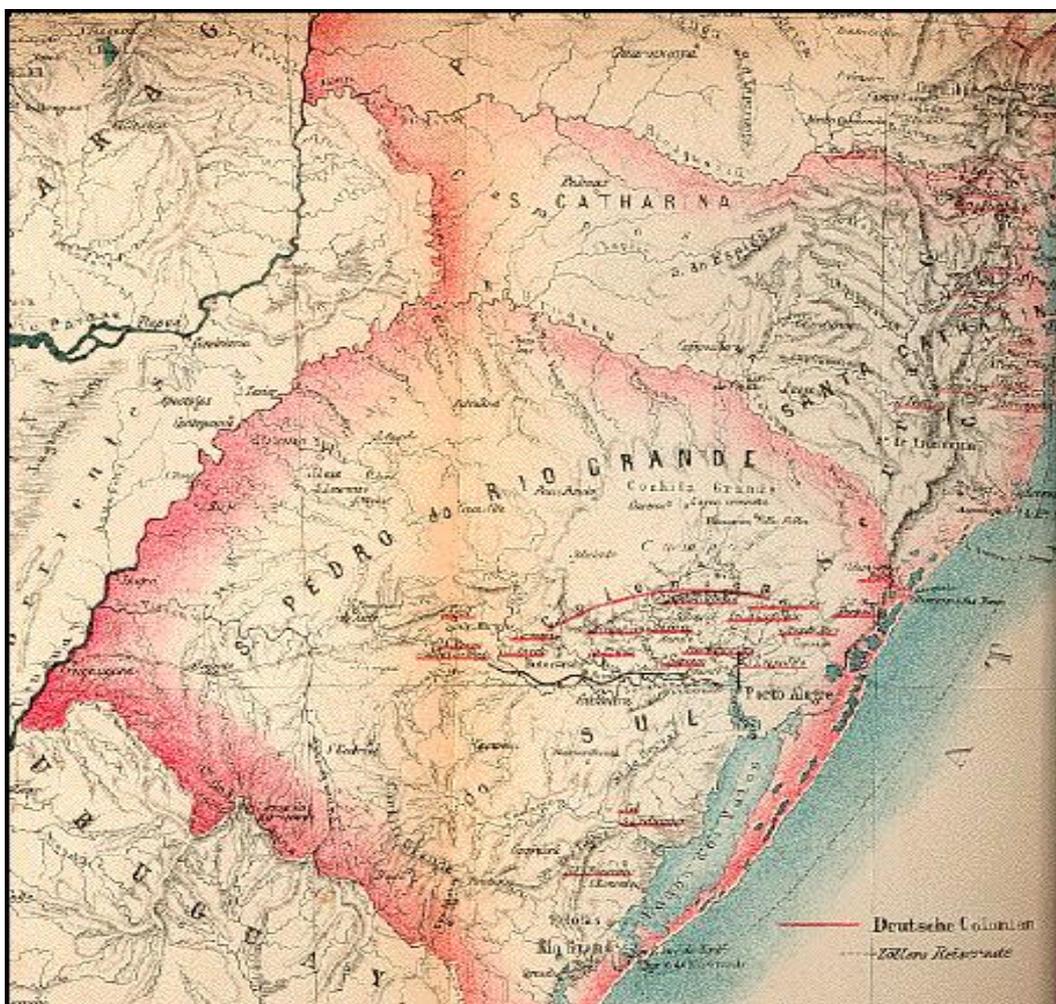


Figura 1 - Die Deutschen im Brasilischen Urwald "Os alemães na floresta brasileira". 1883. Fonte: <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/Corres-Bilder/BildCorres15ZoellerMapa.jpg>

Embora numericamente pouco expressiva, Seyferth⁴² reafirma a importância da imigração alemã, para os estados do sul principalmente, pelo caráter pioneiro e pelo impacto cultural que causam ao se estabelecerem:

A relevância desta migração não tem relação com a representatividade numérica, muito aquém dos contingentes oriundos de países latinos como a Itália, a Espanha e Portugal. Sua importância no contexto imigratório brasileiro tem a ver com a forma

⁴¹ "A listagem feita por Pellanda (1925) inclui 142 colônias alemãs fundadas no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1922; e Roche (1969: 121) registra a entrada de cerca de 48 mil alemães entre 1824 e 1914". In: SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. (p. 273 - 313) Em: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

⁴² SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. (p. 273 - 313) Em: FAUSTO, Boris. (Org.) Fazer a América. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

de participação no povoamento dos três estados do Sul, em zonas pioneiras, constituindo uma sociedade culturalmente diversa que, por sua especificidade étnica, visível também na organização comunitária dos imigrantes que se dirigiram para centros urbanos, chamou a atenção dos nacionalistas brasileiros e criou situações de conflito que perduraram até a década de 1940.

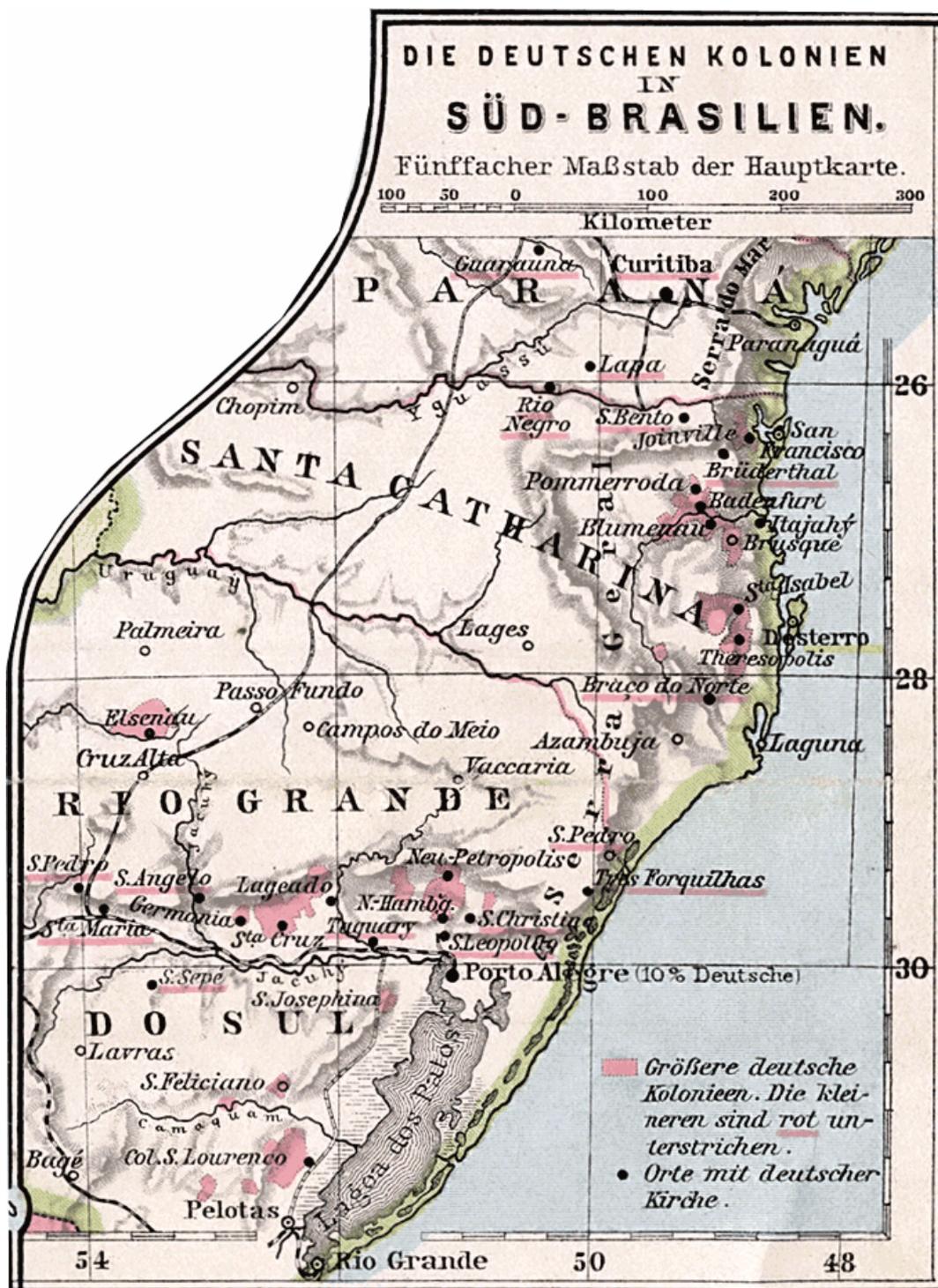


Fig. 2 – Colônias Alemãs no Sul do Brasil.

Fonte: http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7c/Kolonien_Suedbrasilien.png/200px-Kolonien_Suedbrasilien.png&imgrefurl=http://bs2.blog-

APÊNDICE

C

**EXEMPLO DE FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EM CAMPO
DO INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGUDO**

Inventário de Conhecimento

(identificação arquitetônica)

CÓD.	
------	--

Projeto

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA 4ª COLÔNIA	UNIDADE(S)
TÉCNICOS RESPONSÁVEIS	DATA

Identificação e localização da propriedade/ imóvel

	FOTO	
CIDADE		
LOCALIDADE/ BAIRRO		
DENOMINAÇÃO		
PROPRIETÁRIO		
ENDEREÇO		
USO ORIGINAL		USO ATUAL
COORDENADAS GPS		

Breve descrição

DATA APROXIMADA DE CONSTRUÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> precário <input type="checkbox"/> em ruínas
CARACTERIZAÇÃO, TIPOLOGIA, TÉCNICA CONSTRUTIVA E MATERIAIS EMPREGADOS (paredes externas e internas, esquadrias, cobertura, pisos, forros, entre outros)		
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS (alterações na planta, inserção de anexos, substituição de materiais, entre outros)		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS (relatos orais, dados históricos, patrimônio imaterial, bens móveis, etc.)		
PROTEÇÃO EXISTENTE	PROTEÇÃO SUGERIDA	

CÓD.	
------	--

Croquis e registro fotográfico

IMPLANTAÇÃO		PLANTA BAIXA	

Indicações

<input type="checkbox"/> complementar informações históricas <input type="checkbox"/> complementar levantamento arquitetônico <input type="checkbox"/> complementar levantamento fotográfico <input type="checkbox"/> realizar inventário de referências culturais <input type="checkbox"/> outras:
OUTRAS OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE

D

**FICHAS-ÍNDICE DO INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE AGUDO**

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 001

LOCALIDADE	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Télió Artur Kegler				
PROPRIETÁRIO	Télió Artur Kegler				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2795				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 002

LOCALIDADE	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Valentino Schüller				
PROPRIETÁRIO	Valentino Schüller				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2171				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 003

LOCALIDADE	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Romeu Binder				
PROPRIETÁRIO	Romeu Binder				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2120				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	sim		
FORMA CONJUNTO?	[] sim [x] não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial /Consultório	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 004

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Paulo Roberto Guedes				
PROPRIETÁRIO	Paulo Roberto Guedes				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 1597				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 005

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Liselote Martin Seeober				
PROPRIETÁRIO	Liselote Martin Seeober				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 1461				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. . AGU 006

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Mafalda Unfer				
PROPRIETÁRIO	Mafalda Unfer				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 1131				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial Comercial	USO ATUAL	Sem uso	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 007

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Secretaria de Assistência Social				
PROPRIETÁRIO	Municipalidade				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 1274				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Misto	USO ATUAL	Secretaria de Assistência Social	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES	* antiga alfaiataria/ primeira prefeitura				

CÓD. AGU 008

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Erni Becker				
PROPRIETÁRIO	Erni Becker				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 951				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 009

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Biblioteca Municipal					
PROPRIETÁRIO	Municipalidade					
ENDEREÇO	Praça Emancipação					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Biblioteca		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 010

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro			ANEXAR FOTO		
DENOMINAÇÃO	Praça Emancipação					
PROPRIETÁRIO	Municipalidade					
ENDEREÇO						
TIPOLOGIA	Praça urbana	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	-	TOTAL DE PAVIMENTOS	-		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Praça	USO ATUAL	Praça		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 011

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Brigada Militar					
PROPRIETÁRIO	Brigada Militar					
ENDEREÇO	Av. Tiradentes					
TIPOLOGIA	Sobrado	VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Não	Não	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Tiro de guerra	USO ATUAL	Sede da Brigada Militar		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 012

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Casa de Derli Jaegger					
PROPRIETÁRIO	Derli Jaegger					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 822					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 013

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Igreja São Bonifácio				
PROPRIETÁRIO	Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 692				
TIPOLOGIA	Templo religioso	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Igreja	USO ATUAL	Igreja		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 014

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Restaurante Schüller				
PROPRIETÁRIO	Lindolfo Schüller				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 451				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Venda de Secos e Molhados	USO ATUAL	Restaurante		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 015

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Antigo cinema				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Av. Concórdia				
TIPOLOGIA	Cinema	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Cinema	USO ATUAL	Sala comercial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 016

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Ponte sobre o Arroio Hermes				
PROPRIETÁRIO	Município				
ENDEREÇO	Av. Concórdia				
TIPOLOGIA	Ponte	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	-	TOTAL DE PAVIMENTOS	-	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Ponte	USO ATUAL	Ponte		
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 017

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Antigo Hotel					
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, S/N					
TIPOLOGIA	Hotel	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	3		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Hotel	USO ATUAL	Abandonado		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 018

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Estação rodoviária					
PROPRIETÁRIO	Edvino Hermes					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, S/N					
TIPOLOGIA	Estação rodoviária	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Estação rodoviária	USO ATUAL	Estação rodoviária		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 019

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Casa verde					
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 165					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	DADO INDISPONÍVEL	USO ATUAL	DADO INDISPONÍVEL		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 020

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Casa Müller (Casarão Presentes)					
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 102					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Comercial/ Residencial	USO ATUAL	Comercial		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 021

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Casa rosa					
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL					
ENDEREÇO	Rua Rolf Pachaly, 11					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	DADO INDISPONÍVEL	USO ATUAL	DADO INDISPONÍVEL		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 022

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Antiga Casa do Pastor					
PROPRIETÁRIO	Igreja Luterana					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 5					
TIPOLOGIA	Residencial Térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Casa do pastor	USO ATUAL	desocupada		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 023

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Cemitério					
PROPRIETÁRIO	Comunidade Luterana					
ENDEREÇO	Av. Concórdia, S/N					
TIPOLOGIA	Cemitério	VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	-	TOTAL DE PAVIMENTOS	-		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Cemitério	USO ATUAL	Cemitério		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 024

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro					
DENOMINAÇÃO	Sobrado bege					
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL					
ENDEREÇO	Av. Paraíso, 40					
TIPOLOGIA	Sobrado residencial	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 025

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Antigo armazém Treptow				
PROPRIETÁRIO	Ingo Neu				
ENDEREÇO	Av. Paraíso, 60 e 72				
TIPOLOGIA	Sobrado	VALOR CULTURAL?	sim	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1+ sótão	TOTAL DE PAVIMENTOS	1+sótão	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Secos e Molhados	USO ATUAL	Vidraçaria/Casa		
OBSERVAÇÕES	* primeiro armazém da Linha (1890).				

CÓD. AGU 026

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa branca				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Av. Paraíso, 43 e 51				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 027

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa amarela				
PROPRIETÁRIO	Peter Berger				
ENDEREÇO	Av. Paraíso, 88				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 028

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia				
DENOMINAÇÃO	Capela				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO					
TIPOLOGIA	Capela	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Capela	USO ATUAL	Capela		
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 029

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Chalé de Vera Berger				
PROPRIETÁRIO	Vera Berger				
ENDEREÇO	Av. Paraíso				
TIPOLOGIA	Chalé residencial térreo	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 030

LOCALIDADE/ BAIRRO	Picada do Rio				
DENOMINAÇÃO	Cancha de bolão				
PROPRIETÁRIO	Armindo Luis Erhardt				
ENDEREÇO	Linha Boêmia, S/N				
TIPOLOGIA	Salão recreativo	VALOR CULTURAL?	Sim	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Cancha de Bolão	USO ATUAL	Sem uso		
OBSERVAÇÕES	* inúmeros jogos tradicionais são mantidos neste espaço				

CÓD. AGU 031

LOCALIDADE/ BAIRRO	Picada do Rio				
DENOMINAÇÃO	Casa com Tacaniça				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Linha Boêmia				
TIPOLOGIA		VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 032

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Ivo Renato Goeltz				
PROPRIETÁRIO	Ivo Renato Goeltz				
ENDEREÇO	Av. Paraíso 152				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 033

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Igreja Luterana				
PROPRIETÁRIO	Comunidade Luterana				
ENDEREÇO	Rua Rolf Pachaly, nº 171				
TIPOLOGIA	Templo religioso	VALOR CULTURAL?	Sim		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	3	TOTAL DE PAVIMENTOS	3	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Igreja Luterana	USO ATUAL	Igreja Luterana	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 034

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Willian Werlang				
PROPRIETÁRIO	Willian Werlang				
ENDEREÇO	Rua Rolf Pachaly, nº 120				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 035

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Alexandre Müller Jr.				
PROPRIETÁRIO	Alexandre Müller Jr.				
ENDEREÇO	Rua Rolf Pachaly, nº 37				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial/ Consultório	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 036

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa dos Remédios – Farmácias Associadas				
PROPRIETÁRIO	Ignez Shiefelbein				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, nº 603 e 605				
TIPOLOGIA	Geminada	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Comercial	USO ATUAL	Farmácia	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 037

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Paulo Brauning				
PROPRIETÁRIO	Paulo Brauning				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 976				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 038

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Danilo Kunde				
PROPRIETÁRIO	Danilo Kunde				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2884				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Consultório/ Residência	USO ATUAL	Residência	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 039

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Nereu Garder Pfeiff				
PROPRIETÁRIO	Nereu Garder Pfeiff				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2910				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	3	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial/ Escritório	USO ATUAL	Residencial/ Escritório	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 040

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Valmir Steurnagel				
PROPRIETÁRIO	Valmir Steurnagel				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 3247				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residência/ Bar	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 041

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Zimmer e Cia LTDA				
PROPRIETÁRIO	Tânia Zimmer Simon				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 3103				
TIPOLOGIA	Térrea longitudinal	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Comércio	USO ATUAL	Comércio	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 042

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Sobral Turismo				
PROPRIETÁRIO	Ilvo Berger				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 3026				
TIPOLOGIA	Térrea longitudinal	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Depósito de fumo	USO ATUAL	Residencial e garagem	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 043

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Solar Losekann				
PROPRIETÁRIO	Ademir Losekann				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2361				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Asilo	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 044

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Gerdy Hentschke				
PROPRIETÁRIO	Gerdy Hentschke				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2437				
TIPOLOGIA	Residencial Térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 045

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Ida Beber Munck				
PROPRIETÁRIO	Ida Beber Munck				
ENDEREÇO	Av Concórdia, 2444				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 046

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Jacuí Tabacos LTDA				
PROPRIETÁRIO	Aldo Temp				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2505				
TIPOLOGIA	Galpão	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Não		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Firma de fumos familiar	USO ATUAL	Empresa de tabacos	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 047

LOCALIDADE/ BAIRRO	Picada do Rio				
DENOMINAÇÃO	Salão de baile de Armindo Luis Erhardt				
PROPRIETÁRIO	Armindo Luis Erhardt				
ENDEREÇO	Linha Boêmia, S/N				
TIPOLOGIA	Salão recreativo	VALOR CULTURAL?	Sim		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	3	TOTAL DE PAVIMENTOS	3	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Salão de Baile	USO ATUAL	Sem uso	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 048

LOCALIDADE/ BAIRRO	Picada do Rio				
DENOMINAÇÃO	Casa de Armindo Luis Erhardt				
PROPRIETÁRIO	Armindo Luis Erhardt				
ENDEREÇO	Linha Boêmia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 049

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Galpão de Ildo Becker				
PROPRIETÁRIO	Ildo Berger				
ENDEREÇO	Rua Edmundo Temp, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Galpão agrícola	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES	* pinturas murais e móveis acoplados.				

CÓD. AGU 050

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Hélio Raddatz				
PROPRIETÁRIO	Hélio Nelson Raddatz				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 051

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Nelda Fürsternau				
PROPRIETÁRIO	Nelda Fürsternau				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 052

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Reinaldo Fischer				
PROPRIETÁRIO	Reinaldo Fischer				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 053

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia					
DENOMINAÇÃO	Casa em enxaimel da Família Fischer					
PROPRIETÁRIO	Reinaldo Fischer					
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N					
TIPOLOGIA	Residencial térrea germânica	VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Depósito agrícola		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 054

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia					
DENOMINAÇÃO	Galpão de Valdino Kräuse					
PROPRIETÁRIO	Valdino Kräuse					
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Galpão		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 055

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia					
DENOMINAÇÃO	Sociedade Cancha de Bolão 28 de Setembro					
PROPRIETÁRIO	Valdino Kräuse					
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N					
TIPOLOGIA	Salão recreativo	VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Salão/cancha de bolão	USO ATUAL	Salão/cancha de bolão		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 056

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia					
DENOMINAÇÃO	Casa de Valdino Kräuse					
PROPRIETÁRIO	Valdino Kräuse					
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N					
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1		PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES						

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 057

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa abandonada				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	DADO INDISPONÍVEL	USO ATUAL	abandonada		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 058

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Líria Ulman Radatz				
PROPRIETÁRIO	Líria Ulman Radatz				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 059

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa ocre				
PROPRIETÁRIO	Não coletado				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 060

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa amarela				
PROPRIETÁRIO	Família Hensteche				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Abandonada		
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 061

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Arnaldo Ivo Ross				
PROPRIETÁRIO	Arnaldo Ivo Ross				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	OBSERVAÇÕES	

CÓD. AGU 062

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Werner Becker				
PROPRIETÁRIO	Werner Becker				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Bodega/ Selaria	USO ATUAL	Venda/Bar	OBSERVAÇÕES	

CÓD. AGU 063

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Valdir Richard				
PROPRIETÁRIO	Valdir Richard				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	[] sim [] não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	OBSERVAÇÕES	

CÓD. AGU64

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia				
DENOMINAÇÃO	Casa de Valdir Richard				
PROPRIETÁRIO	Valdir Richard				
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	OBSERVAÇÕES	

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 065

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Teutônia (talvez seja Linha dos Coqueiros)						
DENOMINAÇÃO	Casa de Helvino Rilisner						
PROPRIETÁRIO	Helvino Rilisner						
ENDEREÇO	Linha Teutônia, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não				
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	[] sim [] não				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES							

CÓD. AGU 066

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia						
DENOMINAÇÃO	Casa de Sildo Heidelbergman						
PROPRIETÁRIO	Sildo Heidelbergman						
ENDEREÇO	Linha Boêmia, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não				
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Salão de baile	USO ATUAL	Depósito			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES							

CÓD. AGU 067

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia						
DENOMINAÇÃO	Casa verde						
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL						
ENDEREÇO	Linha Nova Boêmia, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Sim				
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Não				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	DADO INDISPONÍVEL	USO ATUAL	Residencial			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES							

CÓD. AGU 068

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia						
DENOMINAÇÃO	Casa Grellmann						
PROPRIETÁRIO	Gerd dos Santos Cavalheiro						
ENDEREÇO	Linha Nova Boêmia, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Sim				
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES	* geladeira escavada na rocha e sepulturas do casal Grellmann e pinturas murais.						

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 069

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia						
DENOMINAÇÃO	Casa Grellmann						
PROPRIETÁRIO	Gerd dos Santos Cavalheiro						
ENDEREÇO	Linha Nova Boêmia, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não				
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Cozinha	USO ATUAL	Galpão			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES	* construída sob laje de pedra natural						

CÓD. AGU 070

LOCALIDADE/ BAIRRO	Canto Católico						
DENOMINAÇÃO	Instituto Cultural São Francisco de Assis						
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL						
ENDEREÇO	Canto Católico, S/N						
TIPOLOGIA	Seminário	VALOR CULTURAL?	Sim				
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Convento das Irmãs Franciscanas Boulland	USO ATUAL	Seminário Franciscano			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES							

CÓD. AGU 071

LOCALIDADE/ BAIRRO	Canto Católico						
DENOMINAÇÃO	Casa de Edi Frida Mundt						
PROPRIETÁRIO	Edi Frida Mundt						
ENDEREÇO	Canto Católico, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não				
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES							

CÓD. AGU 072

LOCALIDADE/ BAIRRO	Canto Católico						
DENOMINAÇÃO	Casa de Ermino Krabner						
PROPRIETÁRIO	Ermino Krabner						
ENDEREÇO	Canto Católico, S/N						
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não				
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim				
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1			PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial			PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES							

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 073

LOCALIDADE/ BAIRRO	Canto Católico				
DENOMINAÇÃO	Casa de Nilton Klein				
PROPRIETÁRIO	Nilton Klein				
ENDEREÇO	Canto Católico, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 074

LOCALIDADE/ BAIRRO	Canto Católico				
DENOMINAÇÃO	Casa de Amauri Unfer				
PROPRIETÁRIO	Amauri Unfer				
ENDEREÇO	Canto Católico, S/N				
TIPOLOGIA	Sobrado residencial	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Casa paroquial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 075

LOCALIDADE/ BAIRRO	Canto Católico				
DENOMINAÇÃO	Casa rósea				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Canto Católico, S/N				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 076

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Boêmia				
DENOMINAÇÃO	Salão/ Casa comercial Müller				
PROPRIETÁRIO	Mário Müller e Alci Müller				
ENDEREÇO	Linha Boêmia S/N				
TIPOLOGIA	Salão de Baile	VALOR CULTURAL?	Sim		
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Salão de baile e Casa comercial	USO ATUAL	Desocupado	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES	* Cancha de Bolão incendiada, Enxaimel + Arenito				

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 077

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Antiga cadeia				
PROPRIETÁRIO	Municipalidade				
ENDEREÇO	DADO INDISPONÍVEL				
TIPOLOGIA	Identificar	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Cadeia	USO ATUAL	Depósito	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 078

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Osmar Friedrich				
PROPRIETÁRIO	Osmar Lítio Friedrich				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 476				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 079

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Açougue Cassel				
PROPRIETÁRIO	Jairo Becker				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 530				
TIPOLOGIA	Residencial térreo	VALOR CULTURAL?	Não		
Não	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Bar	USO ATUAL	Açougue	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 080

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Banco do Brasil				
PROPRIETÁRIO	Banco do Brasil				
ENDEREÇO	Av. concórdia, 360				
TIPOLOGIA	Banco	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Banco	USO ATUAL	Banco	PROTEÇÃO PROPOSTA	

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 081

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Museu Instituto Cultural Brasileiro-Alemão de Agudo				
PROPRIETÁRIO	Instituto Cultural Brasileiro-Alemão de Agudo				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 97				
TIPOLOGIA	Sobrado	VALOR CULTURAL?	Sim		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Museu	USO ATUAL	Museu	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 082

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Jessy Berger				
PROPRIETÁRIO	Jessy Berger				
ENDEREÇO	Rolf Pachaly, 120				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 083

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa salmão				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 410				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	DADO INDISPONÍVEL	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 084

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa de Paulo Roberto Müller				
PROPRIETÁRIO	Paulo Roberto Müller				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2293				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não		
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1+ porão	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial/ consultório	PROTEÇÃO PROPOSTA	
OBSERVAÇÕES					

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 085

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Escola Dom Pedro II				
PROPRIETÁRIO	Rede Sinodal				
ENDEREÇO	Rua Rolf Pachaly, 125				
TIPOLOGIA	Escola	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	3	TOTAL DE PAVIMENTOS	4	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Internato luterano	USO ATUAL	Escola		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 086

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa creme				
PROPRIETÁRIO	DADO INDISPONÍVEL				
ENDEREÇO	Av. Concórdia				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	DADO INDISPONÍVEL	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 087

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Hotel Germânico				
PROPRIETÁRIO	Alencar Adolfo Pretzel				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 2184				
TIPOLOGIA	Hospital	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Hospital	USO ATUAL	Hotel		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 088

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Prefeitura Municipal				
PROPRIETÁRIO	Municipalidade				
ENDEREÇO	Avenida Tiradentes, 1625				
TIPOLOGIA	Prefeitura	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	2	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Prefeitura	USO ATUAL	Prefeitura		
OBSERVAÇÕES					

ANEXAR FOTO

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 089

LOCALIDADE/ BAIRRO	Centro				
DENOMINAÇÃO	Casa Elgo Vilson Pfeifer				
PROPRIETÁRIO	Elgo Vilson Pfeifer				
ENDEREÇO	Av. Concórdia, 310				
TIPOLOGIA	Residencial térrea	VALOR CULTURAL?	Não	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Não	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Cartório Distrital	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES					

CÓD. AGU 090

LOCALIDADE/ BAIRRO	Picada do Rio				
DENOMINAÇÃO	Casa Comercial Müller				
PROPRIETÁRIO	Rudolf Bender				
ENDEREÇO	Picada do Rio				
TIPOLOGIA	Arquitetura comercial	VALOR CULTURAL?	sim	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1 + porão	TOTAL DE PAVIMENTOS	1 + porão	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Casa comercial	USO ATUAL	Comércio		
OBSERVAÇÕES	Fazer levantamento detalhado				

CÓD. AGU 091

LOCALIDADE/ BAIRRO	Picada do Rio				
DENOMINAÇÃO	Igreja Evangélica da Picada do Rio				
PROPRIETÁRIO	Comunidade Evangélica				
ENDEREÇO	Picada do Rio S/N				
TIPOLOGIA	Arquitetura Religiosa	VALOR CULTURAL?	Sim	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim*		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	Nave e torre (3)	TOTAL DE PAVIMENTOS	1 + torre (3)	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Igreja	USO ATUAL	Igreja		
OBSERVAÇÕES	* integração destacada com a paisagem (foto Lidiane Drews)				

CÓD. AGU 092

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha das Pedras				
DENOMINAÇÃO	Casa Edwino Pape				
PROPRIETÁRIO	Armindo Steuernagel				
ENDEREÇO	Linha das Pedras				
TIPOLOGIA	Arquitetura Residencial	VALOR CULTURAL?	Sim	PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim*		
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1 + Porão + Sótão	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO PROPOSTA	
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial		
OBSERVAÇÕES	* "geladeira" construída com arenito.				

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
DA QUARTA COLÔNIA**

FICHA ÍNDICE

MUNICÍPIO | AGUDO

CÓD. AGU 093

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Novo São Paulo					
DENOMINAÇÃO	Salão Grellmann					
PROPRIETÁRIO	Família Grellmann					
ENDEREÇO	Linha Novo São Paulo s/n					
TIPOLOGIA		VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1 + Porão + Sótão	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE		Nenhuma
USO ORIGINAL	Salão de Baile	USO ATUAL	Salão e Cancha de bolão	PROTEÇÃO PROPOSTA		
OBSERVAÇÕES						

CÓD. AGU 094

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia					
DENOMINAÇÃO	Casa Karl Raddatz					
PROPRIETÁRIO	Família Klein					
ENDEREÇO	Nova Boêmia					
TIPOLOGIA	Residencial	VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1 + Porão + Sótão	TOTAL DE PAVIMENTOS	2	PROTEÇÃO EXISTENTE		Nenhuma
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial	PROTEÇÃO PROPOSTA		
OBSERVAÇÕES	* casa construída 1903. Sem pregos somente encaixes madeira. Cozinha separada tb. em arenito.					

CÓD. AGU 095

LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Nova Boêmia					
DENOMINAÇÃO	Casa Karl Raddatz					
PROPRIETÁRIO	Família Klein					
ENDEREÇO	Nova Boêmia					
TIPOLOGIA	Cozinha	VALOR CULTURAL?	Sim			
FORMA CONJUNTO?	Sim	INTEGRA-SE NA PAISAGEM?	Sim			
PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	1	TOTAL DE PAVIMENTOS	1	PROTEÇÃO EXISTENTE		Nenhuma
USO ORIGINAL	Cozinha	USO ATUAL	Cozinha	PROTEÇÃO PROPOSTA		
OBSERVAÇÕES	* mostra a data de construção (1903). Cozinha separada também em arenito. Foto de Dori Müller.					